

REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO ESPÍRITO SANTO





REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Gelson Loiola

4º Vice-Presidente: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Geral: Adriana Pereira Campos

Secretário Adjunto: Rubens Libardi Peruzzo

Tesoureiro Geral: Walter de Aguiar Filho

Tesoureiro Adjunto: Vinicius Muline dos Santos

Conselho Fiscal: Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Assunta Baliana Zamprognó, Rogério Zanon da Silveira, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Ricardo Brunow Costa, Sylvio Silva Vitali

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Francisco Aurélio Ribeiro, Karulliny Silverol Siqueira Vianna, Eliana Barbosa de Souza

Orador: Manoel Goes da Silva Neto

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

A revisão dos artigos e as imagens neles contidas são responsabilidade dos respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-  
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

## EDITORIAL

Este é o septuagésimo sétimo número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Trata-se do décimo sexto número que a nossa gestão tem o prazer de publicar, desde que assumimos em 2008 com a nossa incansável Diretoria. Recordo-me que uma das promessas que fiz (a outra seria a de que o IHGES manteria seu funcionamento regularmente enquanto estivéssemos à frente) foi a de que a *Revista* não passaria por descontinuidades na publicação. E assim vem acontecendo nos últimos treze anos, em que, na forma do Estatuto, ao menos um número é publicado anualmente.

Creio ser importante a esta altura o registro por dois motivos: um é que 2020 foi um ano atípico sob todos os aspectos. De fato, a pandemia do chamado covid-19 trouxe a todo o mundo um desassombro nunca visto, potencializado pelo entrelaçamento da população em tempo real pelas redes sociais. As perdas humanas e econômicas foram imensas, hábitos foram radicalmente alterados, a saúde em geral passou a figurar em primeiro plano. Nesse ambiente de incertezas as atividades presenciais foram suspensas em todos os níveis, não sendo diferente no IHGES. O outro motivo é que, durante o conturbado período, o mandato da Diretoria que assumiu em 2017 venceu, foi prorrogado por força de lei federal e acabou renovado em Assembleia Geral, realizada — também de maneira atípica — fora da nossa sede, por motivo de segurança sanitária.

É nesse contexto que vem a público o número 77 da *Revista*. Pensado inicialmente como um número especial, reunindo registros de atividades acadêmicas realizadas nos últimos anos, no entanto as circunstâncias que determinaram a suspensão das atividades regulares obrigaram à publicação de um único número em 2020. Pelo que, acabou baixado Edital para captação de textos entre associados e não associados, tornando este mais um número regular do periódico.

Por isso, e conservando aspectos do planejamento inicial, esta

edição abre-se com seção dedicada a reunião dos textos das palestras proferidas no IHGES por ocasião dos 200 anos da Missão Francesa e das homenagens a Eurípides Queiroz do Valle e Guilherme Santos Neves, que ainda não haviam sido publicados. Entre os artigos captados, que compõem o corpo regular da *Revista*, temas referentes ou não ao Espírito Santo, como os textos de Gelson Loiola sobre a PM e a intervenção federal de 1920, o artigo de Anaximandro Amorim continuando a série sobre o histórico do BANDES e o de Ester Abreu, presidente da Academia Espírito-santense de Letras, sobre o cerco de Tânger e a morte do Infante Santo. Seguem-se as homenagens, agora a vultos sobressaídos na educação, caso do texto de Francisco Aurélio Ribeiro sobre o professor Amâncio Pereira e de Ricardo Brunow Costa sobre Aroldo de Azevedo, além da homenagem prestada por Aldo José Barroca ao esportista Alfredo Barroca. De Fernando Achiamé, uma coletânea de textos curtos versando sobre Política e História — do mundo ao estado capixaba —, anteriormente publicados no jornal *A Gazeta*, de Vitória. Ainda, tomamos conhecimento, por intermédio de Regina Menezes Loureiro, de aspectos do município de Itaguaçu, em alguns contos e causos que desfia no seu artigo.

Apesar de tudo, a publicação deste número em particular nos faz lembrar o óbvio: a ideia que norteia o funcionamento, e afinal a própria existência, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, mantém-se constante ao longo desses cento e quatro anos, independente das circunstâncias. Assim vamos nos adaptando aos tempos, às alegrias e às dificuldades que estes nos possam trazer. Mas apesar de tudo, vamos conseguindo deixar registrado o resultado do trabalho de desvendar o Espírito Santo, que é, em última análise, a que nos dedicamos diuturnamente nesta Casa.

*Getúlio Marcos Pereira Neves*  
Presidente do IHGES

# SUMÁRIO

## MESAS REDONDAS

Os 200 Anos da “Missão Francesa” no Brasil e seu Legado no Imaginário Brasileiro | 11

*Anaximandro Oliveira Santos Amorim*

Reminiscências | 39

*Darcília Moysés*

Eurípedes Queiroz do Valle, Aspectos Pessoais | 65

*Jorge Henrique Valle dos Santos*

Eurípedes Queiroz do Valle e sua Importância no Cenário Cultural Capixaba | 77

*Francisco Aurelio Ribeiro*

Eurípedes Queiroz do Valle, Cronista | 83

*Matusalém Dias de Moura*

Guilherme, 30 anos de Falecimento | 95

*Luiz Guilherme Santos Neves*

Homenagem a Mestre Guilherme Santos Neves aos 30 Anos de sua Morte, no IHGES | 99

*Bernardete Lyra*

Como Antigamente | 105

*Bernardete Lyra*

A Atualidade da Obra Intelectual de Guilherme Santos Neves | 107

*Fernando Achiamé*

## HOMENAGENS

A. de A. Geógrafo, Professor e Escritor | 123

*Ricardo Brunow Costa*

Professor Amâncio Pereira, um Esquecido | 131

*Francisco Aurelio Ribeiro*

Descobridor de Talentos e Torcedor Fiel | 137

*Aldo José Barroca*

## ARTIGOS

Cinco Pontões: Contos e Causos de Itaguaçu | 143

*Regina Menezes Loureiro*

Política e História – do Mundo ao Estado Capixaba | 149

*Fernando Achiamé*

História e Literatura: Recontam o Antes e o Depois do Inglório Cerco de Tanger e a Morte do Infante D. Fernando, o Santo | 157

*Ester Abreu Vieira de Oliveira*

A Polícia Militar e a Intervenção Federal de 1920 no Estado do Espírito Santo | 191

*Gelson Loiola*

O Bandes nos Anos 1980: Uma Década Perdida na Busca de um Modelo | 221

*Anaximandro Amorim*

## RELATÓRIO DA GESTÃO

Relatório da Gestão 2017–2020 | 239

# MESAS REDONDAS



# OS 200 ANOS DA “MISSÃO FRANCESA” NO BRASIL E SEU LEGADO NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO

*Anaximandro Oliveira Santos Amorim\**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo mostrar que a chamada “Missão Francesa” de 1816 ainda causa efeito no imaginário do brasileiro. Para tanto, o autor faz um panorama de como os franceses forjaram um imaginário brasileiro na França e na Europa, a partir do século XVI, por meio da literatura. Em seguida, o autor revisita a “Missão” de 1816, buscando os reais motivos de tal acontecimento e questionando o próprio nome “missão”. O trabalho centra-se em torno de quatro grandes personagens, André Lebreton, Jean-Baptiste Debret, Nicolas Taunay e Grandjean de Montigny. Por fim, o autor cita as principais contribuições desses artistas e como eles foram responsáveis por forjar um imaginário francês no Brasil, até os dias de hoje. O artigo também levanta hipóteses para uma contribuição da “Missão” especificamente no Espírito Santo.

**Palavras-chaves:** Missão Francesa; André Lebreton; Jean-Baptiste Debret; 1816.

## I

“Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo”. Foi com essas palavras que o rei Francisco I, da França, em tensa reunião com um diplomata espanhol, demonstrou não estar nem um pouco interessado em respeitar o Tratado de Tordesilhas (1494), lançando-se, junto com Inglaterra, Alemanha e Holanda, tardiamente, na busca de um quinhão no “Mundus Novus”.

---

\* Advogado, escritor, professor da Aliança Francesa de Vitória. Membro da Academia Espírito-Santense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e de demais instituições culturais.

De certo que os franceses jamais se conformaram em perder posições para as duas grandes potências da época. Tanto que, por exemplo Francisco I protegia Jean Ango, rico armador de Dieppe, que “pirateava os navios e as conquistas dos espanhóis e portugueses” (Carelli, p. 34). Dessa feita, enquanto portugueses e espanhóis “praticaram a política do sigilo e ocultaram sua descoberta. Em troca, os franceses, que só tiveram possessões efêmeras, produziram textos cuja publicação aumentou o debate europeu sobre a América.” (Carelli, 31).

Caudatários de uma tradição literária que remonta séculos, os franceses viam nesse “Novo Mundo”, completamente virgem, sobretudo, aos seus olhos, como uma espécie de “Eldorado”, um “Éden perdido nos Trópicos”, um local mágico, que só vinha a cancelar os sem número de lendas a respeito desse mundo que havia acabado de ser “inventado”. Tudo isso foi crucial para o desenvolvimento de um imaginário francês, não apenas acerca daquele novo quinhão da humanidade, mas, mais tarde, sobre o que viria a se tornar o Brasil.

Essa mesma tradição literária, aliás, cunharia uma expressão muito comum por parte dos franceses:

Depois, o Brasil será confundido com as ilhas das Pérolas dos Canibais carregados de lingotes de ouro, de seda crua e de pedras, que aparecem na *Vie inestimable du Grand Gargantua, père de Pantagruel*, de Rabelais (1534), [...] É da pluma de Rabelais que é atestada pela primeira vez, com eleito, a palavra “exótica”. [...] Doravante, o “maravilhoso” americano vai se alimentar, na França, de “singularidades” brasileiras. (Carelli, p. 32)

Tanto interesse pelas terras brasileiras e o espanto pelo “diferente”, encontrado, aqui, pelo homem francês do século XVI, têm uma explicação: o Brasil teria sido “descoberto” pelos franceses em 1503, pelo capitão Binot Paulmier de Gonneville, que, guiado por

dois pilotos portugueses pagos pela Coroa gaulesa, teriam saído do porto de Honfleur, em 24 de junho de 1503, e aportado na costa brasileira em 6 de janeiro de 1504. O episódio foi tão bem sucedido que Gonneville teria levado para França o índio Essomericq, filho do cacique da tribo Carijó, adotando-o, transmitindo-lhe títulos de nobreza e casando-o com uma nobre normanda, de quem três cônegos de Lisieux nasceriam. Certamente, o primeiro caso de um “brasileiro” a se integrar na sociedade francesa. (Careli, p. 33)

O interesse dos franceses pelas terras brasileiras era tamanho que, a fim de facilitar a comunicação, “porta-vozes” eram deixados nas costas litorâneas, geralmente, jovens, que tinham o intuito de aprender a língua dos indígenas. “Suas relações com os Tupis eram as melhores possíveis, a ponto de alguns se ‘selvagerizarem’. Esses índios, em particular os Tupi-Guarani, espalhavam-se sobre as costas. Pareciam preferir os *mairs*, franceses de barba ruiva, aos peros, portugueses mais escuros” (Carelli, p. 34). Essa técnica, chamada de “selvagerização”, seria, posteriormente, adotada na colonização do futuro Québec, no Canadá.

O intuito colonizatório em terras brasileiras, aliás, levou a duas tentativas, uma delas, em 1555, a França Antártica, na baía da Guanabara. Apadrinhado pelo almirante Coligny, a empreitada foi levada a cabo pelo navegador Nicolas Durand de Villegagnon que, a despeito de uma historiografia mais “tradicional”, não era um homem rude e ignorante, mas alguém versado em ciências e humanidades, dominando perfeitamente, inclusive, o latim.

Junto dele, vieram dois personagens essenciais para reforçar esse imaginário francês, por meio da literatura. Dois personagens díspares, mas, que, em comum, trouxeram sua visão sobre as coisas do Brasil e, mais importante, deixaram um legado em escrito. O primeiro deles é André Thevet, frade franciscano que escreveu, em 1558, *Singularités de la France Antarctique*, livro que conheceu

enorme sucesso editorial (Carelli, p. 37). O debate, na época, girava, dentre outros tópicos, acerca da salvação ou não dos indígenas e Thevet, em sua obra, concede, a contragosto, mérito aos índios a esse respeito (Carelli, p. 37).

Outro personagem é o calvinista Jean de Léry, famoso viajante, que entrou para a história por conta do seu *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, que, seundo Claude-Lévy Strauss se trata de um “breivário etnológico, que concedeu uma grande repercussão, com seis edições durante a vida do autor, o que lhe valeu uma reputação europeia” (Carelli, p. 39).

## II

E, assim, “ouco a pouco, ao longo da segunda metade do Século XVI, o conjunto de imagens sobre o Brasil começa a se vulgarizar” (Carelli, p. 43). Isso se deu a tons tão contundentes, ao longo daquele Século XVI, que uma exposição de “selvagens” foi montada em Rouen, para o rei Henrique II, em 1550, com 300 homens. Tudo isso reforçava uma certa mitologia, proveniente da literatura desses viajantes e que, mais tarde, ganha a pena de grandes escritores, como Michel de Montaigne, nos seus “*Essais*”. O grande debate da época era, sem dúvida, o indígena, às vezes, visto como o homem puro, em seu “estado natural”, outras, como o selvagem, considerando, aí, a questão da antropofagia como aquela que dividia opiniões. Montaigne colocou-se ao lado dos que possuíam uma “ingenuidade original”.

O Brasil era visto como local de “grande e potentosa natureza”, uma reprodução do mito platônico da Atlântida (Carelli, 45), um local de utopia, como no capítulo “Os canibais”, dos mesmos “*Essais*”: “Não há nada de bárbaro e de selvagem nesta nação, pelo que me

contaram, senão que cada um chama barbárie aquilo que não faz parte de seus usos; realmente, parece que não temos outra mira da verdade e da razão, a não ser o exemplo e a ideia das opiniões e dos usos do país em que estamos”.

No que tange à França Equinocial, temos, aí, a presença dos cronistas capuchinhos, um deles, o padre Claude d’Abbeville, na sua “*Histoire de la Mission des pères capucins en Île de Maragnan et terres circonvoisines*”, em que o autor imortaliza a história de mais uma efêmera tentativa francesa de instalação no território brasileiro. Ele desenvolve a narrativa da “reconquista católica” em detrimento aos “pagãos do Novo Mundo” (Carelli, 48). Outra é a do padre Yves d’Évreux, que, além de catalogar espécimes da fauna e da flora da região, também debruçou-se sobre a “questão indígena”, da mesma forma etnocêntrica e com os elementos religiosos, não sem uma certa mítica. A imagem desse Brasil vai ser retomada dois séculos depois, graças ao *Voyage autour du monde par la frégate La Bouteuse et la flûte de l’Étoile*, do viajante e filósofo Louis Antoine de Bougainville. Ora, se a concepção de um “brasileiro” foi-se esmaecendo tão logo Portugal se fixava como metrópole colonial em terras brasileiras, não se pode deixar de creditar que esse explorador, duzentos anos depois, foi o responsável por retomar a mesma mítica em torno da terra brasileira, seus habitantes, colonos, costumes e outros elementos.

Afinal,

Bougainville está entre os primeiros a se extasiar com a beleza e a riqueza da baía do Rio de Janeiro, onde desfruta da “primavera dos poetas”. Para evocar este espetáculo natural, ele faz recurso à preterição: “Tantos outros viajantes descreveram o Brasil e sua capital, que eu não diria nada que não fosse uma repetição fastidiosa”. (Carelli, p. 53)

Outro, do mesmo período, a quem se pode creditar uma retomada do misticismo sobre o Brasil, é Charles-Marie de la Condamine, no seu *Relation abrégée d'un voyage dans l'intérieur de l'Amérique méridionale, depuis la côte de la mer du Sud jusqu'aux côtes du Brésil et de la Guyane, en descendant de la rivière des Amazones; lue à l'assemblée publique de l'Académie des sciences le 28 avril 1754*. O explorador empreendeu uma viagem de nove anos no coração da América meridional, a fim de medir o raio equatorial e verificar a teoria de Isaac Newton, ainda durante a crença generalizada de uma Terra achatada. Seu relato é um dos raros estudos realmente científicos, que tentam mostrar com precisão vida e costumes dos ameríndios brasileiros, ainda que sua narrativa contenha um quê de texto literário, bem ao sabor do gênero.

Essas duas últimas narrativas vão influenciar uma geração, conhecendo seu ápice no Século das Luzes, uma vez que “no século XVIII, os leitores de relatos de viagem são, como atestam suas bibliotecas, os mais abertos às ideias filosóficas, especialmente às de Rousseau” (Carelli, p. 56/7), considerado “o mais etnográfico dos filósofos” (Carelli p. 57), capitalizando os discursos dos seus antecessores, a fim de corroborar uma visão civilizatória sobre o indígena. É quando se tem o “mito do bom selvagem” em detrimento ao “homem em seu estado natural”, não sem uma certa ambiguidade entre as duas imagens, que vão ora se fundir, ora se destacar dentro de um imaginário rousseauiano. Esses praticamente trezentos anos de narrativas vão chancelar um imaginário francês sobre o Brasil que, ousamos dizer, ainda perdura, até hoje, em maior ou menor grau. Foram vários os relatos de viagens e livros, científicos ou fantasiosos, que circularam pela Europa do período. Alguns escritos por autores que jamais punham os pés nesta terra, mas que, sejam se debruçando em fontes secundárias ou fazendo uso da própria imaginação, contribuíram ainda mais para o fortalecimento dessa

mítica. Assim, o Brasil da virada do século XVIII para o XIX tinha os contornos muito parecidos com os dos primeiros viajantes.

Era um país “exótico” (na expressão, aliás, cunhada, originalmente, por Rabelais — Carelli, p. 32), com coqueiros, bananeiras, selvagens e, mais tarde, mulatas. Era a terra sem rei e sem lei, o lugar onde não havia pecado, a despeito dos pagãos, dos canibais. Uma terra de contrastes, de paradoxos. Os franceses jamais se conformaram em não conseguir a posseção deste território. Todo esse estado de coisas, porém, conheceria seu boom no século XIX, quando o Brasil, antes, proibido para a França, abre suas portas. O sonho do “Eldorado brasileiro” poderia, finalmente, se tornar realidade para o francês comum.

### III

Segundo uma historiografia oficial, a “Missão Francesa” se deu a convite do “afrancesado” Conde da Barca, com o intuito de trazer para o Brasil “aspectos ‘louváveis ou desejáveis’ de uma civilização francesa” (Neves, Machado p. 51). O grupo aportou no Rio de Janeiro em 26 de março de 1816, no navio Calphe. Capitaneado pelo intelectual Joachim Lebreton, tinha como integrantes os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay, o escultor Auguste Mary Taunay, irmão deste, Félix Taunay, filho de Nicolas e ainda um aprendiz de pintor, o arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, Charles-Simon Pradier, gravador, o mecânico François Ovide, o serralheiro Nicolas Magliori Enout, Louis Jean Roy e seu filho Hyppolite, carpinteiros, o auxiliar de escultura François Bonrepos, dentre aprendizes e familiares. Além dos franceses, veio também o músico austríaco radicado na França Sigmund Neukomm, discípulo de Haydn. Os irmãos Marc (escultor e tio do fotógrafo ho-

mônimo) e Zéphyrin Ferrez (gravador de medalhas) se juntaria ao grupo no ano seguinte. A “Missão Francesa” teria um objetivo específico: a criação de uma “Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios”, que nunca saiu do papel. Essa instituição seria criada no intuito de “formar não apenas burocratas, mas indivíduos aptos a desenvolverem a ‘subsistência, comodidade e civilização dos povos’”.

Um projeto semelhante só viria a se concretizar quatro anos depois, na “Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil”, na qual muitos dos originais da missão trabalharam. (Neves, Machado p. 53) Essa mesma historiografia oficial, ao que parece, não questiona certos aspectos dessa mesma “Missão”. Primeiramente, o mais patente: por que “francesa”? De fato, Portugal havia restabelecido relações com a França desde 1814, o que significa que o Brasil não era mais um território proibido para os franceses. Porém, a lembrança de 1808 ainda era recente.

Ademais, tanto Joachim Lebreton, “chefe” da “missão”, quanto Jean-Baptiste Debret, indubitavelmente, um dos maiores expoentes do grupo, eram bonapartistas, o que causa ainda mais espécie. Por fim, seria mesmo a “Missão Francesa” uma “missão”, de caráter diplomático? A que (ou a quem) se atribuiria o fato de chamar os artistas em questão de “missionários”? Como haver “missão” se não haveria, a rigor, uma data de término, nem uma intervenção diplomática propriamente dita?

Para tentar responder a esses questionamentos, faz-se necessário voltar no tempo, um ano antes do Calphe jogar âncora na baía da Guanabara. O ano de 1815 foi bastante agitado na História francesa. Depois de um governo de 100 dias (20 de março a 20 de junho), Napoleão Bonaparte, que havia fugido da Ilha de Elba e retomado o poder das mãos de Luís XVIII, perde a batalha de Waterloo, no dia 18 de junho, quatro dias depois, rende-se aos ingleses, que o exilam na Ilha de Elba, onde ele morrerá no dia 5 de maio de 1821.

Com o fim do período napoleônico, tem-se a “Restauração”, cujo nome simboliza o desejo de retomar o acordado no Congresso de Viena, do ano anterior. O caso francês seria ainda mais contundente, com a volta ao trono do rei Luís XVIII e a instituição do Terror Branco (La Terreur blanche), em que bonapartistas e burgueses judeus são vítimas de perseguições por parte dos católicos e ultrarrealistas. Ademais, o Tratado de Paris, de 20 de novembro do mesmo ano (1815), impõe à França pesadas indenizações por conta das ocupações militares napoleônicas, além da perda da Savoia. Tudo isso contribui para uma grave crise financeira no país. (Nathan, p. 76)

Joachim Lebreton (1760–1819) é, indubitavelmente, um dos personagens mais importantes dessa “Missão”. É dele o crédito pela idealização e vinda desses franceses, naquele 1816. Um ano antes, Lebreton, então Secretário da Classe de Belas-Artes do Instituto de França, havia caído em desgraça, por seu bonapartismo. A “caça às bruxas” produzida pelo “Terror Branco” havia lhe custado seu emprego e sua reputação (além da exclusão de mais vinte acadêmicos e a morte de dezenove generais).

Sem perspectiva naquela França da Restauração, não teria sido um francês, mas sim, um alemão, o naturalista Alexander Von Humboldt, o responsável por convencê-lo a vir ao Brasil (Schwarcz 1, p. 59). Humboldt era membro do Instituto de França e amigo de Lebreton. Tendo viajado pela América Espanhola, o alemão lançara, no ano de 1811, o livro *Essaie Politique sur le Royaume de la Nouvelle-Espagne*, em que tratava, dentre outras coisas, de uma Academia de Pintura e Escultura na Cidade do México, e de uma nascente vida cultural que só perderia lugar para os Estados Unidos, em todas as Américas (Schwarcz 1, p. 59).

Alexander sabia que seu amigo francês andava encrencado desde que este havia se negado a devolver as obras artísticas fruto das conquistas de Napoleão, causa necessária para sua saída do Insti-

tuto. Assim, Humboldt fez a cabeça de Lebreton, declarando ser a América “a mais bela porção do globo” (Schwarcz 1, p. 59).

Animado com essa possibilidade, Joachim Lebreton preferiu se decidir pelo Brasil. Certamente, ele já havia lido os muitos relatos dos viajantes franceses, literatura sempre em voga na Europa, sobretudo na sua época. Ademais, a América Hispânica já era bem conhecida, mas a Portuguesa,

continuava, praticamente, “virgem” e carregava potencial semelhante: grandes civilizações, uma bela natureza, a convivência saudável entre grupos sociais e, (assim pensavam) comerciantes abonados. De toda maneira, o relato dos viajantes seria revisto não mais como miragem: agora, esse imenso e desconhecido Brasil estava disposto bem à frente dos olhos (Schwarcz 1, p.60)

Ademais, a situação do Brasil também era mais favorável.

Após a instalação da Família Real Portuguesa, em 1808, em escapatória do próprio Napoleão, a “Abertura dos portos às Nações Amigas”, naquele mesmo ano, o monopólio português sobre os mares brasileiros acabava, facilitando a vinda de muitos viajantes. A “Questão da Guiana”, de 1814, restabeleceria as relações entre Portugal e França e a criação do “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve”, em 1815, elevaria o status da antiga colônia, o que significava que a Corte Portuguesa, além de não tencionar retorno ao Velho Mundo, necessitaria modernizar e “civilizar” o Brasil, adotando um pragmatismo que visaria transformar a, agora, sede do novo império.

Além do mais, bonapartistas ou não,

A corte tinha lá seus interesses na chegada de um grupo de acadêmicos que poderia reformular e elevar sua representação oficial, sobretudo nesse momento delicado em que a realeza se encontrava. Diante do Velho Mundo, e pensan-

do nas demais monarquias que também começavam a levantar-se após a queda de Napoleão, era preciso divulgar imagens que destacassem a singularidade dessa realeza lusitana, que geria seus negócios aquartelada em sua longínqua colônia tropical. [...] Para tanto, seria no mínimo adequado ter à disposição artistas acostumados a lidar com as necessidades do Estado. [...] [os] reis costumavam contratar “artista mercenários” habituados à glorificação do poder. E nesse caso não seria diferente: assim como haviam dado um caráter sacro ao Império de Napoleão, cuidando dos monumentos, das festas, das moedas e produzindo imensas telas, o mesmo seria possível realizar nessa nova capital provisória do Império português. Por outro lado, nada melhor do que aproveitar o “espólio do império napoleônico”. (Schwarcz 1, pp. 60/61) (colocar questão do “convite” e do “Conde da Barca”)

Lebreton, por seu turno, parecia ciente dessa necessidade e, aproveitando-se desse “pragmatismo português”, apressou-se em escrever uma série de cartas ao ministro Francisco José Maria de Brito, encarregado de negócios português em Paris, com a intenção de “garantir a vinda de um grupo de franceses que ajudaria a promover as artes e as indústrias locais, [...] um grupo ‘prático e útil’, que fosse facialmente governado” (Schwarcz 2, p. 2), ou, em outras palavras, que não causaria problemas à Coroa Portuguesa. O ministro Antônio de Araújo Azevedo, o Conde da Barca, apontado, na historiografia oficial, como anfitrião dos franceses, ao que parece, estava pouco inteirado da “missão”. Publicamente francófilo, é dele o empenho para o restabelecimento das relações com a França, sobretudo após a morte do Conde de Linhares, em 1812, e, portanto, com o fim da “saída inglesa”.

Foi o próprio Azevedo que, no ano de 1814, trabalhou nos decretos que punham fim à “Questão da Guiana” e da abertura dos

portos, também, aos franceses. O começo das relações oficiais franco-brasileiras é sacramentado no ano seguinte, quando, em abril de 1815, Jean-Baptiste Maler foi nomeado cônsul-geral da França no Brasil. No entanto, o pouco conhecimento do assunto é atestado pela série de cartas entre Lebreton e de Brito, que mostram como essa “missão” não tinha nenhum caráter diplomático. Este, avisava àquele que “[...] o empreendimento é todo seu, espero que reconheça que não lhe fiz nenhuma promessa, nem me comprometi por conta do meu governo”.

Da mesma forma, Brito escrevia ao Rei:

Sem nada lhe prometer [a Lebreton], ponderei-lhe unicamente que as artes liberais e de luxo deviam ceder passo às úteis à economia do país, mas que o Governo de S.A.R. [sua alteza real] sendo tão iluminado quanto protetor da indústria e das artes liberais, eu lhe assegurava a benevolência do meu soberano para artistas foragidos que iam buscar de tão longe seu Paternal Amparo. (Schwancz 2, p. 2)

Ao que tudo indica, de fato, a única coisa que D. João, em princípio, concedeu, foi, mesmo, seu amparo. O então príncipe regente só ampararia o grupo quando este estivesse aqui. Foi de Brito quem arcou com parte do custo da vinda dos artistas, adiantando-lhes uma soma de 10 mil francos em ouro, para garantir a realização da viagem. Com tal quantia, “Lebreton deveria pagar não só suas despesas, como as de Montigny, Pradier, do escultor Auguste Taunay (1768–1824) e do mecânico François Ovide. Os demais precisariam se arranjar” (Schwancz 2, p. 2). Precavido, o ministro tomou o cuidado de escrever cartas à Coroa para apresentar os artistas e, da mesma forma, delimitar o projeto que eles pensavam desenvolver em solo brasileiro.

Joachim Lebreton e sua “caravana de artistas”, como bem salientou um periódico parisiense da época (Schwarcz 1, p. 64), partiu

de Paris para o porto do Havre, juntamente a um armador americano, com destino ao Rio de Janeiro, a fim de “construir um panorama representando a cidade e Roma” (Schwarcz 1, p. 64). Foi assim que, em 26 de março de 1816, o pequeno barco a vela Calphe joga sua âncora na baía da Guanabara, fechada para trânsito marítimo durante a noite. Em meio a tiros em homenagem fúnebre a Dona Maria I, que acabara de falecer, os artistas faziam planos e sonhos para aquela nova terra.

#### IV

O nome “caravana”, aliás, é uma das tantas denominações dadas à “missão”. De fato, como aventado anteriormente, não apenas o governo francês — e o português — não conheciam qualquer caráter oficial de uma suposta “missão” (caso tivesse tido, de fato, um caráter diplomático), como tal ação teria, obrigatoriamente, data de início, término e empenho oficial, o que sequer aconteceu.

O próprio Lebreton denominava sua empreitada de *notre colonie*, nome, aliás, mais apropriado, visto que há, aí, um caráter de “colonização”, mesmo, uma colonização de viés artístico. As crônicas do período dão conta de nomes como “colônia de artistas franceses” e “colônia Lebreton”. O título “missão” foi cunhado em um extenso artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 1911, em separata, intitulado “A missão artística de 1816” e lançado em livro mais tarde, com várias mudanças, em 1956. Foi escrito por Afonso d’Escragnolle Taunay, filho do escritor Alfredo d’Escragnolle Taunay e bisneto de um dos “missionários”, Nicolas Antoine d’Escragnolle Taunay.

Nascido no Rio de Janeiro, Afonso fez carreira de historiador em São Paulo, onde chegou a ser diretor do Museu Paulista. Seu

livro “tem uma estrutura bastante simples: possui uma pequena introdução, em que narra a chegada dos artistas ao Rio de Janeiro. A seguir, apresenta, uma a uma, as biografias dos artistas franceses.” (Squeff, p. 134). A novidade no texto de Afonso é o fato de chamar a “colônia” de artistas de “missão.

Ao chamar a “colônia Lebreton” de Missão Francesa, o historiador dava aos artistas franceses a função de continuadores do processo civilizador na América — iniciado pelos portugueses. O que implicou, como foi visto, também em desqualificar as manifestações artísticas coloniais (Squeff, p. 136).

E, uma vez que o termo “missão” também faz alusão a “encargo”, foi cunhada, aí, a ideia de que partiu de D. João e seus ministros de convidar os artistas franceses. Isso pode ter guarida no terceiro volume do texto *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, de Debret, em que este conta como foram “bondosamente acolhidos” pelo rei. Afinal, “melhor ser convidado [...] do que passar para a história como aquele que ‘se convidou’” (Schwancz 1, p. 62).

O artigo de Taunay causou reação adversa em um colega, o historiador Ernesto da Cunha Araújo Viana, professor da Escola Nacional de Belas Artes, estudioso de História da Arte e neto do Marquês de Sapucaí, uma das mais importantes figuras do Império e do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ernesto aproveitou o curso que ministrou, intitulado “Das artes plásticas no Brasil em Geral e no Rio de Janeiro em Particular” para defender posições diferentes da de Taunay, tratou de reabilitar artistas como Aleijadinho ou Mestre Valentim, valorizando as manifestações artísticas da colônia.

A polêmica surtiu efeitos, pois teve como desdobramentos uma série de mudanças na segunda edição do livro de Taunay. “O historiador suprimiu alguns parágrafos, e modificou bastantes outros.

Destacou, por exemplo, a importância de artistas da colônia como Aleijadinho. Também apontou algumas belas igrejas do Rio de Janeiro” (Squeff, p. 138), como o Mosteiro de São Bento, a Igreja da Glória do Outeiro e até o aqueduto da Carioca. No entanto, convencido ou não pelo colega, a tentativa de redenção de Afonso não logrou êxito e o que passou para a História (e para o imaginário de todos) foi a imagem de uma autêntica “Missão Francesa”.

## V

A “Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios” foi estabelecida por decreto-régio no dia 12 de agosto de 1816, portanto, quase cinco meses após a chegada Calphe. Com o decreto, também são assinados os contratos oficiais de pensões (BN) aos artistas franceses. Tal escola, no entanto, jamais sairia do papel, por problemas políticos e burocráticos. A morte do Conde da Barca, em 22 de junho de 1817, e de Joachim Lebreton, em 9 de junho de 1819, bem como as divergências entre os próprios membros do grupo, vão quase “malograr” a “missão”. Soma-se ao fato a má vontade do cônsul francês Maler, contrário aos bonapartistas, e às intrigas dos portugueses.

Em 25 de novembro de 1820, decreto-régio instaura a “Real Academia de Desenho, Pintura e Arquitetura Civil”, criada um mês antes. Fica à frente da instituição o português Henrique José da Silva, o que causa enorme polêmica entre os “missionários” e “não missionários”. De fato, não era segredo que havia um “ciúme” muito grande entre os dois grupos, sobretudo o segundo, composto de portugueses, que não aceitavam qualquer “desprestígio” face aos artistas gauleses. Venceu, assim, o “lobby” lusitano, que perduraria com o padre Luiz Rafael Soyé, secundando Silva. Aliás,

Dificuldades políticas, ocorridas depois da morte do Conde da Barca, aumentadas com a do próprio Lebreton, que desanimara ante aos tropeços, atrapalharam a ação dos franceses, obstuída ainda pela direção da Academia dada ao português Henrique José da Silva, que logo se indis pôs com os missionários gauleses, por motivos de metodologia e antipatia, o que só foi superado em 1834, com a sua morte. (Júnior 10)

O comando português na Academia, aliás, foi o motivo pelo qual Nicolas Antoine Taunay voltaria para a França, no início de 1821, com sua esposa e o filho Hippolyte, deixando para trás mais quatro filhos (BN). E não apenas isso, mas, também, a morte do Conde da Barca e, posteriormente, de Lebreton, puseram tantos entraves no projeto original que seria necessário esperar até 1826 para que a Academia fosse instalada em sede própria, um prédio ainda inconcluso, concebido por Grandjean de Montigny e construído sob a égide de D. Pedro I.

Os estatutos da academia são definitivamente estabelecidos em 1831, “com base no projeto francês de 1824: ela vai se tornar então Academia Imperial de Belas Artes, um nome claramente distinto do projeto da escola de artes e ofícios inicialmente previsto.” (BN) Este nome desaparecerá com o queda da Monarquia, sendo substituído “na reforma de 1890, por Escola nacional de Belas Artes, hoje, simplesmente Escola de Belas Artes. Tivemos, assim, uma Academia de Belas Artes antes mesmo de Portugal” (Júnior, 9).

A “Missão Artística” trouxe para o Brasil o Estilo Neoclássico, como vanguarda praticada na Europa do início do Século XIX, com composições baseadas no ideal greco-romano, de linhas simétricas, com:

figuras idealizadas, belamente posadas e grupadas para as suas composições históricas, suas alegrias, cenas mitológicas e fastos greco-romanos,-

temário só superado e equilibrado pelas grandes composições da história coeva e pelos retratos, ambos tratados com elegância, nobreza e força, embora disciplinados pela composição (Júnior: 10/11).

O Estilo Neoclássico desses artistas tinha como influência máxima:

Louis David, artista que fez escola, seguido de J.M. Joseph Ingres, todos cultores de uma arte clássica, de estilo inspirado nas grandes eras de Atenas e de Roma. Chaudet, francês, Thorwaldsen, dinamarquês, e Canova, italiano, foram então os clássicos da Escultura, voltados para os ideais helênicos e romanos” (Júnior: 10).

No entanto, apesar da incontestável importância desses expoentes, já por volta do segundo quartel daquele século, o classicismo experimentava decadência na Europa, sendo gradativamente substituído pelo Romantismo. Assim:

[...] as composições acadêmicas predominavam aqui em plena fase do Romantismo europeu e, por ocasião das primeiras manifestações locais desse, já estava superado pelo Realismo ou pelo Naturalismo. A defasagem continuou por todo o 2º Reinado com a predominância do Academismo e do Elitismo. A Academia não conheceu a revolução impressionista. (Júnior: 12/3)

Críticos, aliás, demonstram que, além de “atrasar” o surgimento de novas vanguardas em solo brasileiro, o Neoclassicismo foi, também, responsável por criar uma mentalidade de inferiorização de uma arte brasileira, o Barroco, que:

dera seu canto de cisne com as obras finais de arquitetura e de escultura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, em Congonhas do Cam-

po, e com as do Mestre Valentim nas igrejas cariocas; ambos falecidos pouco antes do início de outra fase: a era da Missão (Júnior: 11).

Em todo caso, são incontestáveis as contribuições da “Missão” como forma de modernização da cultura e dos costumes brasileiros, ainda que fosse patente a descontinuidade da arte colonial.

## VI

É uma tarefa difícil debruçar-se sobre todos os personagens da “Missão”. Foram muitos os que vieram no *Calphe*, alguns deles mais notórios que outros, além daqueles que se juntaram depois ao grupo original, como os Ferrez, por exemplo. A título de ilustração e buscando um melhor recorte epistemológico para este artigo, escolhemos, como conclusão de uma revisão bibliográfica (indicada nas referências ao final) quatro figuras que reputamos as mais importantes, ao menos, naquele grupo original. São elas Joachim Lebreton, Jean-Baptiste Debret, Nicolas Taunay e Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny.

Joachim Lebreton (1760–1819) pode ser considerado como “o cérebro da missão” (REFERÊNCIA). Lebreton foi, antes de tudo, um homem bastante envolvido na burocracia de seu país, principalmente após o golpe do 18 de Brumário, do qual participou. O último foi no prestigioso Institut de France, do qual fez parte, tendo sido agraciado, também, com a medalha da *Légion d’Honneur*. Seu ocaso se deu com a Restauração, quando não apenas ele mas muitos dos seus amigos intelectuais e acadêmicos, muitos dos quais ligados ao Instituto, se viram desempregados e perseguidos, o que ensejou a vinda do grupo original da “Missão” para o Brasil, em 1816. Pode-se dizer que Lebreton partiu de volta para a França, em busca de seu

prestígio perdido, decepcionado por não ver implementados seus projetos em solo brasileiro, tal como imaginara. (REFERÊNCIA)

Se Lebreton foi a “cérebro” da missão, Jean-Baptiste Debret (1768–1848) pode ser considerado, sem sobre de dúvidas, a “alma”. Sua linhagem não nega esse brilhantismo, tendo uma família ligada ao Institut de France, na pessoa de seu irmão, François Debret. E próprio chegaria ao Instituto. Seu primo (e também seu professor) era o grande pintor neoclássico Jacques-Louis David, mais tarde considerado “o regicida de Luís XVI”, por seu envolvimento com os Jacobinos (REFERÊNCIA).

Membro original da “Missão”, Debret, ao aportar em terras fluminenses, “desde os primeiros dias [...] anota com método as imagens da vida cotidiana do Rio e as curiosidades dos arredore” (Carelli, 82). Negros, sinhás, indígenas, urbanos e rurais, nada passaria despercebido aos olhos do pintor que, ainda que em terras tropicais, retratou aquela realidade sob um viés totalmente neoclássico, fácil de perceber “pelo ritmo de distribuição dos personagens, [...] [marcados] por uma linearidade de aquarela própria à sua formação, ‘belas-artes’” (Carelli, 82).

Debret anotou tudo o que via meticulosamente, buscando uma “descrição exata dos hábitos” (Carelli, 84), bem ao sabor do cientificismo daquele século. Em todo caso, pode-se dizer que “Debret é herdeiro da visão alegorizante dos índios amalgamados na imagem do selvagem, feita pelos enciclopedistas, que tinham perdido os conhecimentos pré-etnográficos de Léry e de Thevet” (Carelli, 84).

Tudo isso serviria como as bases para uma de suas mais importantes obras, o livro *Voyage pittoresque et historique*, publicada em três caprichados volumes, com litografias de próprio punho.

[...] O eixo central de sua visão de mundo resume-se então em uma fórmula que fazia sucesso no Século XIX: a passagem da barbárie à civiliza-

ção [paradigma evolucionista da sociedade brasileira]. [...] O primeiro álbum é dedicado aos índios, sua visão épica é um pouco deformada pelo mito do bom selvagem. O segundo apresenta a multiplicidade das atividades e dos costumes dos negros, sobre quem repousa a economia brasileira. E o terceiro lega-se à vida dos portugueses e dos crioulos do Rio de Janeiro. Três culturas ainda distintas que vão se interpenetrar. Debret não omite a chegada dos imigrantes suíços e alemães, que vieram “branquear” a raça. Para além do exotismo, é uma nação original que emerge, e Debret percebe bem a importância dos componentes. (Carelli, 68)

Outro importante membro da “Missão” original foi Nicolas-Antoine Taunay (1755–1830), cuja linhagem também foi notável, em terras brasileiras. Pai de Felix-Émile Taunay, futuro diretor da Academia Imperial Brasileira de Artes, avô do grande Alfredo d’Escragnolle Taunay, marquês, militar, escritor e autor do célebre “Inocência” e bisavo de Afonso Taunay, diretor do Museu Paulista e membro do IHGB e da ABL. Nicolas foi aluno de Jean-Louis David na escola de Belas Artes de Paris, tendo conseguido uma bolsa para estudos clássicos em Roma, no período de 1784 a 1787. Foi pintor oficial de Napoleão, em 1805 e pintor pensionista do Império, quando de sua chegada ao Rio de Janeiro. Também aborrecido com os rumos tomados pela Academia, de quem é um dos fundadores, volta para a França.

Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny (1777–1850) foi um célebre arquiteto que, ainda na França, ganhou o prestigioso “Prix de Rome”, famoso em sua época, tendo, também, se mudado por um período para a Cidade Eterna, a fim de estudar arquitetura clássica, tudo bem ao gosto da época. No Brasil, teve intensa atividade, durante seus 24 anos no país, onde veio a falecer, sendo que três de seus

projetos sobreviveram até os dias de hoje: O solar Grandjean de Montigny, casa que mandou contruir para ele e sua família, na Gávea; Academia Imperia de Belas Artes, cujo pórtico ainda existe, localizado no Jardim Botânico; e casa França-Brasil, antiga Praça do Comércio.

## VII

Se se pode falar da influência de uma “Missão Francesa” no Rio de Janeiro, um questionamento vem, automaticamente, à mente: teria tido tal “Missão” uma influência no Espírito Santo? Em caso afirmativo, como e quando?

Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração o contexto da época: está-se falando do Brasil do início do Século XIX, portanto, um país em construção. Ademais, a já sabida precariedade das comunicações leva a entender que Vitória, capital da Província e, certamente, cidade mais importante, contava com uma população ainda menor e mais isolada, ou seja, um punhado de almas, espremida numa ilha, entre a rocha e o mar, dentro de um casario colonial.

Segundo o “Projeto Imigrantes” do Arquivo Público do Espírito Santo, houve, sim, uma imigração francesa em terras capixabas, porém, significativa a partir da segunda metade do Século XIX, mais precisamente no ano de 1857, por iniciativa de um certo Nicolau Rodrigues de França Leite, que iniciou a “Colônia Fransilvânia” às margens do Rio Doce, perto de Colatina. No entanto, “o empreendimento de França Leite não prosperou devido aos constantes ataques dos índios botocudos que habitavam aquela região” (APEES, n?).

Dentre 1855 a 1955, foram cerca de 228 imigrantes franceses, devidamente oficializados e catalogados, sendo 162 no século XIX e 66 no século XX, de 14 regiões da França (APEES, n?). Em sua maioria, esses imigrantes eram compostos por agricultores católi-

cos, sendo que os da primeira fase desta imigração vieram juntos com holandeses, luxemburgueses, belgas, suíços, austríacos e alemães. (APEES, n?). Com esse perfil, é difícil acreditar que esses imigrantes pudessem desenvolver algum trabalho “artístico”.

O Espírito Santo, em todo caso, sempre foi palco de viajantes, mormente os franceses. Que não se esqueça do célebre Auguste de Saint-Hilaire, que aportou em terras capixabas em 1817, portanto, um ano após o advento da “Missão”. Saint-Hilaire era, no entanto, muito mais um naturalista do que um artista, cujo interesse era movido bem mais pelo cientificismo da época.

Isso, no entanto, não seria empecilho para que outros viajantes franceses aportassem no Espírito Santo, desenvolvendo seus ofícios artísticos, mais tardiamente, é sabido. Um dele foi Auguste-François Biard (1789–1882), que viveu dois anos no Brasil (1858–1860) e reuniu suas impressões de viagem no livro “Deux années au Brésil”, publicado pela Hachette. Polêmico, Biard ficou mais conhecido pelo seu olhar bem humorado, satírico até, dos seus relatos que, certamente, estão longe de se tornar retratos precisos do cotidiano.

Outro viajante digno de nota foi Victor Frond (1821–1881). Frond tem uma história curiosa: sua carreira profissional não começa exatamente nas artes, mas no serviço militar. Ele foi subtenente do Corpo de Bombeiros. Sua vida é cheia de escaramuças: antes de vir para o Brasil, foi preso, por opor-se ao golpe de Luiz Napoleão e exilado na Argélia, de onde fugiu para a Inglaterra e Portugal, aprendendo, aí, o ofício de tipógrafo.

Victor Frond chegou ao Brasil em 1856, radicando-se no Rio de Janeiro, onde abriu um estúdio, entre os anos de 1858 e 1862. Em 1860, a pedido do Governo Imperial, acompanhou D. Pedro II em sua viagem, produzindo uma série de “panoramas de Vitória e as colônias de imigrantes, localizadas nas montanhas do interior capixaba” (Francischetto, p?).

A viagem rendeu ao fotógrafo um conjunto de 16 imagens, impressas em um dos volumes do álbum “Brazil Pittoresco”, projeto editorial inédito para a época e considerado o primeiro livro de fotografia da América Latina. Frond permaneceu, com um amigo escritor, Alexandre Jouanet, mais de um mês no Espírito Santo (Francischetto, p?).

Marc Ferrez (1843–1923), filho de Zéphyrin Ferez e sobrinho homônimo do Marc que aportou em 1816, era brasileiro, porém, um caudatário da “Missão”. Fotógrafo da Marinha Imperial e da Comissão Geográfica do Império desde 1880, Marc também fez registros em solo espírito-santense, como o da baía de Vitória, um dos primeiros da cidade, ainda com o casario intocado (fonte? data?).

No entanto, é no século seguinte que a influência francesa vai se fazer mais presente no Espírito Santo. O motivo se explica, não apenas pela chegada tardia dos ideais da “Missão”, uma vez que Vitória estava na periferia do Rio, seu epicentro e dadas as já faladas dificuldades de comunicação; e, claro, por fatores econômicos determinantes, advindos da pujança do café, mormente na primeira metade daquele século.

É, sobretudo, na figura do Governador Jerônimo Monteiro que temos a demolição do antigo casario para a construção do novo, do que se considerava “moderno”. O neoclássico, no entanto, chegaria ao Espírito Santo já “reprocessado” no estilo eclético, um pastiche compositivo que retoma muitas das ideias e formas daquela escola. Pode-se dizer que Monteiro, em uma comparação açodada, seria o Pereira Passos do Rio de Janeiro.

Tal o é se tomarmos como exemplo algumas das obras mais significativas da capital, feitas durante sua gestão ou em gestões próximas. Assim, por exemplo, é a remodelação do Palácio Anchieta, sede do Poder Estadual e antigo convento jesuíta, que, a partir de Monteiro, ganha ares ecléticos, na busca de uma configuração

que se aproximasse do neoclássico, logo, do “moderno”, “civilizado”. Houve a tentativa de retificação de elementos da fachada, inserção de figuras mitológicas e até a construção de um arco do triunfo na entrada, que foi modificada para a frente da escada. Tal remodelação ficaria, não por um acaso, a cargo de um francês, o engenheiro Justin Norbert.

Norbert (1849–1931) nasceu em Bordeaux e faleceu no Rio de Janeiro. Ele foi Engenheiro Civil e de Minas, formado pela École de Ponts et Chaussées de Paris. Em 1908, a pedido do Governador Jerônimo Monteiro, projeta a reforma do Palácio Anchieta; em 1912, Norbert projeta e escadaria Barbara Lindemberg, frente ao palácio, “em estilo Luís XVI, a ser construída em pedra e cimento, com balaustrada e corrimões em cimento branco e guarnecidos de ferro” (CARECE DE FONTE), substituindo a configuração eminentemente reta, bem ao sabor colonial. A adoção de elementos mitológicos também se faz presente, como a célebre estátua “menina com delfim”, que chocou os mais pudicos, por estar seminua. Também é de Norbert o projeto da Escola Maria Ortiz (1912), ao lado do Palácio Anchieta, feita com as mesmas configurações ecléticas.

O mesmo pode ser estendido ao arquiteto André Carloni (1883–1976), apesar de suas origens italianas. Tendo imigrado para o Espírito Santo aos dez anos de idade, Carloni, autodidata de formação, já foi influenciado por esse mesmo ecletismo que tomou conta do século XX, em substituição ao colonial. Tanto é que, uma de suas obras, o Palácio da Cultura Sônia Cabral (antiga Assembleia Legislativa), foi erguida em 1912, em cima dos escombros da Igreja da Misericórdia, arrasada em 1907. O Palácio é outro excelente exemplo de arquitetura eclética, bem como o Teatro Carlos Gomes, projetado e construído pelo mesmo Carloni, em 1927, e de posse deste, até 1938, quando foi vendido ao Estado do Espírito Santo. Até hoje é creditado ao Teatro ser uma cópia em miniatura do Scalla de

Milão, tamanha a semelhança dos elementos compositivos, como as janelas simétricas, as estátuas e outros elementos arquitetônicos que remontam ao período.

Assim, é possível perceber que houve, sim, no Espírito Santo, uma influência francesa, uma espécie de “eco da ‘Missão’”, dadas as proporções de tempo e espaço. Ela veio travestida de eclético, mantendo, no entanto, muitos dos ideais iniciais dos “missionários”, como o apreço pelas formas simétricas, a retomada de elementos mitológicos e, claro, um elitismo, um desprezo pelo antigo, representado pelo colonial, que praticamente desapareceu. A influência francesa em terras capixabas, aliás, foi tamanha que, até antes da composição do hino do estado, a Marselhesa, hino nacional francês, era cantada nas escolas. O estado do Espírito Santo foi, portanto, um importante palco para o culto às ideias da França.

## VIII

Seja uma “missão” ou uma simples “comitiva”, é fato que a “Missão Francesa”, a despeito de seus dois séculos, ainda é um assunto controvertido, mas de muita riqueza e campo aberto para a pesquisa.

Acusada por uns de “elitismo”, a “Missão”, de fato, contribuiu para que uma arte e arquitetura genuinamente colonial fosse tida como “menor”, ao passo que o neoclassicismo foi elevado à categoria de um movimento “superior”, ainda que essa vanguarda já estivesse em declínio em solo europeu. Assim, por conta dos viajantes franceses, há quem os culpe de “atrasar” a expressão de outras vanguardas, como o impressionismo, por exemplo.

Todo esse estado de coisas contribuiu para o arrasamento de obras e conjuntos urbanos em uma época em que não se dava valor

à preservação do patrimônio, suplantando histórias e identidades. Da mesma forma, não se pode negar o caráter “etnocêntrico” do movimento, com viés “civilizatório”, tudo isso por meio de uma arte genuinamente europeia e, em última análise, francocêntrica.

Contudo, é inegável o papel não apenas da “Missão”, mas também de seus integrantes, na tentativa de organização e criação de espaços acadêmicos, de aprendizado e reprodução artística. Muitas técnicas foram assimiladas por grandes autores nacionais, reproduzidas e até desenvolvidas, o que contribuiu sobremaneira para o avanço de áreas como arquitetura e construção, fotografia e, até mesmo, para as artes em geral.

Os artistas franceses deixaram inúmeras obras, que retratam, ainda que dentro de uma visão eurocêntrica, as crônicas da época, tornando-se documentos de valor incontestável. Ademais, muitas dessas obras já são parte da identidade brasileira, sendo sua reprodução bastante encontrada em livros de história, o que cria uma memória automática, ainda que o leitor não saiba distinguir seus autores.

Por fim, desnecessário falar em como esses artistas contribuíram para a formação do nosso imaginário, havendo, aí, um encontro de visões: a europeia, de um Brasil agreste, uma terra mitológica, um espécie de “Eldorado”, o Éden perdido nos trópicos; e uma brasileira, que vê a França como um berço da estética, da história e das artes, cujos modelos foram tão importantes para a implantação de escolas, universidades e outros centros de criação e disseminação de conhecimento.

Esse encontro de imaginários, que teve a cidade do Rio de Janeiro como seu epicentro, alastrou-se por todas as partes do Brasil, no Espírito Santo, inclusive, produzindo resultados cujos efeitos, até os dias de hoje, duzentos anos depois, se fazem sentir.

## Referências

BIARD, Auguste-François. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Tradução de José Augusto de Carvalho. Projeto Adelphi Polí Monjardim. Coleção José Costa. Prefeitura Municipal de Vitória/Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vitória: 2002.

BIBLIOTECA NACIONAL. *A França no Brasil*. In: <[http://bndigital.bn.gov.br/francebr/missao\\_artistica.htm](http://bndigital.bn.gov.br/francebr/missao_artistica.htm)>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Papyrus. São Paulo: 1994.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Imigrantes no Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos Séculos XIX e XX*. Organização: Agostino Lazzaro. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória: 2014.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Victor Frond – 1860: Uma aventura fotográfica pelo itinerário de Dom Pedro na Província do Espírito Santo*. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vitória: 2015.

LABRUNE, G. e TOUTAIN, Ph. *L'Histoire de France*. Nathan. Paris: 1997.

NEVES, Lúcia Maria Pereira Bastos das e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 1999.

REVISTA AVENIDA. *O ensino da Missão*. Publicação eletrônica do Museu Nacional de Belas Artes/Ibram/Minc. Rio de Janeiro, maio de 2016. Nº 1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Missão? Que missão?* In: <[www.revista-dehistoria.com.br/secao/capa/missao-que-missao](http://www.revista-dehistoria.com.br/secao/capa/missao-que-missao)>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os franceses no Brasil de D. João. *Revista USP*, São Paulo, nº 79, pp. 54-69, setembro/novembro 2008.

SQUEFF, Letícia. *Reverendo a Missão Francesa: A Missão Artística de 1816, de Afonso d'Escragnoille Taunay*. In: <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/atas/atas-IEHA-v2-133-140-leticia%20squeff.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2016.



## REMINISCÊNCIAS

Darcília Moysés\*

*Reminiscências* é o plural de reminiscência. O mesmo que: anamneses, memórias, recordações, relembrações, rememorações. Aquilo de que se recorda; lembrança; recordação.

Em uma ocasião, quando acompanhava alguns alunos da Aliança Francesa de Vitória a Paris, para um curso de francês na Casa mãe de todas as Alianças Francesas do mundo, quedei-me, sentada num banco, a observar, atentamente, cada detalhe daquele prédio centenário que eu conhecera há tão longos anos.

Era, então, o início do ano de 1971, quando ali entrei pela primeira vez. Não para estudar. Bolsista do Governo Francês, minhas aulas eram ora na Sorbone, ora no *Centre de recherche et d'étude pour la diffusion du français* (CREDIF) ou, ainda, no *Bureau pour l'enseignement de la langue et de la civilisation françaises à l'étranger* (BELC). Fora apresentar-me à direção da *Alliance Française* de Paris como professora da Aliança Francesa de Vitoria, seguindo indicações do diretor da época, que via nisso importância para a instituição capixaba. Hoje entendo melhor o porquê.

Naquele momento, em 2011, sentada no banco, ocorreu-me, de repente, o sentido da palavra epifania. Dei-me conta dos laços que me ligavam à Aliança Francesa. Tive a consciência de que, desde a adolescência, a Aliança Francesa compartilhou comigo, e por longos anos, os caminhos da vida.

Já, então, na direção da Aliança francesa de Vitória, vieram-me à lembrança outras vidas que não a minha. Na verdade, um ema-

---

\* Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, ex-diretora da Aliança Francesa de Vitória.

ranhado de vidas que transitaram e transitam por essa longa história que ainda segue seu curso... Meus professores dos anos sessenta, meus colegas de sala; meus colegas de trabalho dos anos setenta — lembranças queridas; os professores e funcionários que, desde 2004, trabalhavam comigo na Aliança Francesa de Vitória... E os colegas de uma década na Aliança Francesa de Niterói... E os alunos que, mesmo depois de muito tempo, continuam fazendo parte de nossas lembranças, às vezes até, de nossas vidas... Porque, mais que tudo, todos nós bebemos dessa fonte e pautamos muito de nossas vidas em suas águas. Parafraseando Gibran, (O Profeta) poderíamos dizer que:

Certamente, não há presente maior para um homem do que aquele que transforma todos os seus objetivos em lábios sedentos e toda a vida em uma fonte.

E nisto está minha honraria e minha recompensa — Quando venho à fonte para beber, encontro a própria água, viva e sedenta:

E ela bebe a mim enquanto eu a bebo.[...]

Na verdade, a língua francesa permitiu-nos novas possibilidades de olhar o mundo: novas perspectivas, novos horizontes! É isso que, há mais de um século, vem acontecendo em uma Aliança Francesa com os que, de uma forma ou de outra, quaisquer que tenham sido seus objetivos, pisaram o chão de uma dessas Casas de Cultura.

Evidentemente, o olhar de hoje traz em si outras percepções de instituições como a Aliança francesa, os Institutos, as Missões Culturais que, naqueles anos, não nos eram dadas a perceber. Na verdade, o *Soft Power* é bem mais brando que o *Hard Power* quando se trata de uma dominação sutil, de um processo “civilizatório” em relação aos povos culturalmente influenciados ou colonizados.

Em 1970, concluí o “Nancy III”. No início de 1971, bolsista do governo francês, fui para a França. Conheci Kateb Yacine, Abdel-

malek Sayad; conheci as questões do colonialismo e dos protetorados... As consequências do colonialismo e da descolonização já transitavam pelas estradas da França. Paris fervilhava ainda sob os efeitos de maio 68. Mudanças sensíveis de pontos de vista...

Foi preciso que, em 1986, quando fazia algumas disciplinas no Curso de Especialização em Literaturas Francófonas na Universidade Fluminense – UFF, toda a questão do colonialismo e dos processos decorrentes desse momento terrível do imperialismo europeu viesse à luz pela palavra de Césaire, de Fanon, de Glissant; de Tahar Ben Jelloun, de Senghor. E mais recentemente, pela de Amin Maalouf e de Kamel Daoud, convivendo com Houellebecq e Modiano! Portas abertas para uma maior compreensão dos processos político-culturais que faziam — e fazem — da Aliança Francesa exatamente... uma Aliança Francesa.

Na verdade, na consecução de seus objetivos político-culturais, a *Alliance Française* por meio da língua francesa e de sua cultura, proporcionou-nos um outro olhar, uma outra perspectiva em relação ao mundo... Estranhamente, algumas línguas que já foram símbolo de poder e dominação para uns, podem ser, para outros, portas de abertura para o mundo! “Estranha potência a vossa!”, diria, talvez, Cecilia Meireles.

Assim, quando me vejo com o propósito de falar sobre a *Alliance Française* de Vitória, sobre sua história que foi tão presente na minha vida desde 1963, é na rememoração desse percurso que reencontrarei, principalmente, minhas fontes.

“Shall memory restore  
the steps and the shore  
the face and the meeting place [...]”  
W.H. Auden:

Escrever a história de uma instituição longeva, que ainda resiste, que se mantém fiel a suas raízes sem, todavia, tornar-se obsole-

ta, implica, forçosamente, transitar entre passado — longínquo ou recente — e presente; entre fatos e memória dos fatos. Diz respeito, sobretudo, à *re-construção* das subjetividades, à releitura dos textos fundadores; significa acompanhar um processo de *re-engendramento* que se vem fazendo e refazendo há, exatamente, 137 anos.

Necessária se faz, pois, a retomada de velhas histórias aí imbricadas, cujo deslocamento no tempo e no espaço permite que se recuperem os fatos, que se *re-signifique*, criticamente, o passado, considerando, nesse fazer, o mais que possível, o discernimento, para que história e memória realizem a apreensão das relações que se estabelecem entre passado e presente, pois, segundo Helenice Rodrigues da Silva,

Mais do que um simples objeto da história, a memória parece ser, dentro dessa nova perspectiva de análise, uma de suas “matrizes”. Segundo Paul Ricoeur, ela permanece, em última instância, a única guardiã de algo que “efetivamente ocorreu no tempo”. Assegurando a continuidade temporal, a memória, fragmentada e pluralizada, se aproxima da história pela sua “ambição de veracidade”.

Buscar-se-á, assim, reunir fragmentos, com base na pesquisa documental, tanto quanto nos “testemunhos” da memória — poli-fônicos, pois toda memória se constitui por meio de múltiplas vozes. Há de se reconstituir, *rizotomicamente*, o caminho da Aliança Francesa de Vitória — que se situa numa das dobras da história de uma Instituição centenária, a partir dos primeiros anos de sua fundação até meados de 2017.

Os passos dessa história levam, certamente a um — ou a vários — *meeting place*. Não a 1959, inicialmente; tampouco a Vitória. Leva-nos mais além, a 1883, século XIX, quando a “Associação Na-

cional para a Propagação da Língua Francesa nas Colônias e no Estrangeiro” foi criada sob a égide de Paul Cambon e de Pierre Foncin:

*Son idée fut alors de créer une forme d'association qui aurait pour but de soutenir l'enseignement du français sur la base de valeurs universelles, telles que les droits de l'homme et la laïcité. Au lendemain de la défaite française de 1870, alors que la France amorçe une période de déclin politique, la création de l'Alliance française, en 1883, s'intègre dans un mouvement de recherche d'une sorte de compensation du déclin national par un prestige culturel à l'étranger. [...].*

Tal foi o objetivo primeiro da “Associação Nacional para a Propagação da Língua Francesa nas Colônias e no Estrangeiro”, ou seja, da futura rede mundial das Alianças Francesas.

No ano seguinte, 1884, a *Alliance Française* de Paris abre suas portas, tendo como membros do conselho administrativo Ferdinand de Lesseps, Louis Pasteur, Ernest Renan, Jules Verne, Armand Colin, dentre outros filósofos, escritores e cientistas da época. Ou seja, *la crème de la crème* da intelectualidade francesa.

Em 1885 seria a vez do Brasil. Na obra *A presença francesa no Brasil: de Villegaignon ao século XXI* (2009), encontramos a seguinte referência a respeito dessa instalação:

Uma das instituições francesas mais antigas a instalar-se no Rio de Janeiro, a Aliança Francesa estabeleceu-se em 1885, sob o princípio “liberdade, igualdade, fraternidade” e ideias de progresso e emancipação, inicialmente difundidas pela Missão Francesa. O primeiro presidente da instituição, o pintor Auguste Petit, entre suas obras, retratou Osvaldo Cruz, nomeado Cavaleiro da Legião de Honra. Registros revelam que as primeiras reuniões da Aliança Francesa foram realizadas na casa da Marquesa de Santos. A im-

portância da instituição é percebida não somente no interesse em aprender o idioma, mas também na difusão de uma cultura apreciada pelos brasileiros da época. Aos poucos, palavras de origem francesa se incorporam ao vocabulário nacional, correspondendo a processos e objetos importados no século XIX, como *bidê*, *boulevard*, *abajur*, *soutien* e *rendez-vous* [...]

Era, então, o século XIX. Século marcado pela hegemonia cultural europeia, isto é, francesa. No Brasil, éramos ainda império, tínhamos as marcas de uma cultura que aqui aportou com a corte portuguesa, fugindo de Napoleão Bonaparte.

Mas, o que seria, verdadeiramente, uma Aliança francesa? Oficialmente, quando se acessa o site da Delegação Geral da Fundação das Alianças Francesas, bem como os de todas as afiliadas dessa grande rede, têm-se, em princípio, as mesmas informações, consideradas, evidentemente, as peculiaridades de cada país:

As Alianças Francesas são instituições sem fins lucrativos, cujo principal objetivo é a difusão da língua e da cultura francesas. Para isto, elas promovem o ensino do idioma francês e oferecem atividades culturais francófonas. Elas concedem certificados específicos de proficiência e conhecimento linguísticos. [...].

Atualmente, as Alianças Francesas estão organizadas em 37 associações autônomas e distribuídas em 63 unidades, que ocupam praticamente todos os estados brasileiros.

Como na maioria dos países latino-americanos, a presença francesa não se caracterizou por uma imigração de caráter econômico, e sim por um enriquecimento das relações políticas e culturais entre os dois países.

Tanto na Monarquia como na República, a cultura brasileira foi extremamente influenciada por artistas e escritores franceses. [...]

Durante a década de 60, foram implantados 10 novos comitês das Alianças Francesas. Em 1979, atingiu-se o número de 30 associações com 50 implantações. O francês era então língua obrigatória no ensino secundário.

Atualmente, as alianças francesas estão organizadas em 37 associações autônomas e distribuídas em 63 unidades, que ocupam praticamente todos os estados brasileiros.

Todas as Associações são jurídica e administrativamente independentes. Porém, a qualidade das atividades culturais e dos programas de ensino é garantida pela Delegação geral da *Fondation des Alliances Françaises*, situada no Rio de Janeiro. [...]

As Alianças Francesas, que já formavam uma rede solidária, estreitaram ainda mais seus laços em 2001 com a fundação da FEBRAF (Federação das Alianças Francesas do Brasil), sendo sucedida em 2017 pela ABRAF (Associação brasileira das Alianças francesas). [...]

Geralmente, as Alianças Francesas nascem por iniciativa de pessoas e instituições dos próprios países aonde ela venha a se instalada. Cada centro goza de autonomia estatutária e financeira, sendo regido pela legislação local. Porém, todos eles funcionam em estreita relação com a matriz parisiense (*Fondation Alliance Française*, com sede no Boulevard Raspail, nº 101, no 6º *arrondissement*, em Paris), que é a proprietária da marca “Aliança Francesa”.

Setenta e quatro anos se passaram até que a Associação de cultura franco-brasileira de Vitória fosse criada. Como relata Marina Barata, pela escrita de Paulo de Paula:

Havia na cidade também um número de pessoas interessadas na cultura francesa e, quando menos se esperava, lá estava Marina com um livro de ouro nas mãos, coletando assinaturas de inte-

ressados na formação de uma Aliança Francesa em Vitória. E Marina diz: “A primeira assinatura foi de Roberto Saletto. Logo surgiram as pessoas que apoiavam a sua fundação e as preparadas para fazê-la funcionar como o professor Décio Cunha da UFES e seu discípulo José Augusto Carvalho, hoje renomado escritor. E secretárias, como Margarida Soneghet Silva e Regina Avancini. Foi escolhido diretor da Aliança Daniel Chandler, francês e habitante da cidade, na diretoria também o arquiteto Marcelo Vivacqua que ao mesmo tempo em que reativava a arquitetura capixaba, contribuía para suas atividades culturais [...]”.

Nessa época, Georges Delanos era o Consul honorário da França em Vitória. Também ele contribuiu para que a instituição fosse criada.

O edifício Alvares Cabral foi seu primeiro endereço. Eram três salas, como bem esclarece Marina Barata, “decoradas por Marcelo (Vivacqua)” .

Desde o início de seu funcionamento em Vitória, a Aliança Francesa foi fiel ao seu papel: o ensino da língua francesa, visando, sobretudo, à difusão do pensamento francês e da cultura francesa (ainda não se falava em francofonia). Assim, com o apoio da embaixada francesa, bem como pela ação dos membros do “Comité”, Vitória recebeu peças de teatro, tais como *Le huis clos*, de Jean-Paul Sartre, *La leçon*, de Ionesco; filmes — viviam-se os efeitos da *Nouvelle vague* e nomes como Claude Chabrol, Erich Rohmer, Alain Resnais, Jean-Luc Godard, François Truffaut, Louis Malle (dentre outros) circulavam pela intelectualidade capixaba, que ainda era fiel às tendências europeias, especialmente aos mestres do Existencialismo. Camus, Sartre, Simone de Beauvoir, Ionesco e outros eram presenças frequentes nas rodas de conversa da intelectualidade capixaba, sobretudo daquela ligada à literatura e à filosofia.

Ainda que já se observasse a crescente influência da cultura americana, impulsionada pelo pós-guerra e pelas questões hegemônicas que daí decorriam, a cidade era, então, cenário bastante propício para que a *Alliance Française* de Vitória aí encontrasse terreno fértil: o ensino da língua francesa ainda era obrigatório nas escolas; a Fafi – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, criada em 1951, teve os cursos de Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas reconhecidos pelo Decreto Federal n.39.815,20/8/1956. Principalmente, o *american way of life* ainda não tinha superado a influência francesa no universo da sociedade capixaba.

Estudava-se francês na Faculdade do Espírito Santo (ainda não era universidade), nas escolas públicas e particulares; a sociedade muito influenciada pelo pensamento francês. Os anos 60 foram, pois, bastante profícuos para a Aliança Francesa.

1963. Sou aluna da Aliança Francesa de Vitória... Da busca dos fatos em documentos e vozes outras que não a minha, busco agora a “minha memória” e acrescento à narrativa... Busco decifrar o vivido a partir do olhar, não aquele da adolescente de 1963, mas o dos meus atuais “muitos anos”, dos quais 40 estiveram palmilhando os espaços de uma Aliança Francesa. Vitória e Niterói. Aluna, professora, diretora.

Dona Alba, Heloisa Brambatti, Zoé Drummond... Alguns dos professores que trabalhavam na Aliança francesa de Vitória em seus primeiros anos de existência. Pierre Mérigou assumira a direção. A Aliança Francesa de Vitória oferecia seu curso de língua por meio do *Cours de langue et civilisation françaises*, de G.Mauger — *Collection publiée sous le patronage de l'Alliance Française* — o “Mauger bleu” (depois, bem depois, surgiu o “rouge”). Viajava-se com a família Vincent de Montreal a Paris... Língua e civilização francesas pelo método tradicional, passeando por Paris e outras cidades da França! Nos níveis mais adiantados, os textos literários faziam parte

dos livros dessa coleção. Até os anos 70, todos conhecíamos a França pelos olhos de Madame *et Monsieur* Vincent e família ... E lia-se *Le Petit Prince*, de Antoine de Saint-Exupéry! As candidatas à Miss Brasil da época que o digam!!! Afinal, o essencial é invisível para os olhos...

Na década de 60, a Universidade de Nancy — Faculdade de Letras e Ciências Humanas, França —, tinha um convênio com as Alianças Francesas do Brasil para as certificações ditas “*Examens de Nancy*”, para estudantes estrangeiros. As Alianças francesas preparavam os alunos que visavam obter tais diplomas, por meio de cursos específicos. As provas eram aplicadas em duas modalidades: oral e escrita. Os exames eram assim distribuídos:

- *Certificat Pratique de Langue Française* – Nancy I, em que se estudava a língua e a civilização francesas ( história, geografia, artes);
- *Diplôme d’Études Françaises* – Nancy II, em que se dava continuidade aos estudos de língua, começava-se a estudar literatura ( periodização);
- *Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises* – Nancy III, estudo aprofundado da língua francesa, bem como o de literatura (autores indicados pela Universidade de Nancy).

As provas escritas eram realizadas em Vitória, mas corrigidas pelos professores da Universidade em Nancy. Os testes orais eram aplicados por professores vindos da França para tal fim. Que sofrimento enfrentar a sapiência daquelas “feras” que aqui vinham! A exigência era enorme! Os dias de provas eram terrivelmente estressantes para todos os envolvidos, professores e alunos!

Tais diplomas eram o objetivo maior de quem aprendia a língua francesa, principalmente os que pretendiam ser “professores de francês” ou, então, postulavam bolsas de pós-graduação na França. Muitos também o frequentavam os cursos preparatórios pelo prazer ou pelo *status*. Lamentavelmente, no início dos anos 2000, os

“*examens* de Nancy” começaram a ser menos procurados, os horizontes buscados passam a ter novos contornos. Pouco a pouco foram desaparecendo do Brasil. Outros valores se colocaram como essenciais, engendrados pelo progresso, pela globalização, pelas demandas de outro cenário mundial e, conseqüentemente, local. Novas certificações surgiram para atender novas demandas.

Mas, voltemos aos anos 60. Exatamente no dia 26 de agosto de 1964, a Aliança francesa de Vitória deixa oficialmente a Praça Costa Pereira. Uma “sessão festiva”, seguida de coquetel marca a inauguração desses novos espaços. Era presidente do Conselho o arquiteto Marcelo Vivacqua. Presença de representantes dos meios culturais e intelectuais da cidade, a do Delegado Geral e a do Adido Cultural da Embaixada. Em seu discurso de saudação, segundo consta em ata, o Presidente do Conselho se congratulou com todos os presentes “pela inauguração das novas instalações, o que representa uma vitória para os [...] meios intelectuais e para o desenvolvimento cultural da cidade”. Dentre os presentes, o hoje respeitadíssimo profissional Sebastião Salgado, que deixa seu testemunho sobre a importância da Aliança Francesa em sua vida quando recebeu a homenagem da Câmara de Comércio França-Brasil RJ.

Na noite desta quinta-feira (27/10/2016), Sebastião Salgado recebeu o Prêmio Personalidade da Câmara de Comércio França-Brasil. O fotógrafo e fundador do Instituto Terra recebeu o prêmio acompanhado da mulher, Lélia Wanick, das mãos de Claudine Bichara, presidente da CCFB-RJ.

Emocionado, ele disse estar muito lisonjeado pela homenagem. “Este é um prêmio muito importante para a minha geração. Comecei a aprender francês com apenas onze anos de idade e, então, passei a saber todos os clássicos franceses. Conheci a minha mulher na Aliança Francesa em 1964, terminei o mestrado em economia na USP

e tive a oportunidade de ir para a França. Considero que estou recebendo esse prêmio do meu país e do país onde passei e passo grande parte da minha vida” [...].

Muitas outras vidas poderiam dar testemunhos semelhantes. Sim, líamos os clássicos, principalmente os dos séculos XVIII e XIX, mas também adentrávamos pelo século XX, e, entre Camus e Sartre, Beauvoir, Ionesco e Beckett, entre *Sisiphe et Caligula*, *Meursault et Béranger* discutíamos sobre *L'être et le Néant*, *a Huis clos!*

Percebe-se, claramente, que o acesso às atividades da Aliança Francesa era restrito a um grupo social mais favorecido, quer fosse pelo fato de os cursos serem relativamente caros, quer pelo fato de serem envoltos por uma aura advinda de certo mito: o do intelectual, o do charme, o do chique, ou o do sofisticado associados à França. Tais dados já definem, certamente, o perfil dos frequentadores da instituição. Estudar francês na Aliança francesa era, de certo modo, “*to the happy few*”.

A Aliança Francesa passou a ocupar, então, um andar do Edifício Santa Mônica, na Avenida Jerônimo Monteiro, no centro da capital. Novo diretor: Jean-Pierre Gadiou. A instituição mantinha seu propósito de ensinar a língua e literatura francesas, bem como estabelecer intercâmbio entre as duas culturas. A língua francesa ainda constava como obrigatória no ensino brasileiro, nos diferentes níveis. Aliança Francesa e Universidade Federal complementavam-se, não apenas nos curso de Letras (português-francês), mas também em outras áreas do conhecimento. Muitos alunos e professores postulavam bolsas de estudo para a França e, muitas vezes, a Aliança Francesa intermediava a concessão de bolsas de estudos concedidas pelo Governo Francês.

1964, março, 31 trouxe a ditadura. A aliança Francesa, conforme as diretrizes para realização das suas finalidades, manteve neu-

tralidade política. Nessa época, o General Charles de Gaulle presidia, ainda, a França. Segundo P. Gomes (2016),

O golpe militar de 1964 não prejudicou as relações políticas franco-brasileiras. Contrariamente, a chegada de um novo grupo ao poder foi vista pelas autoridades francesas como um sinal de maior estabilidade na política brasileira. Para eles, tudo parecia apontar para uma melhoria das relações bilaterais. Embora a intervenção militar tenha sido vista, de início, com alguma desconfiança, logo após a eleição de Castelo Branco, o novo regime, que aparentemente teria uma curta duração, foi reconhecido pelo governo francês. Da mesma forma, para o governo brasileiro, que tradicionalmente via a França como um exemplo de democracia consolidada, era fundamental ter a sua legitimidade reconhecida por aquele país. Mesmo que as relações econômicas e comerciais franco-brasileiras não representassem uma área prioritária para nenhum dos dois países, os modelos culturais franceses sempre foram cruciais para a formação das elites nacionais. Houve um empenho constante por parte das autoridades brasileiras para que as relações com aquele país não fossem afetadas pela conjuntura interna. Nesse sentido, a visita do presidente Charles de Gaulle ao Brasil, no segundo semestre de 1964, simbolizou o ápice da retomada dos vínculos entre os dois países.

Mai 68, porém, vai modificar, um pouco, esse cenário. Mai 68 — estudantes e trabalhadores uniram-se em uma revolta que enfraqueceu a confiança do povo francês no governo. Em consequência desses eventos, em 28 de abril de 1969, De Gaulle renunciou, passando a Quarta República para Georges Pompidou (1911-1974). Repercussão mundial. No Brasil, a marcha / passeata dos cem mil no Rio de Janeiro acirrou as ações da ditadura. Prisões, tortura, exí-

lio... A França se torna, então, um país de acolhimento, um país que recebe os exilados políticos não somente do Brasil, mas também os de outros países. A Aliança Francesa continua a manter seus propósitos de não interferência política, tendo em vista suas implicações com o governo francês. Indiretamente, porém, proporcionava elementos para provocar a consciência crítica: O cineclube e seus filmes, a leitura de alguns autores...

Em 1969 Noël René Mancini assumiu a direção da Aliança Francesa. Nessa época, a oferta de bolsas do governo francês foi pródiga. Havia um número bastante significativo de alunos que se preparavam para prosseguir estudos da França. Quase todos os alunos do curso de Licenciatura em Letras – português–francês da agora Universidade Federal eram alunos da instituição. A procura pelos cursos preparatórios para os “*Examens de Nancy*” era bastante grande. Eventos culturais continuavam a fazer parte das atividades: cantores, filmes franceses, conferências...

Tudo obedece a uma dinâmica ininterrupta e novas formas de aprendizado, novos conteúdos têm de ser adotados. A “*famille Vincent*” cede lugar ao *La France em directe*, de Guy e Janine Capelle. Mme. Charlotte Romary já havia criado o “*tableau de feutre*” como suporte em sala de aula. E as fitas magnéticas (cassetes) já faziam parte do material didático. O *Français Fundamental* era o *corpus* linguístico para todo e qualquer método dito moderno. Os textos clássicos, os diálogos elaborados em uma língua sem marcas da oralidade deram lugar a diálogos mais próximos do cotidiano da vida francesa.

O reencontro com a Aliança Francesa de Vitória deu-se em 1973, quando novo diretor havia assumido a direção. Ele procurava um professor de língua e literatura para os cursos preparatórios Nancy II e Nancy III. Começo de uma parceria de sete anos. Gérard Villeneuve trouxe novos horizontes. Odete Fontana era, então, a secretária.

O francês não mais sendo obrigatório nas escolas das diferentes redes, há uma recuada nas demandas por cursos de língua francesa. Ao lado do Instituto Brasil–Estados Unidos, outros cursos de inglês são criados em Vitória. A influência americana começa a se fazer presente, em decorrência de uma série de fatores políticos e econômicos. O sistema educacional americano ocupa o espaço. O modelo educacional francês pós–maio 68 não se mostra tão conveniente.

Manter uma escola de língua francesa funcionando nessas circunstâncias requeria habilidade. Para fazer frente a essa situação, foi firmado, então, um convênio entre a Aliança francesa e o Estado. Professores de francês da rede estadual, que estavam, dadas as circunstâncias, designados para outras disciplinas, foram incorporados ao corpo docente. Importante, sobretudo, o fato de a Instituição acolher um novo perfil de alunos, tornando-se, assim, um pouco menos elitista. Villeneuve trazia (e traz) em si a alma do *Toulousain*, dos ventos soprado do *Midi!*

A criação de novos cursos universitários também contribuiu para essa abertura. A criação da Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia – EMESCAM trouxe para a capital muitos alunos de outros estados e, até mesmo, de outros países. A França era, na época, muito procurada pelos estudantes de medicina para estudos de pós-graduação.

Com o aumento do número de alunos, a Delegação Geral nomeou Christian Tourines como diretor-adjunto. Foi um período bastante profícuo, não apenas em razão do aumento da demanda e conseqüentemente melhora financeira, mas também pelas formações pedagógicas sobre novas técnicas, conceitos, metodologias. Novo método, nova abordagem. Foi a vez de *Voix et images de France – Méthode réalisée sous la direction pédagogique de P. Guberina & de P. Rivenc. Films fixes dessinés par Pierre Neveu*. Já nessa época, dois conceitos fundamentais sobre os quais toda ação das Alianças

se pautam: tradição e modernidade. E Pierre *et* Mireille, bem como Cathie *et* Pilou povoaram a vida de professores e alunos...

Outro ponto a ser destacado nos anos 1970 foi a compra de um imóvel na Rua Sete de Setembro, sua reforma e posterior mudança. Em 1978, a Aliança Francesa de Vitória tinha, finalmente, sua sede própria. E com salas equipadas com todos os aparelhos necessários para o uso de filmes fixos e fitas magnéticas (bobinas e cassetes)!

Culturalmente, esses também foram anos muito intensos. A Aliança promoveu exposições, trouxe a Vitória artistas de renome como Frida Boccara, Pedro Soller, dentre outros. O cineclubes era bastante ativo. Os novos equipamentos permitiam um novo dinamismo na prática pedagógica. Jean-Pierre Giacardy, então recém-chegado da França, movimentava os espaços e as cabeças pensantes...

E o Jonas, auxiliar de serviços gerais, vendia, na cantina, o melhor *chien chaud* (como ele dizia) do mundo! Os intervalos eram uma festa! *Convivialité!* Lembranças queridas!

Alguns eventos dessa época, unindo a “família AFVitória anos 1970”: Bailes à fantasia na casa de Nara Regina Motta Dias, a então nova secretária (substituiu Odete Fontana), em Jacaraípe... Lindas fantasias!!! Piqueniques à noite, à moda francesa, com direção e família, professores e alguns alunos. A Sadia começava a vender aves abatidas que, à *la manière d’Astérix et Obélix* com os javalis, assávamos inteiros no espeto. Tudo isso tendo o francês como língua comum! Verdadeira imersão! Gérard, Françoise, Véronique *et* Ivon; Nara e Maria Lúcia — Sussuca! E Raquel, Maria Isabel e Ilza Maria ! E, ainda... Nazareth, Nilzete, Silvana e Sigrid; Etel Partelli, Elizete; Paulina e Iracilda e Ana Lúcia e Léa; Diouf e Jean — Pierre Giacardy! E o Jonas, é claro! Nomes que ficaram na lembrança de cada um de nós!

De 1978 a 1984, dois foram os diretores. Jacques Mengelle e Robert Haissat. Hertha Theresa Petersen era a secretária (até 1982). Não houve grandes alterações nas rotinas culturais e pedagógicas

da instituição. Em 1982, a apresentação de Didier Lookwood foi um verdadeiro sucesso! Clássicos ao ritmo do Jazz, ao som do violino!

Ainda nessa década, uma filial começa, ainda que timidamente, a funcionar na praia do Canto. Um primeiro passo para que a Aliança fosse instalada definitivamente, nesse bairro e, em 1998, na Enseada do Suá, em sede própria, onde ainda permanece. Outra filial, em Vila Velha, sob a coordenação de Cirène Debbané, também foi instalada, mas não se manteve por muito tempo.

Nos anos 80, até início dos anos 90, foram instituídas novas certificações em todas as afiliadas da rede *Alliance Française*: o *Certificat d'Études Pratiques* – CEPAL e o *Certificat d'Études Fondamentales* – CEFAL. O certificado e os *Diplômes* de Nancy ainda eram assegurados pelo convênio com a Universidade de Nancy. Todos esses — certificados e diplomas —, foram instituídos sob a égide do *Ministère de l'Éducation Nationale*.

Em 1982, deixo Vitória pelo Rio de Janeiro. Nos espaços da Aliança Francesa de então, não convivi profissionalmente com Marlene Mendonça, nem com Aparecida Trinxet; também não o fiz com Geneviève Cardinaux, nem com Solange Maioli; tampouco com Chaudanne. Sei que eram excelentes. Minhas referências, agora, vêm de outras vozes, vêm do que me contaram...

Durante o tempo em que permaneceu em uma bela casa na Praia do Canto, as exposições, assim como a apresentação de artistas e conferencistas se sucediam. A instituição oferecia aos alunos um belo espaço de “convivialité”. No jardim que circundava a casa, o professor, pintor e escritor Gilbert Chaudanne costumava armar seu cavalete... Foram diretores nesse período Michel Carcis, Hervé Salaün e Allan Sardaillon, respectivamente. *Archipel*, *Sans Frontière*, *Le Nouveaux Sans Frontière* eram os métodos da época. Mais um passo em direção aos novos conceitos do ponto de vista didático-pedagógico.

Considerou-se, à época, a compra de um terreno para a construção da sede da Aliança Francesa de Vitória. O passo seguinte seria a construção de um espaço que tivesse as características de uma “associação de cultura”, com salas de aula mais adequadas, espaço para exposições e biblioteca. E assim foi feito. Em 1999, quando a instituição completou quarenta anos, já os festejou em sua sede própria.

Na ocasião desses eventos, mais três obras do projeto *Lettres de l'Alliance* (criado em 1996) foram lançadas: *Mistral*, coletânea de poesias coletiva, bilíngue; a reedição de *Evocação da Ilha de Vitória*, de Marien Calixte e a coletânea de poesias *Agora, que o inverno acabou* – obra coletiva. Sobre essas obras, assim se manifestou Alain Sardaillon:

*Lettres de l'Alliance*, verdadeira janela no imaginário, nasceu em 1996 com a publicação do livro bilíngue de Marien Calixte *Le Vent de l'autre Nuit*. Essa coleção foi enriquecida por ocasião do aniversário de quarenta anos de existência da Aliança Francesa de Vitória, ou Associação de cultura Franco-Brasileira, com o lançamento de *Mistral*, obra coletiva bilíngue, de Poesia. Ainda nesse aniversário, esta instituição organizou a noite de autógrafos do livro *Remissão*, escrito por Celso Borges, depois, a reedição de *Evocação da ilha de Vitoria*, de Marien Calixte; e, hoje, *Agora que o Inverno Acabou....*, obra coletiva [...].

O final das comemorações foi marcado por um sofisticado jantar que reuniu figuras expressivas da sociedade no Cerimonial Itamaraty.

Ao longo dos anos 80 e 90, eventos internos — apresentações de trabalhos de e com alunos, bem como eventos externos — viagens (1989, julho, por exemplo, viagem ao Rio de Janeiro, para as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa), eventos envol-

vendo a comunidade francófona da cidade (jantares, palestras) e os concorridos *Bains linguistiques*, que ocorriam em cidades próximas à capital, durante todo um fim de semana, em parceria com a Associação de professores de francês do Espírito Santo e o curso de licenciatura em Frances da UFES garantiam a fidelidade da Aliança francesa de Vitória às suas finalidades: ensino e prática da língua francesa e difusão da cultura francesa: por meio de ateliers temáticos conduzidos por professores ou especialistas (língua, literatura, cinema, teatro, dentre outros), os participantes mergulhavam nas águas da cultura francesa. O curso de língua francesa do Centro de línguas para a Comunidade dava seus primeiros passos em 1996...

O tempo passou e logo Fabrice Charrier substituiu Allan Sardaillon na direção. A Aliança Francesa, já então em sua sede, deu continuidade às suas ações de ensino da língua Francesa e difusão das culturas francófonas — por meio de exposições e palestras e concertos com cantores. Lokua Kanza, cantor de renome internacional, apresentou-se com grande sucesso em Vitória, no teatro da UFES, com o apoio da Delegação Geral da Aliança Francesa no Brasil. As culturas francófonas começavam a ocupar o lugar que mereciam — e merecem.

Nesse mesmo período, novos testes de proficiência nacionais (Capes /CNPq), internacionais (as primeiras modalidades de DELF – *Diplôme d'études de Langue française* e DALF – *Diplôme approfondi de langue française*) substituíram o *Certificat d'Études Pratiques* – CEPAL e o *Certificat d'Études Fondamentales* – CEFAL, seguindo a dinâmica das alterações das demandas que, a cada época, definem novos perfis de clientes.

Em 2004, em setembro, novo conselho assume a direção executiva da Associação de Cultura Franco-brasileira de Vitória. O Presidente — Samuel Malheiros — e os membros do conselho designam pela primeira vez, em Vitória, um diretor brasileiro.

Anos 2000. Para o Brasil e para o mundo é outro horizonte que se delinea. Novas perspectivas econômicas definem o novo cenário mundial e nele vamos encontrar o Brasil em condições mais favoráveis, nesses primeiros anos pós-ditadura. Após vários planos econômicos frustrados, com o advento efetivo do Plano Real no final dos anos 90 e início dos anos 2000, novo cenário socioeconômico-cultural começou a ser vislumbrado.

Em 2003, novo presidente fora eleito no Brasil. Depois de várias tentativas, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002, após quatro tentativas anteriores, e reeleito em 2006. Com implantação do Plano Real, a imagem do Brasil já havia começado a tomar novos aspectos e, em decorrência, parcerias e negociações até então interrompidas ou congeladas foram retomadas. Não só com a França. O diálogo Brasil-França, porém, ganhou novos contornos, inclusive, no âmbito da Cultura. Reforçam-se laços com a criação do Ano do Brasil na França, em 2005 e, posteriormente, a do Ano da França no Brasil (2009). Conforme se pode ler no site do Ministério das Relações Exteriores,

A importância crescente das relações entre os dois países foi reconhecida quando os Presidentes Lula e Chirac firmaram Parceria Estratégica (2006), com ampla agenda de intercâmbio e cooperação. O Plano de Ação da Parceria Estratégica franco-brasileira (2008) centrou-se sobre eixos como diálogo político e governança internacional; relações econômicas e comerciais; cooperação nas áreas de defesa, espaço, energia nuclear, desenvolvimento sustentável; domínios da educação, línguas, ciência e tecnologia; temas migratórios e transfronteiriços; e atuação conjunta em terceiros países, em particular na África.

Em que ponto tais fatos têm influência nas rotinas de trabalho da Aliança Francesa de Vitória? Muitos. E não apenas nas da Alian-

ça de Vitória. Na verdade, o cenário mundial mudou bastante e o estreitamento das relações França–Brasil está bastante relacionado a essas mudanças. Na tentativa de recuperar seu antigo “*rayonnement*”, a França buscou estratégias políticas que envolviam — e envolvem ainda — a rede das Alianças Francesas.

Considerando-se a missão das Alianças Francesas desde a origem, percebe-se que parte das mudanças de paradigmas ficaria a cargo das instituições responsáveis, no exterior, por meio do ensino da língua e culturas francófilas, isto é, pela implantação das novas diretrizes que deveriam nortear toda a política cultural para recuperar o “*rayonnement*” da língua francesa, da cultura — não apenas da cultura francesa de *souche*, mas daquela que hoje dialoga com a francofonia; para recuperar o prestígio *de la pensée française* que, à época, já se via na busca de se *re-colocar* nos novos cenários mundiais.

A globalização, ao consolidar a posição do inglês como língua primeira das relações internacionais, bem como a criação da União Europeia e, posteriormente, a criação da *Organisation internationale de la francophonie* (OIF), levaram a França a repensar o lugar atual da cultura francesa no mundo, a considerar o fato de que a língua francesa já não tinha preferência como língua segunda ou estrangeira e a tomar medidas para minimizar os efeitos dessa perda de *status*.

Tais eventos incidiram na tomada de decisões que implicavam a adoção de políticas culturais, linguísticas e de gestão adequadas a um público-alvo com outra visão de mundo. Coube às Alianças Francesas, bem como aos Institutos de Língua Francesa, desempenhar grande parte dessa função.

Assim, como parte das estratégias fundamentais, é criada a Fundação das Alianças Francesas, em 2007, à qual toda a rede mundial passa a ser afiliada e cuja missão é, fundamentalmente, assegurar o desenvolvimento do ensino e do uso da língua francesa em

todo o mundo, visando contribuir para o aumento da influência intelectual da França e das culturas francófonas, bem como incentivar o intercâmbio entre culturas e contribuir para o desenvolvimento da diversidade cultural.

Tais ações foram desencadeadas por intermédio da Delegação Geral da Fundação das Alianças Francesas no Brasil (até 2007, pela Delegação Geral da Aliança Francesa no Brasil), e englobavam: formação profissional dos docentes e funcionários das Alianças; atualização dos exames de proficiência propostos pelo governo francês; o uso das novas tecnologias na elaboração dos métodos e, principalmente, promover o intercâmbio entre a França e os demais países e culturas, numa perspectiva de respeito à diversidade cultural em todos os seus âmbitos, principalmente, o linguístico, no universo da francofonia.

Em conformidade com as políticas linguísticas da União Europeia, toda ação pedagógica referente às línguas tiveram de adequar-se a um quadro comum de referências para todas as línguas oficiais da Comunidade. O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – QECR (CECR, em francês), é, pois, um padrão europeu, utilizado também em outros países, que serve para medir o nível de compreensão e expressão oral e escrita numa determinada língua. Todo ensino de língua materna, segunda ou estrangeira de uma das línguas oficiais da Comunidade Europeia deve adotar esse padrão.

Em decorrência, ao longo do período de 2004 a 2017, foram adotadas na Aliança Francesa de Vitória as novas diretrizes da DGAF (posteriormente DGFAF) para os testes DELF, DALF (2006), bem como a utilização de novos métodos que consideravam os novos paradigmas não apenas da língua francesa, em si, mas, sobretudo, a adequação às tecnologias, cada vez mais sofisticadas que viabilizavam (e viabilizam cada vez mais) o aprendizado das línguas e respectivas culturas.

Em 2008, o TCF Test de connaissance du français HYPERLINK “<https://www.ciep.fr/pt/tcf>” – HYPERLINK “<https://www.ciep.fr/pt/tcf>” foi incorporado aos testes de proficiência oferecidos pela Aliança Francesa de Vitória. Isso se fez necessário pela demanda que surgiu com a criação do *Campus France* Brasil e com o aumento da demanda de pessoas que pretendiam estudar ou emigrar para o Canadá. Além disso, em 2011, a então Presidente do país, Dilma Rousseff, criou o programa Ciências Sem Fronteiras. A busca por certificações de proficiência (Teste de proficiência CAPES/CNPq/TCF) foi bastante grande. Para a Associação, tais eventos significavam entrada de recursos, e o cumprimento das diretrizes da Delegação Geral.

Outra necessidade de adequação das Alianças Francesas surgiu com a adoção do *Référentiel Démarche Qualité (controle de qualidade)* que o *Institut Français* vem implantando desde 2011, em parceria com a *Fondation des Alliances Françaises*. Uma abordagem de qualidade iniciada pelo Ministério da Europa e Relações Exteriores. Conforme definido por Marilu Soria:

*La Fondation Alliance française et la Direction générale de la Mondialisation, du Développement et des Partenariats du ministère des Affaires étrangères et européennes, ont lancé en 2009 une démarche qualité dans l'ensemble du réseau des Alliances françaises et des centres et instituts culturels. Un référentiel commun de quelque 200 indicateurs répartis en huit fiches de domaines a été établi : pédagogie et enseignement, centre de ressources et documentation, communication/marketing et relation client, ressources humaines, gestion comptable et financière, locaux, gestion des activités culturelles et gouvernance (ces deux derniers domaines concernent uniquement les Alliances françaises)*

Todas as afiliadas tiveram de se adequar a essas diretrizes. Sem exceção. Em 2016 a Aliança francesa de Vitória apresentou sua primeira fase de adequação a tais exigências.

De 2004 a junho de 2017, a *Alliance Française* de Vitória oferecia, regularmente, cursos semestrais — uma ou duas vezes por semana. Um orientador Pedagógico era responsável pela formação continuada do corpo docente, cujos princípios se fundamentam nos parâmetros estabelecidos pelo Quadro Europeu Comum de Referência – QECR/CIEP, conforme proposto pela Direção Pedagógica da Delegação Geral, ou seja, uma *perspective actionnelle*.

Entre 2011 e 2017, dois métodos foram adotados, *Écho* e *Alter Ego*. Ambos utilizando tecnologia “de ponta” e, evidentemente, dentro dos parâmetros do Quadro Europeu Comum de Referência e do *Référentiel Démarche Qualité (contrôle de Qualité)*.

Foi necessário reequipar as salas de aula. Televisões e DVDs teriam de dar lugar a computadores e projetores (data show). Criou-se, ainda, um site que, entre outras coisas, permitia aos clientes (professores, alunos, equipe administrativa) acesso ao *Bureau Virtuel*, plataforma que colocava à disposição dos usuários filmes, documentários, vídeos...

Fiel às suas origens e propósitos, a Aliança Francesa de Vitória, durante esse período de 13 anos, além de oferecer cursos de língua francesa e culturas francófonas, também proporcionou a seus clientes festivos de cinema, peças de teatro, concertos de músicas clássica e popular, exposições de artistas franceses e capixabas dentre outros eventos. Procurou, ainda, promover novos artistas capixabas, cedendo-lhes espaço para que apresentassem suas obras. Dois Clubes de Leitura aí tinham suas reuniões: o Clube do livro de Vitória e o *Club de Lecture Quartier Latin*. E o Coral da Aliança Francesa de Vitória “fazia bonito” em suas apresentações! Durante algum tempo, Milson Henriques montou um grupo de teatro. Posteriormente, Gilson Sarmento. Belo trabalho!

Também alguns selos comemorativos foram lançados pelos Correios no auditório da Aliança Francesa: Mario Quintana, 200 anos da vinda da Missão Artística Francesa e selo comemorativo dos 50 anos da Aliança francesa de Vitória.

Escritores de diferentes Academias de Letras também escolheram o auditório da Aliança Francesa para lançamento de seus livros, para a cerimônia de posse de suas cadeiras. Muito nos honraram a Academia Espírito-santense de Letras e a Academia Feminina Espírito-santense de Letras.

Em 2009, ano de seu Cinquentenário, a Aliança Francesa de Vitória abriu suas portas para um ano de atividades culturais — concertos, exposições de artes (capixaba e francesa) palestras, desfile de modas, café concerto, curso de gastronomia, curso de pintura em *Plein air*; o concerto Madu canta Piaf — sublime —, presente de Maria do Carmo Schneider. E o acordeão e a voz de Mirano Schuller, as delícias de Joana Cei nos faziam cantarolar... *C'est si bon!*

Com esse objetivo, a midiateca Professor Décio Neves da Cunha, assim denominada em homenagem a um dos fundadores da Aliança Francesa de Vitória, foi reaberta a professores e alunos da Instituição, assim como a seus associados. Posteriormente (2010), o acervo da biblioteca foi totalmente recatalogado, com descarte de obras já deterioradas pelo tempo, bem como a aquisição de obras de autores mais adequados aos novos parâmetros. Ainda nesse mesmo período, a *Bibliothèque de l'apprenant* (obras classificadas de acordo com o nível linguístico dos alunos), foi incorporada ao acervo.

Em diálogo cada vez mais estreito com diferentes instituições, tais como a Associação de Professores de Francês do Espírito Santo, o Centro de Línguas para a Comunidade (coordenação de língua francesa), bem como a Universidade Federal do Espírito Santo, eventos como as “*Journées linguistiques*”, as *Fêtes de la musique*, permearam todo esse percurso.

Infelizmente a partir de 2012, novos cenários econômicos tomam conta do mundo... E do Brasil também. A rede de Alianças do Brasil passa a ter dificuldades, considerando a perda do poder aquisitivo do brasileiro... Não foi diferente em Vitória, ainda que se tenha conseguido continuar de portas abertas...

Nomes... Nenhuma dessas “histórias” teria sido possível sem protagonistas. Muitos são os atores que possibilitam a existência de uma Aliança. Professoras e professores, secretárias e secretários, auxiliares de serviços... Todos fazem parte dessa construção. E, no caso das “AFs” locais, temos, ainda, os “comitês”...

Surgem, então, na lembrança... Miriam Peixoto, Eleonora..., Eduardo Bherle.. Maria Helena Arnizaut, Denise Nogueira, Évelyne Herkenhoff, Índia Nara Jugnet, Yann Taquoi, Florence Zorzaneli, Juliana Arcanjo, Boris Périn, Miguel Herrera, Coraline Riet, Barbara Coué, Sarah Latiri, Babette Hégray... E Pilar e Olivia Mendonça. Ah, e Anax, Anaximandro Amorim! E José e Santina!! Bom, muito bom ter trabalhado com esse grupo!

Quanto aos muitos membros dos “comitês” que passaram pela Aliança Francesa de Vitória antes de 2004, alguns nomes me vêm à memória... José Palmeira, Valéria Vivacqua, Youssef Debbané...

Aqueles que estiveram conosco no período 2004–2017, bem, fica o agradecimento a Maria do Carmo Marino Schneider, Lúcia Medina, Léa Furtado, Gláucia Cardoso, Jô Drummond, Maria Alice Lindenberg, Clovis Aquino... E ao então Presidente da Associação de Cultura Franco-brasileira de Vitória, Dr. Samuel Malheiros...

E em 14 de julho de 2017, outra história começou...

## EURÍPIDES QUEIROZ DO VALLE, ASPECTOS PESSOAIS

*Jorge Henrique Valle dos Santos*

Boa noite a todos, saúdo o Presidente do IHGES, Dr. Getúlio M. Pereira Neves, Dr. Francisco Aurélio Ribeiro (IHGES,AEL) e Dr. Matusalem Dias de Moura(IHGES,AEL), e a todos os presentes. Agradecido pela honra em trazer e compartilhar alguns flashes existenciais da vida pessoal de Eurípides Queiroz do Valle com os senhores e senhoras.

Quem vos fala é o Jorge<sup>1</sup>, neto do Beneventino, pseudônimo que usava em suas crônicas, pelo fato de ser natural de Benevente, atual município de Anchieta. Ouso pela primeira vez discursar entre os confrades do meu avô e peço a atenção ao vovô Eurípides, onde quer que esteja, em que plano superior estiver ...

Meu avô era versátil até em sua nomeação. O Des. Queiroz do Valle, o Dr. Eurípides, o Professor Eurípides, o Beneventino que ao chegar em seu apartamento no Edifício Canopus, perto do Parque Moscoso, no Centro de Vitória, se transformava em Ripinho, apelido carinhoso dado pela Lidinha, sua esposa Eurídice.

Mas o que esse homem notável, professor, magistrado, escritor, músico autodidata, cristão católico, exímio desenhista e rotariano<sup>2</sup> tem a nos ensinar.

Lembro-me da infância, quando me deslocava da minha residência na Praia do Canto para visitar vovô que morava no Centro,

---

<sup>1</sup> VALLE DOS SANTOS, Jorge Henrique. Mencionado na dedicatória do livro *Micrólogos de Eurípides Queiroz do Valle*. Neto de Eurípides Queiroz do Valle. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Toma posse, como sócio efetivo do Rotary Clube de Vitória (Centro). Para o qual fora eleito. 26.6.1952.

no Parque Moscoso. Era sempre uma alegria. Ao chegar em seu apartamento, no 16º andar, no Edifício Canopus, depois de cumprimentar minha avó Eurídice, me deslocava rapidamente para o escritório de meu avô. Ali o encontrava em sua escrivaninha, escrevendo ou lendo. Logo que ingressava na sala do escritório, pedia benção ao Eurípides, católico e de formação dos Irmãos Maristas, sentava me na cadeira para refletir e indagar sobre o mundo e as coisas da vida. Era sempre um prazer poder desfrutar a sabedoria, a simplicidade e as lições de vida que a cada visita ele me proporcionava.

Era uma pessoa sempre bem-humorada, gostava de contar anedotas, pilhéria. Estava sempre de bem com a vida e não se exaltava em nada, até ao contrariar sua esposa Eurídice. Certa vez, ao ver Lidinha brigando rispidamente com a Laura, empregada, ele pediu para que não chamasse atenção daquela forma pois a secretária lá estava por não ter tido melhor educação e aquele era o emprego adequado para a mesma. E dizia sempre que todos podem melhorar, se motivados. Ele sempre ficava do lado dos mais fracos e humildes, como bom magistrado que era.

Nas férias, sempre ia ao Rio de Janeiro e lá, nos finais de semana visitávamos diversos lugares. Ele me levava para o Museu Nacional, a casa de Rui Barbosa, Jardim Botânico, a Quinta da Boa Vista, o centro histórico da República, para Petrópolis, Teresópolis, e sempre me brindava com lições de história, geografia, português e de vida.

O seu nome Eurípides, vem do poeta grego do século V a.C., foi quem tratou dos problemas triviais da sociedade ateniense de seu tempo, com o intuito de moderar o homem em suas ações, que se encontravam descontroladas e sem parâmetros, pois o que se firmava naquela sociedade era uma mudança de valores de tradições que atingiam diretamente no modo de pensar e agir dos homens

gregos<sup>3</sup>. Engraçado que o Beneventino agiu moderando os homens e agia candidamente defendendo mudanças de valores na sociedade em que viveu.

Ele era casado com Eurídice, sua esposa, cujo nome tem inspiração na mitologia grega, era aquela ninfa pela qual Orfeu desce às profundezas de Hades<sup>4</sup>. Minha avó, fez esse papel com meu avô, amenizou sua vida e deu tranquilidade para que ele realizasse sua missão de vida, nesse plano terreno, um pouco superior ao do inferno grego de Hades.

Filho do Desembargador baiano Clarindo Ciro do Valle e da espírito-santense Etelvina Queiroz do Valle, Eurípides, nascido em Benevente, em 28 de janeiro de 1897, tinha além do irmão José do Valle, do primeiro casamento de Clarindo, mais três irmãos e três irmãs, todos começando com a letra E. Eram eles na intimidade: Edith (Senhorita), Edgar (Maroto), Ethereldes (Dudu), Edson (Didi), Elgina (Ginoca) e Eunice (Nicinha). Ajudou na qualidade de mais velho a criá-los e a educá-los.

Após concluir seus estudos secundários no Educandário Maria Imaculada dos Irmãos Maristas, na cidade de Alagoinha, na Bahia, transferiu-se para o Ginásio Nossa Senhora de Vitória, em Salvador. Foi educado por um padre, pessoa simples mas astuta, aprendeu música de ouvido, ao observar os alunos tocando instrumentos no Educandário e no Colégio, na Bahia.

Ali, começou a demonstrar uma característica de sua personalidade, lembrada por Renato Pacheco por ocasião do centenário de Eurípides, em matéria jornalística denominada “Saudades do Beneventino”<sup>5</sup>, publicada em *A GAZETA*. Afirmou que “ele se dedicou

---

<sup>3</sup> Eurípides. In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eurípides>.

<sup>4</sup> Eurídice. In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eurídice>.

<sup>5</sup> PICCOLO, Gabriela. Saudades do Beneventino. In: *A GAZETA*, dia 17.2.1997, Caderno 2, p.7

inteiramente a área cultural, reunindo grupos e fundando associações”. A primeira associação que ele fundou em companhia de colegas foi o “Grêmio Castro Alves”<sup>6</sup>, entidade que ele foi Presidente.

Meu avô entrou na Faculdade de Direito do Estado (Bahia), aos 16 anos de idade, após se submeter e ser aprovado ao exame de admissão, em 1913. Fez sua matrícula em 1914 e lá fundou com outros acadêmicos o Centro Rui Barbosa, destinado ao cultivo das letras em geral e da arte da palavra em particular.

Em 1917, fundou com outros estudantes de direito a Assistência Judiciária Acadêmica, destinada a defesa dos réus pobres no Tribunal de Juri. Essa entidade publicou sua primeira revista em 1918, a *Revista Assistência Judiciária Acadêmica*.

Em 1918, concluiu o Curso Jurídico, recebendo o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Bahia. No ano seguinte, iniciou sua vida pública em Marau, Bahia, como advogado, e mais tarde transferiu-se para Santarém, ambas Comarcas, do recôncavo baiano. Nesse mesmo ano, 1919, foi nomeado Juiz Municipal do Termo de Santarém.

Em 1920, publicou seu primeiro livro *Memória Histórica do Município de Santarém*. No ano de 1922, pediu exoneração do cargo de Juiz Municipal em razão do atraso de pagamento do Estado da Bahia com os funcionários públicos, chegando a dois anos de atraso dos vencimentos. Disse que não era adepto ao Apostolado da fome. E, resolveu voltar ao Espírito Santo, sua terra natal, fixando moradia em Cachoeiro de Itapemirim. Lá ele ficou viúvo de sua primeira esposa Maria José, bisneta de Antonio Pinto Coelho, Barão de Itapemirim e neta do Barão de Guandu, após cinco anos de casado, de 1924 a 1929. Mais tarde, conhece Eurídice, que é tetraneta

---

<sup>6</sup> QUEIROZ DO VALLE, Eurípides. *Curriculum Vitae: uma Prestação de Contas*. Ingravil S/A. Vitória, 1973, p.5.

do mesmo de Antonio Pinto Coelho Barão de Itapemirim. Ambas as esposas eram descendentes de Vasco Coutinho<sup>7</sup>.

Em 1923, ingressou no Ministério Público. Atuou como Promotor Público, na Comarca de Iúna, antiga Rio Pardo. Depois, foi para Colatina, onde fundou com outros amantes da língua pátria o “Curso de Divulgação e Aproveitamento”, destinado ao ensino da Língua Vernácula e História Pátria, às moças e rapazes da sociedade local.

Em maio de 1924, deixou o cargo de Promotor da Justiça para assumir a Chefatura de Polícia do Estado, sendo nomeado pelo então Presidente Florentino Avidos que entrava no governo do Estado. Elmo Elton<sup>8</sup>, em seu texto sobre Eurípides, comenta esse período,

Como todo Chefe de Polícia que começa quis acabar com o jogo de bicho. Baixou, para tanto, competente portaria proibitiva e publicou-a, para os devidos efeitos. Naquele dia, todos jogaram no número da portaria e ganharam.

Em setembro de 1924, foi aprovado no concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, para o cargo de juiz de direito. Em outubro, deixou o cargo de Chefe de Polícia para assumir o cargo de juiz de direito. Nomeado para a Comarca de Colatina. Lá aconteceu um fato pitoresco. Em 1930, comenta o próprio Eurípides<sup>9</sup>, concedeu por 20 dias, permissão aos presos da Justiça da Comarca de Colatina, onde exercia a judicatura, para que visitassem suas famílias, em face do êxodo da população da cidade,

---

<sup>7</sup> Os dados relativos a genealogia das esposas de Eurípides (Maria José e Eurídice) foram obtidas oralmente de Paulo Stuck, no IHGES, em junho de 2019.

<sup>8</sup> ELTON, Elmo. Eurípides Queiroz do Valle. In: *Velhos Templos de Vitória & Outros temas capixabas*, Conselho Estadual de Cultura – Vitória, 1987. Compilação: Walter de Aguiar Filho, setembro/2017.

<sup>9</sup> QUEIROZ DO VALLE, Eurípides. *op.cit.* p. 7.

alarmada com os boatos sobre a aproximação das tropas revolucionárias mineiras, que invadiam o Espírito Santo, o que determinou o fechamento do comércio local, dos hotéis e pensões, deixando a Justiça sem meios para prover a alimentação daqueles presos. Dando aquela permissão marcou-lhes, entretanto, prazo para volta. No dia fixado, com surpresa geral, todos os presos voltaram. O bom humor dos advogados da Comarca consideraram aquele gesto do Juiz como uma espécie de “Férias aos presos”.

Esse espírito humanista sempre o caracterizou. Certa vez ajudou um sapateiro vizinho a se formar em Direito. Ao se aposentar, doou toda sua biblioteca jurídica para a Penitenciária do Estado, para que os reeducandos pudessem se educar e obter nova chance na vida.

Ajudou diversas pessoas humildes a galgarem seus sonhos e obterem uma graduação no ensino superior. Tratava todos com distinção, sem preconceitos e com dignidade. A propósito quero registrar um episódio de sua vida narrada em um discurso da Aula Inaugural, realizada na Faculdade de Direito, no dia 03 de março de 1947. Escreveu ele:

Não quero perder a oportunidade de relatar-vos um episódio ocorrido em minha vida de Magistrado e por onde pude ver, ao vivo, como é forte e vigoroso esse sentimento de direito. Foi assim: — Tratava-se de um pequeno lavrador da Zona norte do nosso Rio Doce. Atraído pela fertilidade das terras da região, adquirira ali, em plena mata virgem, pequeno trato de terra. Para uma rústica e pequena palhoça que sozinho construía, levaria logo a pequena família composta de mulher e dois filhos menores. Trabalhando sem esmorecer dias a fio, conseguiu com a ajuda decidida da companheira e dos filhos, derrubar algumas árvores em torno e formar pequeno roçado. Longe do centro comercial e sem qualquer recurso ou esperança de crédito, alimentava-se de raízes

e frutos. Eram as batatas, o aipim, as bananas e o mais que a terra, sempre dadivosa, lhe podia dar de pronto. Com seu trabalho tenaz, com o seu desejo de vencer, conseguiu transformar aquela pequena propriedade inicial, em sítio florescente e ameno, onde já agora, pequena casa de telhas branqueava ao luar em noites silenciosas.

Mas... atrasara-se no pagamento de determinado imposto. O Fisco não se fez esperar. Intentou-se a ação executiva. Citado, nada alegou. Esperou a voz da Justiça. Penhoram-lhe o sítio. Levaram-no à Praça. Arremataram-no. Tinha que entregá-lo, agora a um estranho que nem sequer conhecia.

Que fez aquele pobre homem? Sentindo em si todo o seu direito, reagiu. E debalde foram os mandados judiciais expedidos para que entregasse a propriedade. Trazido a minha presença quis ouvi-lo. E assisti então um espetáculo admirável. Vi e pude sentir de perto como é forte o sentimento do direito. Aquele pobre homem rústico, de mãos calosas pelo trabalho, requeimado de sol, mais ainda moço e forte, não vacilou, um instante sequer, mesmo diante do Juiz, na defesa de seu direito, daquilo que era para ele, naquele momento, toda a sua vida, todo o futuro e felicidade de seus filhos. Fixando-me disse sem vacilar, dentre de sua postura humilde e respeitosa, que não entregava o sítio. Ele o adquirira e formara com o seu trabalho e o seu suor. Passara até fome com sua mulher e filhos para completar o pagamento do mesmo e para torná-lo como estava. E depois de uma pausa: Eu sei que Vossa Senhoria é um Juiz. Dispõe de Polícia. Mandará soldados me botarem para fora. Eu nada poderei fazer... Em todo caso esperar a Polícia lá em casa. Eu não sairei e eles me matarão. Mas prefiro morrer Doutor na porta da minha casa, abraçado aos meus, a entregar o meu sítio a esses homens! Foi uma cena deveras empolgante. Naquele homem simples a rude eu vi toda beleza do direito a estuar dentro de seu coração humilde.

E esperando naturalmente uma reação da minha parte, pelas palavras que acabava de proferir, espantou-se quando me viu levantar e abraçá-lo comovido.

E quando lhe disse que fosse em paz e que ele não sairia mais de seu sítio, beijou-me desajeitadamente, às mãos. E naquela grossa lágrima que corria de seu rosto largo eu via o mais eloquente e o mais formoso dos agradecimentos. A cena nunca mais saiu da mente.

E foi também naquele dia, senhores, que senti toda a beleza da profissão que abracei. Nunca tive, realmente, tanto orgulho de ser Juiz como naquela tarde. É que pude restaurar a paz num lar humilde.

E foi com íntima satisfação que, do meu próprio bolso, fiz recolher aos cofres do Estado a importância daquele imposto.<sup>10</sup>

Gostava de uma boa música. Autodidata tocava um pouco de violino, violão, bandolim, cavaquinho e piano. Tudo de ouvido. Mas sempre em casa, para uso doméstico. Sua filha lembra, “nós almoçávamos ouvindo música clássica”<sup>11</sup>. Esse dom musical influenciou sua filha Geny a seguir a carreira musical já que não concordou que ela se apresentasse no palco do Teatro, naquela época. Ela não tinha muita opção, era a Faculdade de Filosofia ou de Direito. Geny optou pela música, aguardou, fez concurso e foi professora de piano da Faculdade de Música do Estado do Espírito Santo (FAMES), até se aposentar.

---

<sup>10</sup> QUEIROZ DO VALLE, Eurípides. *O fenômeno jurídico em suas manifestações científicas e artísticas*. Aula Inaugural proferida pelo Professor Eurípides Queiroz do Valle, Catedrático de “Direito Judiciário Penal” na sessão extraordinária e solene da Faculdade de Direito do Espírito-Santo no dia 03 de março de 1947, comemorativa da reabertura do Curso de Direito da mesma Faculdade. Vitória, 1947, p. 19-22.

<sup>11</sup> PICCOLO, Gabriela. Saudades do Beneventino. *In: A GAZETA*, dia 17.2.1997, Caderno 2, p.7

Eurípides estudou latim, tupi-guarani e esperanto entre outras línguas. Era professor de português e falava o inglês, o francês e o espanhol. Essa característica dele me influenciou ao estudo das línguas.

Por muitos anos, de 1941 a 1963, foi presidente da Academia Espírito-santense de Letras, entidade que o recebeu e tomou posse em 1938. Foi eleito para a cadeira nº 27 de que é patrono o jurisconsulto e polígrafo Des. Afonso Cláudio de Freitas Rosa. Só deixou a presidência da Academia por vontade própria, ainda que sob o protesto de todos os acadêmicos. Foi secretário-geral e presidente por muitos anos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, entidade em que foi eleito como sócio efetivo em 1939. Também foi presidente da Associação Espírito-santense de Imprensa e da dos Juristas do Espírito Santo, esta por ele fundada, ali exercendo o mandato por mais de quinze anos. Foi também Membro honorário da Academia Feminina de Cultura (1963) e participou de eventos da Academia Feminina Espírito-santense de Letras.

Dos diversos amigos que fez durante sua vida, alguns se destacaram segundo sua filha. Foram eles: Renato Pacheco, Guilherme Santos Neves, Eugenio Sette, Clovis Rabelo, Geraldo Alves e Nelson Abel de Almeida, todos da AEL.

Um homem de uma integridade sem igual, comentário do seu amigo e ex-aluno Christiano Dias Lopes<sup>12</sup>. Para chegar ao Tribunal de Justiça, pelo critério da antiguidade, em 1950, demorou muitos anos, mais de duas décadas. Mas dizia, “quando chegar lá não preciso me inclinar para ninguém [...]”.

Desembargador do Tribunal de Justiça (1950), foi ali corregedor geral duas vezes (1952/1955), vice-presidente (1953) e presidente (1954) tornando-se altamente respeitado pelos demais magistra-

---

<sup>12</sup> In: PICCOLO, Gabriela. *Id ibidem*.

dos, tanto pela sua conduta exemplar no exercício de tais funções como pela sabedoria de suas decisões, votos e julgamentos. Também exerceu o cargo de vice-presidente(1958) e presidente do Tribunal Eleitoral do Estado do Espírito Santo (1959/1960/1961). Foi, ainda, além de Diretor de nossa Faculdade de Direito, atual UFES, professor de Direito Judiciário Penal, de Direito Constitucional e Direito Internacional Privado. Além de professor de diversos Educandários de Português e Literatura.

Escritor de mais de 30 livros, destacando entre eles: *O Espírito Santo – uma síntese* (1977); *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses* (1971); *Micrólogos* (1968); *Principais Direitos do Brasileiro* (1968); *Primeiro quinquênio da Universidade, oração comemorativa* (1966); *Velhas Togas espírito-santenses* (1964); *Filosofia da ação rotária* (1964); *O direito a vida na vida do Direito, aula inaugural* (1964); *Datas e Dados da Vida Judiciária Espírito Santense* (1963); *Oração à justiça no dia da Justiça* (1962); *Pequeno dicionário informativo do Espírito Santo* (1959); *Aspectos da Realidade Brasileira* (1956); *Na presidência do Tribunal de Justiça* (1955); *Caxias, o magistrado – conferência* (1953); *Provimento Geral da Corregedoria* (1952); *Poder legislativo espírito-santense* (1951); *As Constituições do Espírito Santo* (1951); *Visões do passado* (1951); *Vida judiciária espírito-santense* (1951); *Ementário do Juri* (1949); *Rui Barbosa e seu tributo à poesia, conferência* (1948); *O fenômeno jurídico e suas manifestações científicas e artísticas* (1947); *A Casa do Espírito Santo Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo* (1944); *Academia Espírito Santense de Letras. Resenha histórica*. Vitória. *Oficinas da Vida Capichaba* (1945); *Oração aos Estudantes no Dia da Bandeira* (1943); *Alguns Aspectos do Espírito Santo – História e Literatura* (1942); *Elementos de Direito Judiciário Penal* (1941); *Programa de Direito Judiciário Penal* (1936); *Elementos de Polícia Judiciária em duas edições* (1928/1934); *Anatomia e fisiologia do Di-*

reito (1936); *A técnica dos julgados* (1931); *Memória Histórica do Município de Santarém* (1921) e escreveu mais de 300 crônicas<sup>13</sup>. Uma crônica que ainda é atual é *Americanices* que trata da influência norte-americana em nossa cultura, muito interessante. Disse ele, “os próprios americanos que nos seus estúdios monumentais fantasiam as suas cousas, não se apercebem do mal que fazem a eles próprios”<sup>14</sup>. Ele era um republicano, democrata e defendia a nossa Brasilidade.

O vovô Eurípides teve forte influência em minha vida. Posso afirmar que foi meu pai intelectual e espiritual. No momento de escolha do meu curso superior, estava em dúvidas se prestava vestibular entre o curso de Engenharia e Direito. Ao conversar com ele em seu escritório, ele me convenceu ao dizer das possibilidades profissionais do curso de Direito, com mais de 30 profissões que poderia seguir. E isso foi fundamental em minha vida profissional. Estava no começo da vida, advogando, quando o Dr. Erildo Martins Filho, filho do Dr. Erildo Martins, olhou para mim e disse: “você tem perfil de magistrado como seu avô!”. Não entendi muito aquela frase, mas mais tarde a vida me ensinou que o caminho profissional a ser trilhado era aquele, igual ao do meu avô...

Ele amava o Espírito Santo e sempre me dizia que o nosso Estado era uma miniatura do país, com características históricas, geográficas, culturais e étnicas que faziam de nós uma síntese de nossa pátria<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Folder da Academia Espírito-Santense de Letras. Eurípides Queiroz do Valle (Beneventino). Presidência de José Moysés, 1991

<sup>14</sup> QUEIROZ DO VALLE. *Micrólogos*. Tipografia Canaã. Vitória, 1968, p.44-45.

<sup>15</sup> “Quem desejar conhecer a Geografia do Brasil na variedade e beleza de seus aspectos físicos e naturais basta vê-la e senti-la nesse resumo que a Geografia do Espírito Santo” (Ministro Bernardino José de Souza, jurista e geógrafo in *Onomástica da Geografia Brasileira*, 3ª ed., Liv. Catilina, 1917, Salvador, Bahia). In: QUEIROZ DO VALLE, Eurípides. *O Espírito Santo – uma síntese*. Vitória: Unigráfico, 1977, p. 4.

Sempre muito brincalhão, Eurípides comenta que depois de 22 anos à frente da ALES, contrário à Ditaduras, propôs alteração nos Estatutos para possibilitar outros confrades a possibilidade de presidi-la, o que foi acatada, mas recebeu o título vitalício de Presidente de Honra. Ao completar os 70 janeiros de sua vida se aposentou na Universidade ganhou foto na Galeria dos Diretores da Casa e recebeu da Universidade o Cartão de Prata de Bons Serviços ao Ensino Superior disse que era para mostrar o seu regozijo em ficar livre dele, e no Tribunal de Justiça, após longos discursos, foi escoltado até a porta do edifício com um esquadrão de sentinelas, à vista, formado, especialmente por juízes de direito da capital. E, segundo o Beneventino, era para ter certeza que ele ia mesmo embora...

No ano de 1979, em janeiro no dia 6, o Altíssimo chama Eurípides Queiroz do Valle para retornar a sua morada, e, nesse momento, aos 82 anos de idade. Faço uma oração no Hospital, antes de sua ida, de sua transição, para que se fosse da vontade de Deus, que ele se fosse, sem dor, pois com certeza, apesar da perda física, sua obra, seu legado, seu exemplo foi deixado e nunca se perderá. Ele se foi, mas a semente que lançou na Bahia, no Espírito Santo e no Brasil será sempre preservada nas letras, na literatura, na academia, nos julgados e principalmente, em sua forma de ser...

Finalizo, me penitenciando pela breve síntese dos aspectos pessoais do Beneventino. Peço permissão, aos presentes para me despedir de você, Vovô Eurípides, e até a hora de nosso reencontro na casa do Pai.

## EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE E SUA IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO CULTURAL CAPIXABA

*Francisco Aurelio Ribeiro\**

Eurípedes Queiroz do Valle nasceu em Anchieta, ES, em 28 de janeiro de 1897. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1918. Iniciou-se como advogado, e, logo depois, como juiz municipal em Termo de Santarém, comarca de Taperoá, na Bahia. Retornando ao Espírito Santo, em 1921, ingressou, no ano seguinte, no Ministério Público, exercendo a promotoria nas comarcas de Rio Pardo e Colatina. Em março de 1924 era nomeado Chefe de Polícia do Estado, cargo que desempenhou até novembro daquele ano, quando foi nomeado Juiz de Direito de Colatina, passando depois a exercer a judicatura nas comarcas de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, sendo, em 1950, promovido a desembargador. No Tribunal de Justiça foi eleito sucessivamente corregedor-geral (1950), vice-presidente (1952) e presidente do mesmo órgão (1961), tendo ocupado, também, a presidência do Tribunal Regional Eleitoral. Professor de Direito Judiciário Penal na Faculdade de Direito do Estado, lecionou, ainda, em vários educandários de Vitória. Exerceu a presidência da Academia Espírito-santense de Letras, de 1941 a 1963. Secretário-geral e presidente, por muitos anos, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, da Associação Espírito-santense de Imprensa e da Associação dos Juristas do Espírito Santo, de que foi fundador, ali exercendo a presidência por mais de 15 anos. Delegado do Espírito Santo junto à Federação das Academias de Letras do Brasil. Homem de sérios estudos, conhecedor de tratados de Direito, de Filosofia, de Literatura, sabia, em palestra

---

\* Professor e Escritor. Pertence à cadeira 06 da Academia Espírito-santense de Letras (AEL).

com os amigos, disfarçar sua vasta cultura. Assinando artigos para a imprensa, ninguém o imaginaria um polígrafo. Era apenas o risinho cronista Beneventino, pseudônimo que o tornou conhecido e admirado por todos. Nas crônicas que publicou em jornais e revistas de Vitória, e foram tantas, ressalta-se o comentarista leve, sutil, quer focalizando ocorrências do cotidiano, quer retratando esta ou aquela figura ou mesmo relembando cenas de que foi testemunha. Publicou: *Memória histórica do município de Santarém*, 1921; *A técnica dos julgados*, 1931; *Anatomia e fisiologia do Direito*, 1936; *Elementos de Direito Judiciário Penal*, 1941; *Oração aos estudantes no Dia da Bandeira*, 1942; *Aspectos do Espírito Santo — História e Literatura*, 1942; *A Casa do Espírito Santo IHGES; Academia Espírito-santense de Letras*, resenha histórica, Vitória, *Oficinas da Vida Capichaba*, 1945; *Rui Barbosa e seu tributo à poesia*, conferência, 1948; *O Direito como ideia e sentimento*, aula inaugural, 1948; *Polícia judiciária*, em duas edições, 1928/1934; *Vida judiciária Espírito-santense*, 1951; *Ementário do júri*, 1949; *Visões do passado*, 1951; *As Constituições do Espírito Santo*, 1951; *Poder legislativo Espírito-santense*, 1951; *Provimento geral da corregedoria*, 1952; *Caxias — o magistrado*, conferência, 1953; *Na presidência do Tribunal de Justiça*, 1955; *Aspectos da realidade brasileira*, oração de paraninfo, 1956; *Oração à Justiça no Dia da Justiça*, 1962; *Datas e dados da vida judiciária do Espírito Santo*, 1963; *Velhas togas Espírito-santenses*, 1964; *Direito à vida na vida do Direito*, aula inaugural, 1964; *Filosofia da ação rotária*, 1964; *Primeiro quinquênio da Universidade*, oração comemorativa, 1966; *Micrólogos, crônicas* (1969); *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-santenses*, Rio, 1971, e *O Espírito Santo uma síntese*, 1977. Faleceu em Vitória, em 06 de junho de 1979.

Na década do nascimento de Eurípedes Queiroz do Valle, em 1890, quando se realizou o primeiro censo geral da República, o Espírito Santo contava 135.999 habitantes, 14 municípios (4 cidades e

10 vilas), mais de cem professores primários, duas escolas secundárias, uma para rapazes — o Ateneu Provincial — e outra para moças — o Colégio N. Sr<sup>a</sup> da Penha. Havia uma Biblioteca Pública Provincial, na capital, e uma do Grêmio Bibliotecário Cachoeirense, em Cachoeiro de Itapemirim, além de 4 jornais, sendo dois em Vitória, um em Cachoeiro e um em Anchieta. A vida associativa girava em torno da Igreja, com suas obras assistenciais, de grêmios literários, cultivo às belas-lettras, e de associações bailantes e carnavalescas, nos três principais núcleos urbanos capixabas: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Anchieta, este último de menor importância que os outros dois e onde nasceu o futuro “Beneventino”.

Em 1900, o Espírito Santo ocupava o 4º lugar no país em produção de café, com uma exportação de 1.234.195 sacas. E foi o café que gerou a riqueza que permitiu ao governador Jerônimo Monteiro as primeiras tentativas de modernização do Espírito Santo, assim como a atuação de administradores saídos da elite dos quadros locais e não mais vindos de fora, como ocorria no período do Império. O primeiro capixaba ilustre a governar o Espírito Santo foi Afonso Cláudio, de 1889 a 1890. A ele sucederam-se, em rápidos mandatos, Gomes Sodré, Henrique Coutinho, Antônio Aguirre e o Barão de Monjardim. Em 1892, José de Melo Carvalho Muniz Freire foi eleito, iniciando, em terras capixabas, um período de muitas realizações com a construção de estradas de ferro e a povoação do solo com imigrantes europeus. Também foi iniciada a industrialização, com a construção de fábricas, reestruturação do ensino, saneamento de Vitória, construção do teatro Melpômene, com 1200 lugares, inaugurado em 1896. Foi reeleito em 1900, época em que o Espírito Santo tinha 209.783 habitantes, 2 bancos, 22 Comarcas (12 cidades e 17 vilas), com estações de correios e telégrafos. Segundo Oliveira, “Culturalmente o Estado fizera apreciáveis progressos. A simples existência, na capital, do Congresso, da Corte de Justiça, dos

altos órgãos administrativos, do Bispado, Escola Normal, Biblioteca Pública, dois jornais, permite concluir pela presença de numerosa classe de homens de letras e saber”, de acordo com José Teixeira de Oliveira em sua *História do Estado do Espírito Santo*.

Augusto Lins e Eurípedes Queiroz do Valle foram extraordinários intelectuais de seu tempo, comparáveis a Afonso Cláudio e a Carlos Xavier Paes Barreto. Polígrafos, ambos escreveram uma vasta obra de conhecimento jurídico, histórico, sociológico e literário, além de possuírem uma capacidade extraordinária de liderança e disposição para criar, dirigir e presidir órgãos e instituições. Foram ambos presidentes do IHGES e da AEL. Augusto Lins foi um dos maiores especialistas da obra *Canaã*, de Graça Aranha, e um de seus recriadores em verso, e Eurípedes Valle um pesquisador apaixonado do Espírito Santo e dos capixabas ilustres.

Alguns homens, juristas e letrados, em sua maioria, foram responsáveis pela construção de uma vida acadêmica em Vitória, na primeira metade do século XX, criando instituições culturais e científicas, estatais ou privadas, que ainda permanecem ou foram a base de outras e a origem de uma modernidade cultural capixaba. Dentre elas estão: o Ginásio Espírito-santense, em 1906; o Arquivo Público Estadual, em 1908; O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1916; a Academia Espírito-santense de Letras, em 1921; a Revista *Vida Capichaba*, em 1923; o jornal *A Gazeta*, em 1928; a Faculdade de Direito do Espírito Santo, em 1930, núcleo inicial da futura Universidade do Espírito Santo, em 1954.

Eurípedes Queiroz do Valle se destacou nesse cenário como juiz, professor, desembargador e escritor de dezenas de obras, desde a *Memória Histórica do Município de Santarém*, BA, em 1922, ao *Cidade de Vitória* (Sua vida social, cultural, recreativa), em 1970, *O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses*, em 1971, e *O Espírito Santo — uma síntese*, em 1977. Nascido em Anchieta, antiga Bene-

vente, usava o pseudônimo Beneventino em suas crônicas e poemas publicados em jornais e revistas capixabas. Foi um leitor/escritor apaixonado por seu tempo, seu estado e sua cidade. Deixou estudos sobre o IHGES, a AEL, o Tribunal de Justiça, a UFES, órgãos em que atuou, hoje, indispensáveis aos estudiosos dessas instituições. O acadêmico e poeta Paulo Athayde de Freitas assim se referiu a ele em publicação na *Vida Capixaba*, nº 355, de Janeiro de 1925:

Dr. Eurípedes Queiroz do Valle, / Vale este nome tudo no leilão;/ Juiz inteligente, literato, Poeta, “tocador de violão”./[...] É poeta, jurista e homem fino./E, além de “tocador de violão”,/Sabe tocar, também, o violino./Toca tudo. De nada se alheia./E, às vezes, dedilhando a Lei Penal,/“Toca” também a gente na cadeia.

Foram administradores como Moniz Freire, Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos e intelectuais como Afonso Cláudio, Carlos Xavier Paes Barreto, Eurípedes Queiroz do Valle, Augusto Lins e Kosciuzko Barbosa Leão, dentre outros, os fundadores da modernidade capixaba, atuando na imprensa, criando e dirigindo órgãos, ministrando aulas, publicando obras de interesses diversos. Eles plantaram, frutificaram, foram a consciência crítica de seus grupos, e muitos, seus pósteros, puderam colher seus frutos. Cabe à atual geração reconhecer ou redescobrir os seus méritos, não os deixando cair no limbo do olvido.



## EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE, CRONISTA

*Matusalém Dias de Moura\**

Não conheci, pessoalmente, Eurípedes Queiroz do Valle. O que nos liga é o amor que ele tinha por Iúna, minha terra, desde os tempos de Rio Pardo, quando lá esteve como promotor de Justiça. Lembro-me apenas da repercussão de sua morte na imprensa e nos meios jurídicos, políticos, literários e sociais de Vitória. Recordo-me muito, também, de sua sucessão na Academia Espírito-santense de Letras, porque frequentava, quase diariamente, a casa do poeta Elmo Elton, candidato à sua vaga na Academia. Elmo, eleito, passava horas e horas disparando telefonemas para os amigos em busca de mais informações sobre Eurípedes a fim de escrever, como escreveu, um belo discurso de posse. Um discurso, de fato, literário, como devem ser os discursos nessas ocasiões, abordando aspectos da vida e da obra do acadêmico extinto.

Também não li as crônicas que Eurípedes Queiroz do Valle, sob o pseudônimo Beneventino, publicou em jornais e revistas. Não, não li na imprensa. Conheci-as somente alguns anos depois, quando, num sebo da Cidade Maravilhosa, por acaso, encontrei e comprei um exemplar de seus *Micrólogos*. O mais curioso é que o exemplar pertenceu ao ex-prefeito de Vitória Américo Monjardim, com a seguinte dedicatória: “Ao distinto amigo Dr. Américo Monjardim, esses ‘tabletes’ tranquilizantes. Of. O velho admirador”. E assina: “Vitória – setembro – 68”. Embaixo, na mesma página, encontra-se manuscrito o seguinte endereço: “Rua Marcos de Azevedo – 375. Ed. Canópus, aptº 1602. P. Moscoso – Vitória – E. Santo”.

---

\* Procurador da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-santense de Letras.

Nesse *Micrólogos*, Eurípedes Queiroz do Valle reuniu mais de duzentas crônicas sobre os mais variados assuntos. E é ele mesmo quem as define, no “Anti-Prefácio” que escreveu, como sendo “pequenas, curtas, rápidas”, acrescentando ainda que “são leves, tenras, digestivas”. Logo em seguida, no mesmo “Anti-Prefácio”, afirma que “foram escritas em épocas diferentes, em jornais diferentes e sobre assuntos diferentes” e que, nesse seu livro, “encontra-se um pouco de tudo: da “função social da burrice” até a “psicologia do apelido”.

Quem ler *Micrólogos* logo vai notar que, realmente, o autor não mentiu em suas palavras de abertura do livro. São crônicas que prendem e encantam o leitor.

Nelas, Eurípedes Queiroz do Valle revela-se um homem cordial, bem-humorado, de bem com a vida, culto, comunicativo, católico intransigente e conservador em sua maneira de olhar e compreender o mundo.

Como intelectual, foi zeloso no uso da língua portuguesa, inimigo dos neologismos e crítico do modernismo; não se rendia facilmente às mudanças. Ante as novidades, fossem elas quais fossem, mantinha-se sempre calado em seu canto, de longe, observando tudo com atenção e cuidado para ver no que ia dar.

Na hora de escrever suas crônicas, entretanto, soltava sua alma, liberava seu exagerado bom humor. Aliás, essa é a marca principal de suas crônicas. Muitas ultrapassam o humor e chegam à ironia fina, ao deboche e ao sarcasmo.

É com alargado bom humor que ele nos dá uma aula de como escrever uma crônica. Vejam bem com que bom humor ele — respondendo a carta de uma leitora que se pretende iniciar na arte da crônica — nos ensina a ser cronista, dizendo ele faz:

Escolhido o assunto, procuro: a) evitar que ele ocupe mais de uma folha de papel tipo ofício, espaço dois. Sei bem o destino dos escritos lon-

gos; b) dar uma adjetivação sóbria e adequada, evitando sempre sinonímia inútil que não raro só serve para comprometer a clareza; c) evitar expressões sujas e malcheirosas. Com a língua rica e opulenta como a nossa há sempre meios e modos de exprimir qualquer ideia com asseio. Não empregar palavões e imoralidade, mesmo a pretexto de ser modernista, realista ou de imitar Jorge Amado; d) tornar o assunto ameno, fácil e transparente, primeiro para não cansar o leitor e segundo para que a ideia central permaneça clara e límpida. Para isso, uso frases curtas e breves; e) não esgotar de todo o assunto. Deixar sempre alguma coisa para o leitor descobrir e completar. É uma homenagem à sua inteligência; e f) não confundir nem ferir, mesmo quando discordo inteiramente da ideia alheia. É possível dar cocorotes sem magoar...

Mais adiante, na crônica *Os temperos do estilo*, respondendo a outra carta, agora de um rapaz que também manifesta seu desejo em ser cronista, Eurípedes Queiroz do Valle, transbordando bom humor, comparando uma crônica a uma iguaria, assim nos ensina:

Evito sempre ser indigesto. Sirvo minhas iguarias aos poucos. Em pequenas porções. Daí as frases curtas. Não curtas demais, para não lhes tirar o sabor fazendo picadinho. Mas suficientemente curtas para facilitar a mastigação. Escolho sempre ingredientes sadios. Nada de ideias sujas, feias ou tristes. Também não tempero, inteiramente, o prato. Dou sempre oportunidade para que o leitor o faça, um pouco a seu gosto. Ele poderá, assim, servir-se sempre de um pouco mais de azeite, de sal, de vinagre, de acordo com o seu paladar. Deixo sempre alguma coisa no para que ele a complete. É o meio de aguçar-lhe o apetite [...]. Dito isso, aqui vai a receita solicitada. Tome uma ideia qualquer que esteja madura.

Ponha-a em banho-maria até perder qualquer impureza acaso existente. Quando estiver bem clara e limpa, corte-a em rodelas ou fatias. Leve-as, em seguida, ao forno brando da imaginação até ficarem bem cozidas e tenras. Adicione-lhe depois o molho próprio. Este deve conter sempre uns adjetivos adequados, um pouco de sal, vale dizer, umas pitadas de bom humor, um pouco de tempero verde. Estenda-o, depois, pelo papel, com certa arte e terá, assim, uma crônica ou um artigo para o ajantarado de uma edição de domingo...

Como se vê nos dois exemplos, acima transcritos, além de bom cronista, Eurípedes Queiroz do Valle era, também, um exímio professor da arte de escrever crônicas. E ensinava-a aos leitores com refinado humor.

É com humor que ele nos conta, na crônica *Na Academia de Letras*, um fato inusitado e jocoso que aconteceu em nossa veneranda Academia Espírito-Santense de Letras. Conta-nos o mestre que o acadêmico Colares Júnior requereu que fosse transcrito na ata dos trabalhos acadêmicos um discurso de Daladier, grande orador francês, e que, *in continentí*, o acadêmico Aurino Quintais pediu a palavra e discordou, sob o argumento de que o discurso do ministro francês “é de feição nitidamente política” e que “numa Academia de Letras não se devia tratar senão de literatura”. Colocada em votação, a proposta caiu. Pediu, então, a palavra o acadêmico Antônio Piniheiro, exímio conhecedor da obra de Machado de Assis, e propôs que fosse transcrita na ata dos trabalhos toda a obra do autor de *Dom Casmurro*, pois aí, sim, se tratava da mais fina literatura pátria. Nessa altura, o secretário da Academia, professor Nelson Abel de Almeida, perdeu a cor, ficou empalidecido, quase desmaiou ante a iminência de ter que copiar, à mão, toda a obra machadiana. Urgia salvar o secretário. O acadêmico Eurípedes Queiroz do Valle, muito

hábil, propôs que fosse feita pelo acadêmico autor da proposta um resumo dos livros do velho Machado e que somente esse resumo fosse transcrito na ata. Aí, quem empalideceu foi o acadêmico Antônio Pinheiro, autor da proposta. Colocadas em votação, ambas as propostas foram rejeitadas e, até hoje, os romances e os contos machadianos, assim como as crônicas e os poemas do Bruxo do Cosme Velho, ainda não foram transcritos nas atas da Academia Espírito-Santense de Letras. Talvez o próximo secretário acolha a ideia e os transcreva.

Na crônica *Ainda os nomes feios*, leva-nos a gargalhadas ao falar-nos de vários nomes fora do comum, inclusive o de um afilhado chamado Clorato, nome surgido da junção dos nomes dos pais, Clotilde e Honorato.

Outra crônica que nos provoca boas risadas é *Substituto de Nosso Senhor*, na qual narra um caso ocorrido numa audiência na Vara Criminal da capital. Narra-nos o bem-humorado cronista Beneventino:

[...] o velho magistrado, ocupado com os despachos de matéria urgente, determinou que o escrivão fosse qualificando os acusados para os sumários do dia. O primeiro dos réus, ao lhe ser perguntado se tinha advogado, respondeu com humildade: “O meu advogado é N. S. Jesus Cristo! Meritíssimo — diz o escrivão, dirigindo-se ao Juiz — o Réu está dizendo que o seu advogado é N. S. Jesus Cristo. E o Magistrado, distraído e levado pelo hábito: Vê se ele está inscrito na Ordem. Despertado pelo riso dos presentes, o Juiz corrige o engano e convida para fazer a defesa do acusado o único advogado presente, que era o Dr. José Marques. Este aceita o convite e assiste o interrogatório. Mandou depois fazer uns cartões de visita que oferece aos seus íntimos nestes termos: “José Marques. Advogado”. E, logo abaixo: “Substituto eventual de N.S. Jesus Cristo”.

Muitas são as crônicas bem-humoradas, alegres e jocosas, cada uma mais deliciosa de se ler que a outra, do velho e saudoso cronista Beneventino, que o tempo, infelizmente, não me permite comentar aqui sob pena de muito me alongar e me tornar um inconveniente palestrante. Não posso, contudo, deixar de dizer que, ao lê-las, aprendemos muito da história capixaba das épocas em que foram escritas.

Como zeloso cultor da língua portuguesa, Eurípedes Queiroz do Valle deixou registrado, em várias crônicas, o seu inconformismo com os neologismos, as gírias e o desmazelo por muitos praticados no uso da “Última flor do Lácio, inculta e bela”.

Em *A arte de conversar*, lamenta o descaso com a língua pátria, afirmando que “a gíria, de todas as faltas de asseio, a que se refere a linguagem, é uma das piores”. Mas sentencia que “é o povo, sem dúvida, que faz a língua”.

Não era, entretanto, um purista no sentido mais elevado do termo quando compunha seus textos. É o que afirma na crônica *Língua Portuguesa*:

A gramática pode ensinar a colocar bem a crase, os acentos e os pronomes. Mas não ensina a pensar nem a ter ideias. Não basta, portanto, conhecer regras gramaticais para bem escrever. E digo mais: a preocupação de estar sempre dentro das regrinhas da gramática pode até atrapalhar. Elas prendem, amarram, cortam o voo da imaginação.

E cita o velho mestre Laudelino Freire:

A disciplina gramatical fecha, limita e cerceia a liberdade de escrever, de jeito tal que quem a tem por mister habitual, aterrado com a visão do erro, se sente tolhido de pena e mãos.

E prossegue, agora citando os escritores capixabas que dominavam a língua portuguesa e, ao mesmo tempo, eram exímios escritores:

Guilherme Santos Neves, e José Paulino, e Koschiuzko Barbosa Leão, e Manoel Pimenta, e Elpidio Pimentel, e José Leão, e Clóvis Rabello, e Renato Pacheco, e Filogomiro Lannes, e Ivo de Oliveira, e José Garajau, e Américo Menezes e outros muitos.

Mas que, quando qualquer um deles toma uma folha de papel para escrever, o primeiro cuidado é se esquecer de que são professores de português:

Todos eles deixam à porta do gabinete a jaqueta apertada e incômoda do Mestre e tomam o pijama leve e folgado do pensador.

E completa:

Sempre ouvi dizer que é lendo, meditando e assimilando os bons autores e os bons modelos que se aprende a língua.

Observador de intuição aguçada, lá em outubro de 1940, na crônica intitulada *Igualdade*, prevê que o operário humilde pode chegar à presidência da República.

Prevê, ainda, na crônica *Escola perigosa*, que “num futuro que não estará muito longe, havemos de ver as salas de aulas dos nossos colégios transformadas em salas de projeções, onde os quadros-negros, os mapas e as estampas serão substituídos por uma tela e o mestre transformado em operador”.

Não é isso, ou quase isso, o que acontece nos dias atuais?

Aliás, na crônica *Professor*, considera que:

O jornalista digno, o escritor, o poeta, o pensador, o artista, o homem do trabalho, o homem de bem são todos professores, porque, com a pena ou com a palavra, com o martelo ou com a bondade, todos ensinam.

De vida profissional intensa, como intenso é o trabalho de todo magistrado sério, desempenhando, paralelamente, uma movimentada atividade cultural, educacional e social, restando-lhe pouquíssimo tempo para o lazer, frasiata que foi, assim se expressou na crônica Ladrões do tempo: “De todas as espécies de furto nenhum se iguala ao furto do tempo. E isto porque é o único furto em que não é possível restituir o objeto furtado”.

Antimodernista convicto, na crônica *Arte Moderna*, escreve:

Devo ser um sujeito muito burro. E o leitor pode ir dizendo logo: apoiado! Ainda não pude entender a chamada pintura moderna. Devo ter uma sensibilidade rombuda. Grossa. Quadrada. Não como se possa apreciar um quadro em que uma senhora aparece com um olho no meio do rosto e o nariz saindo do pescoço. [...] Eu faço um esforço tremendo. Aperto um olho. Mudo de posição. Aproximo-me. Afasto-me. Curvo a mão em binóculo. E nada. Não percebo níquel. Tudo confuso. Tudo esquisito. Às vezes prego mentira. E para não fazer feio diante dos amigos solto uma frase admirativa. Mas fico triste. Abatido. Quase envergonhado de minha burrice.

Em outra crônica, denominada *A moda saco*, discorrendo sobre o vestido feminino dessa moda, confirma essa sua incapacidade de entender a arte moderna e afirma:

[...] sempre admirei o belo natural. Aquele belo das manhãs de sol e dos ocasos coloridos. O belo espiritual dos pensadores. O belo artístico das

construções greco-romanas. O belo monumental das pirâmides. O belo místico dos que têm fé. O belo poético dos condoreiros. O belo moral das ações nobres. Tudo isso. Esse belo moderno da elegância feminina é que não há jeito de entender.

Católico, é conservador quando não admite o fim do uso da batina pelos padres e escreve a crônica *A batina dos padres*, na qual deixa claro seu inconformismo a mudança e diz que, se o assunto fosse submetido a plebiscito, votaria contra. Eis o que diz a respeito:

Não posso compreender um padre sem batina. Tenho a impressão de que não será um padre. A batina infunde respeito. Ela tem sido, entre nós, um símbolo. Símbolo de sacrifício, de abnegação, de humildade. A nossa história está cheia de batinas heroicas. Anchieta aqui, Nóbrega ali, Miguelino acolá. Não posso conceber um Vieira, um Montalverne, ou um Pedro Palácios de calça e paletó. A batina, como a farda e como a beca do magistrado tem a sua psicologia própria. Elas destacam, distinguem, revelam. Evitam enganos, equívocos, dúvidas. E infundem sempre respeito pelo que representam de elevação, de nobreza e de seriedade. Diante de uma batina a nossa atitude será sempre de acatamento e de reverência. Há alguma coisa de sério, de sagrado na batina de um padre, sobretudo se ele sabe dignificá-la.

No entanto, é progressista quando defende o casamento dos padres, na crônica *Os Padres e o Sacramento do Matrimônio*. Nessa crônica, é peremptório em defender que os sacerdotes católicos devem casar-se e constituir família. Diz o cronista emérito:

[...] O mais conhecido argumento contra o casamento dos padres é o de que eles devem se dedicar, inteiramente, ao seu ministério. Nada lhes deve desviar a atenção e os cuidados.

Com tal argumento os médicos, os juízes e os professores, por exemplo, não deviam também se casar. Entretanto, o casamento nunca impediu de serem, muitos deles, a um tempo, excelentes profissionais e ótimos chefes de famílias. Com o casamento os padres vão ver e sentir certos problemas por um outro ângulo de visão. Vão deixar a plateia e passar ao palco. Vão viver o que antes apenas observavam.

Porque uma coisa é aconselhar paciência e resignação ao aflito e ir depois ler o seu Breviário no silêncio e sossego de sua cela. E outra coisa é aguentar uma sogra rabugenta e ter que acordar às 3 da manhã para passear com um bebê chorão. [...]

Mas o diabo é que o amor continua cego.

Foi discípulo admirador de Ruy Barbosa, e as marcas dos ensinamentos do antigo mestre das Letras e do Direito brasileiros são encontradas em várias de suas crônicas. Também são muitas as marcas identificadoras do grande jurista que foi Eurípedes Queiroz do Valle em muitas outras de suas crônicas.

Apaixonadamente capixaba, apesar de ter passado grande parte de sua juventude na velha Bahia, chegou ao exagero e à ousadia de afirmar em sua crônica *Símbolo*, falando sobre o Padre Anchieta, que o Espírito Santo, “graças àquele santo e modesto padre, é o berço das letras brasileiras.”

Após a leitura de *Micrólogos*, não tenho nenhuma dúvida, nem receio, nem temor em afirmar, solenemente, em voz alta, que Eurípedes Queiroz do Valle foi um cronista amplo, completo, grande, extremamente competente ao ordenar as ideias, disciplinar o pensamento e manejar as palavras na composição de uma crônica. Sempre atingiu o objetivo quando a isso se propôs. Sabia, como poucos, transformar acontecimentos, imagens e coisas da imaginação em crônicas altamente literárias, às vezes poéticas, às vezes jo-

cosas, às vezes científicas, sempre com domínio total da língua, mas com simplicidade, leveza, de envolvente leitura e fácil entendimento, despertando-nos o raciocínio e provocando-nos o desejo de ser cronista também. Jamais escreveu uma crônica sisuda ou arrogante.

Cronistas há muitos por aí. Mas, desses muitos, poucos são os que chegam a mestres na arte da crônica: escrevem textos datados, de vida efêmera, insonsos, pálidos, sem o colorido do bom humor indutor do prazer espiritual e acendedor do sorriso longo e largo nos semblantes distraídos. São cronistas sem arte, enjoativos.

Eurípedes Queiroz do Valle, não: era um cronista festivo e envolvente. Vestido de Beneventino, produziu e nos legou belas páginas literárias em forma de crônicas, enfeixadas nesse seu *Micrólogos* de agradável leitura. Dos assuntos mais áridos aos mais amenos, ele soube, com mestria, construir uma boa literatura, que faz rico e imponente, culturalmente, o nosso pequeno Espírito Santo perante os mais respeitadas grêmios de cultos às letras do Brasil e do mundo, sem nenhum acanhamento ou complexo de inferioridade.

Eurípedes transformou em saborosas crônicas uma variedade imensa de temas, entre eles: artes plásticas, cinema, poesia, educação, direito, justiça, futebol, enterro, voto dos analfabetos, casamento de padres, culinária e meio ambiente, num tempo em que poucos se preocupavam com a preservação da mãe-natureza.

*Micrólogos* merece ser reeditado. Merece e precisa, com urgência, para conhecimento das novas gerações de leitores. E essa possível reedição merece uma nova roupagem, com uma nova aparência física: mais alegre, mais atraente e mais moderna, como muito bem sabem fazer as boas editoras. A literatura capixaba merece essa reedição, o atual leitor capixaba precisa conhecer essa preciosidade literária em forma de crônicas, aqui produzida, e a memória do ilustre capixaba Eurípedes Queiroz do Valle é credora desta homenagem justa e importante aos olhos deste palestrante.

Fica, pois, aqui no plenário deste centenário Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo — casa de história e cultura que ele, com tanto brilho e amor, presidiu —, o meu grito de clamor e a minha sugestão a quem for de direito para que a segunda edição de *Micrólogos* seja realizada num futuro próximo.

Senhoras e senhores:

Penso que já me excedi.

É hora de pôr um ponto final nestas considerações sobre a obra do suave cronista Beneventino. Afinal, é ele quem, na crônica A morte da eloquência, nos aconselha: “[...] é preciso fazer do discurso um prazer e não uma tortura”. “É preciso não transformar os auditórios em dormitórios”.

Fico, pois, por aqui, na esperança de não ter decepcionado as senhoras e os senhores.

Muito obrigado.

## Referências

SOBREIRA, Desembargador Sebastião Teixeira (Org.). *Revista do Tribunal de Justiça do Espírito Santo*. Volume XXXVI, Números 1 a 4. Vitória (ES), 1981.

ELTON, Elmo (Org.) *Patronos & Acadêmicos*. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras, 1986.

BENEVENTINO. *Micrólogos: crônicas e registros*. Vitória: Tipografia Canaan, 1968.

## GUILHERME, 30 ANOS DE FALECIMENTO

*Luiz Guilherme Santos Neves\**

Impossibilitado de estar presente a esta comemoração não poderia, como filho mais velho de Guilherme Santos Neves, de deixar de registrar o meu agradecimento, e o da nossa família, não só ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, na pessoa de seu presidente, Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves, por ter agasalhado a homenagem, como também aos componentes da mesa e aos presentes que aqui estão.

Sem dúvida alguma, esta é uma sessão de saudade. Mas, no fundo, no fundo, é também, como já ocorreu em outras várias ocasiões, um preito de reconhecimento ao trabalho de um capixaba de atividades plurais que se desdobraram marcadamente no terreno tanto do magistério, quanto no do estudo e da pesquisa do folclore capixaba.

Bem a propósito, Renato Pacheco, outro grande folclorista do Espírito Santo, escreveu que Mestre Guilherme (assim o chamava Renato), foi o “supremo estudioso da cultura popular, no Espírito Santo.”

E, no caso desta referência, há de se entender a expressão *estudioso* não só como profundo analista de cunho acadêmico, mas também como incansável e apaixonado pesquisador de campo das coisas do folclore capixaba.

Como filho mais velho, tive o privilégio de conviver com meu pai durante 56 anos numa relação estreita, respeitosa e íntima. Fui testemunha presencial de sua atuação no campo da ciência folclórica. Nada lhe escapou à pesquisa incansável, o que comprova a rica bibliografia que deixou publicada.

---

\* Escritor, historiador, Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Já tive oportunidade de lembrar que ele saía do seu gabinete doméstico de estudos para o trabalho de campo com o entusiasmo de um menino que ia à caça de tesouros escondidos, empunhando o gravado Webster de fio metálico — uma maleta pesada e incômoda — e levando a sua Baldina a tiracolo, uma inseparável máquina fotográfica pouco maior do que a palma de sua mão. Com olho perspicaz e documental fotografou como ninguém o folclore capixaba das décadas de 40 a 70, flagrando manifestações populares de todos os tipos, muitas delas hoje infelizmente já extintas.

Este trabalho dinâmico, amorável e antropológico teve origem quando Guilherme Santos Neves, na década de 40, já era professor de português do saudoso Colégio do Carmo, que não devia ter acabado nunca.

No Carmo, o professor-folclorista se deparou, a sua disposição, com um riquíssimo e inesperado filão folclórico de que eram portadoras jovens de diferentes segmentos sociais vindas de todas as partes do nosso Estado. Ali, o professor e mestre folclorista poria em prática, durante anos seguidos, seu método de pesquisa e coleta de informações — passo inicial para fundamentar e sistematizar os estudos sobre o folclore que daí decorreram ao longo do tempo. Bastava ativar a colaboração das alunas, motivando-as a colocarem no papel o que traziam dentro de si, sem se aperceberem do tesouro de sabedoria popular que cada qual guardava de memória, que as comportas se abriam.

Adágios e adivinhas, cantigas de roda e ninar, superstições e crendices, provérbios e frases feitas, orações, benzimentos, trovas populares, romances versificados, receitas para cura de doenças, enfim, um repertório vastíssimo brotava da oralidade das alunas do internato e externato do Carmo, fazendo-se facilmente coletável numa safra de escritos apresentados em simples folhas de caderno — verdadeiros mapas do tesouro do folclore do Espírito Santo.

Assinalemos que grande parte do acervo obtido junto às alunas encontra-se à disposição dos interessados, gratuitamente, no site Estação Capixaba, bem como todo o conteúdo dos dois volumes da Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba, neste caso acompanhada por volumoso conjunto de fotografias produzidas pelo folclorista.

Bernardete Lyra, a notável escritora nascida em Conceição da Barra, sempre que tem ensejo refere-se com saudade e enlevo a esse tempo que vivenciou no Carmo, quando foi aluna de Mestre Guilherme.

De sua parte, lembra com acuidade o historiador Fernando Achiamé, na obra que escreveu para a Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo: valer-se de quem estava ao seu redor “era uma usança sábia e singela empregada por Mestre Guilherme” como base dos trabalhos que fazia sobre o folclore capixaba.

Não quero e não devo me alongar neste meu registro de agradecimento. Portanto, vou fazer a despedida, mas, saindo à moda folclórica com a citação de uma trovinha publicada por Mestre Guilherme em seu *Cancioneiro Capixaba de Trovas Populares*:

O papel com que escrevi  
Tirei da palma da mão.  
A tinta tirei dos olhos,  
A pena, do coração.

Muito obrigado.



## HOMENAGEM A MESTRE GUILHERME SANTOS NEVES AOS 30 ANOS DE SUA MORTE, NO IHGES

*Bernardete Lyra\**

### Pequena Auto-História e uma Marca de Luz

Nesta reunião, em que se evoca, antes de tudo, a presença perdida de uma criatura tão nobre, tão generosa, tão ilustre, quanto Guilherme Santos Neves, quero começar minha fala com uma pequena auto-história.

Antes, explico o por quê. O conceito de auto-história eleva a pessoa que narra à categoria de historiadora de si, ao mesmo tempo em que elenca o relato do que sua memória retém sobre o outro à condição de uma história que, talvez possa não ser “verdadeira” (pois não há como totalmente confiar na memória), mas que é válida, porque vocês sabem (vocês sabem porque são muito sabidos — como dizia o Mestre Guilherme) vocês sabem que ousar falar de pessoas que, em nossa memória, envolvem sentimentos profundos de amor e amizade, é um risco. Então, só o que nos resta e sermos caçadores de nós, posto que as pessoas a quem amamos ou por quem temos amizade sempre serão os outros. Mas, como disse Sartre “O outro é indispensável a minha existência, tanto quanto à consciência que tenho de mim”.

Assim, quero começar com uma pequena auto-história, uma viagem no tempo, uma lembrança de anos e anos e anos atrás, que me entrelaça àquele a quem chamo de meu Mestre.

Eu podia ter meus dez ou onze anos. Corria atrás do Ticumbi, como sempre fazia, acompanhando o cortejo de congos pelas ruas

---

\* Professora Emérita da UFES. Escritora de ficção. Ocupa a cadeira n. 01 da Academia Espírito-santense de Letras.

da Barra. De repente, entre aqueles guerreiros pretos, vestidos com alvas batas rendadas, cheios de fitas cruzadas no peito e outras que lhes escorriam por detrás da cabeça, vejo um senhor branco. Ora, o Ticumbi não permitia brancos em suas fileiras. (Nada dessa novidade de “vassalos” brancos, hoje arranjada por alguns. Os vassalos eram os próprios participantes da brincadeira, que, na véspera, desciam o rio com os reis de Bamba e de Congo). Mas circulando bem no meio daquele povo preto devoto, lá estava um estranho, um senhor branco carregando uma imensa maleta vermelha.

É preciso dizer que, desde pequenininha, eu fui acostumada ao Ticumbi. Vivia os dias de novembro e dezembro na euforia da sua preparação. Desde passar as tardes na casa de Tia Binoca — a antiga “feiteira” das rendas de bilro para as batas e dos círculos de flores de papel crepom, que encrespavam a cabeça dos brincantes e dos bichostotens que faziam o capacete dos Reis de Bamba e de Congo, até a escutar as conversas dos participantes da festa, gente que vinha do sapê do Norte e que frequentava a venda de meu avô Cunha, um mulato muito considerado, uma espécie de guardião das histórias e dos costumes, em quem o pessoal do Ticumbi confiava. Pois bem, a mim, naquele instante, pareceu que aquele senhor que eu nunca antes tinha visto, aquele senhor branco metido no meio de todo aquele povo preto, aquele senhor estranho carregando aquela misteriosa maleta vermelha, tinha em torno dele uma luz que se acentuava debaixo do sol forte da Barra. E mais, pareceu que, de alguma maneira, ele estava tão fascinado pelo ritual africano quanto eu.

Até hoje, embora eu saiba que ele ali estava em nome dos registros folclóricos de que tanto gostava, e que a maleta intrigante que levava era seu precioso gravador Webster, de fio imantado, até hoje gosto de pensar que o mistério que eu, criança, imaginava existir no ritual do Ticumbi. (O mistério que escapava pelas frestas da síncope e do ritmo, pelos “cantes” arrastados, pela coreografia dos corpos;

o mistério daquele pequenino Santo Bino, que era acompanhado por tambores e jongueiros ao contrário do São Benedito louvado com os pandeiros dos congos na porta da igreja; o mistério que se manifestava para além da aparência de uma simples “brincadeira” de um grupo de pretos). Até hoje gosto de pensar que esse mistério era o mesmo que cativava e emocionava o “doutor Guilherme” (era como o chamavam).

Aquele foi meu primeiro contato com o Mestre.

E foi mais que um encontro.

Foi um encantamento.

Para minha sorte, o encantamento se repetiu muitas vezes. Quando ele retornava à Barra, em suas incursões para documentar as Pastorinhas, o Alardo, o Reis de Boi, o Jongo do Mercado de Peixe, as cantigas de roda, e tantas outras manifestações populares de que a Barra era plena, em seu isolamento cartográfico do restante do estado. E mais tarde, na década de 50, quando vim estudar no Colégio do Carmo, e fui uma de suas alunas.

Foi justamente aí que aconteceu um fato que já contei tantas vezes que alguns de vocês já o conhecem de cor.

Mas quero repeti-lo, nesta homenagem.

A turma tinha feito uma prova de redação e o professor Guilherme estava a devolver os trabalhos e anunciar as notas. Começava pelas notas mais altas e ia baixando, elogiando umas, incentivando outras, consolando as menores com toda gentileza. Acabou-se a lista. Minha nota não foi anunciada. Eu tremia, achando que tinha merecido um “abaixo de zero”. Enfiei a cabeça no tampo da carteira e, então, ele veio até mim, devolveu-me a prova (ainda me lembro, era uma tentativa tímida e incipiente de uma crônica a que dei o título de “Tadinho”). Com um jeito de quem fez uma travessura para dar um susto em alguém, falou: “Menina, você é uma escritora”.

Nunca me esqueci desse dia. E como esquecer?

Confesso que gosto de repetir esta narrativa. A cada vez, é como se eu escutasse, de novo, sua voz, naquela tarde morna do Colégio do Carmo, devolvendo a minha redação, com um brilho travesso nos olhos, como uma criança que se regozija do susto que sabe que causou em outra criança.

Depois vieram muitos outros encontros. Na sala de aula do curso de Letras da Ufes, como sua aluna; nos intervalos das aulas, quando uma turminha o rodeava para indagar sobre Cantares dos Trovadores, poemas de Sá de Miranda relatos da bela Inês, de Camões, romances de Almeida Garret...; na publicação de tantas minhas crônicas que ele levava ao Caderno 2 de *A Gazeta*; no meu primeiro livro de contos, *As contas no canto*.

Isso do primeiro livro de contos foi em 1981. Eu tinha pedido que ele escrevesse a orelha. Vou ler o que deixou escrito...

Bernadette Lyra... comprovando mais uma vez sua inteligência e boa disposição literária, publica este livro pungente, reunindo contos de uma estranha criatividade, numa obra que trata da essência da angústia humana, construindo, a partir dos gestos do dia-a-dia e das fantasias do homem-sempre-criança, todo um universo mítico e lendário.

No lançamento, o Mestre estava presente, sentado bem ao fundo da sala, ao lado do seu fiel amigo Renato Pacheco. Já aparentava traços da debilidade física que se acentuaria, com o progressivo avanço de um mal, tão injusto quanto era brilhante seu cérebro.

Mas o lento naufrágio da sua mente não apagou e não apagará a lembrança de sua prodigiosa capacidade de encantar as pessoas, de sua maravilhosa alegria diante da vida, de sua ironia sutil que o tornava consciente das limitações que cercavam o mundinho intelectual e o ambiente desta cidade-ilha ilhadíssima, de mentalidade quase colonial.

Eu, de mim, me sinto de tal maneira ligada a sua lembrança que — para além do tempo, para além da morte, para além da saudade — quando escrevo, sempre penso que meus romances e meus contos são um gesto de cumplicidade com ele.

Espero que, algum dia, todo o Espírito Santo descubra melhor quem foi Guilherme Santos Neves. E que muitas outras pessoas escrevam palavras mais ricas para homenageá-lo de modo mais formoso e mais justo de que estas minhas pobres, gaguejantes e insuficientes palavras.

Pois digo o que conheci dele, através das histórias de mim.

Sei que é pouco. Apenas a silhueta tímida de um afeto que, um dia, fez brotar cartas, perguntas, conversas, coisas escritas e todo um inventário pelo qual, hoje, penetram pássaros, músicas, tristezas, risos e recordações.

Mas aprendi com Cortázar que nada muda, nada mudou, nada pode mudar, onde tudo foi dito em seu justo lugar e na hora justa.

Por isso estou aqui. Para agradecer esta marca de luz, que ele me deixou. E que estará comigo até quando eu estiver.

Bernadette Lyra.

Novembro de 2019.



## COMO ANTIGAMENTE

*Bernardete Lyra\**

Tem coisas que te põem num instantâneo e gelado satori. Por exemplo: escapar da morte por um triz ou saber da morte de alguém a quem se tem, de uma forma ou de outra, o coração atado. Com um curto intervalo de horas, essas duas me aconteceram, uma vez, em Vitória, mal desembarquei do avião.

A primeira foi quando eu atravessava uma outrora pacata avenida e quase fui atropelada por um veículo saído de um escancarado portão. Ao volante, uma jovem que freou lá na frente, guinchando os pneus. Nem meu pulo aterrorizado, nem minha face lívida, nem a solidariedade de alguns circunstantes para com a quase vítima convenceram a adorável motorista que ela não vinha tão devagarinho quanto argumentava.

A segunda, bem mais cruel, foi quando me disseram, meio à queima-roupa, que Guilherme os Santos Neves havia morrido. Fiquei muda. Por um exato silencioso segundo, revivi o último dia em que o encontrei, na livraria Logos, com Renato Pacheco, num sábado pela manhã. Faz tempo. Ele estava mais magro e uma lenta tristeza boiava, aqui e ali, em sua fala. Porém, de repente, saiu-se com um trocadilho à Mallarmé, e pensei ter visto uma chispa de luz em seu rosto, o que me trouxe de volta (ainda que tenha sido um fragmento de minha imaginação) o clima daqueles caros dias em que ele — o capixaba mais culto, a mente mais lucida, o intelectual admiravelmente mais generoso para com os principiantes nas escramuçãs da literatura que estas indiferentes plagas do nosso Estado já viram — dava aulas no Colégio do Carmo e eu era sua aluna.

---

\* Professora Emérita da UFES. Escritora de ficção. Ocupa a cadeira n. 01 da Academia Espírito-santense de Letras.

O tempo resvala no cristal do relógio, mas ninguém que tenha conhecido o Professor Guilherme — o nosso amado Guigui como nós as suas alunas, longe de suas aguçadas vistas, o chamávamos — ninguém mesmo poderá esquecer o seu pensamento aguçado por uma sutileza a mais elegante; ninguém, em sã consciência, jamais poderá esquecer aquela sua vigorosa e contagiante paixão pela vida.

A existência transita. A gente muda e se muda. A cidade muda, também. No entanto, há pequeninas lascas de cada um de nós que permanecem agarradas entre os muros, as casas, as ruas, as praças, as sebes e os espinhos desta Cidade-Ilha. É o que acontece com a memória que guardo de meu Mestre e que nenhuma troca de casca desta nossa condição humana, ainda que mortal, vai poder arrancar.

## A ATUALIDADE DA OBRA INTELECTUAL DE GUILHERME SANTOS NEVES

*Fernando Achiamé\**

Agradeço a lembrança do meu nome para fazer mais algumas reflexões sobre a trajetória intelectual e humana de Mestre Guilherme. Mas peço licença para observar certa inadequação do título deste evento: “Trinta anos sem Guilherme Santos Neves”. Na realidade, são trinta anos com mais, com muito mais, com cada vez mais Guilherme Santos Neves, pois sua obra se encontra mais atual do que nunca.

Estamos na casa dele. Este Instituto, que ele muito amava, era um pouco sua casa. Dele me lembro aqui, lendo um ensaio denominado “*Ubi Sunt?*” Onde estão? Onde estão, indagava Mestre Guilherme, os monumentos históricos e artísticos e as belezas naturais da nossa cidade e do nosso estado que miseravelmente desapareceram? E enumerava e fazia considerações sobre alguns deles. E pergunto eu agora: *Ubi est?* Onde está aquele seu ensaio? Nunca mais tive notícia dele, que inclusive me inspirou um poema.

De Mestre Guilherme me recordo no mezanino da extinta Livraria Âncora nos encontros de sábado pela manhã, ele confessando para mim sua intensa devoção a Anchieta. “— Ah, meu filho, Anchieta é especial”, dizia piscando os olhinhos, talvez pensando numa graça alcançada por intercessão do agora santo oficial da Igreja. Santo que para ele já o era há muito tempo. Relembro até mesmo do seu assovio com que por vezes se dirigia aos filhos se eles se encontrassem no mesmo local, mas afastados fisicamente. Assoviava trinado característico e o Luiz ou o Reinaldo vinha para

---

\* Escritor e pesquisador, associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-santense de Letras.

atender a um pedido, esclarecer uma dúvida. O assovio também os convocava quando era hora de reunir a tropa familiar e ir para casa.

De Mestre Guilherme também relembro os encontros fortuitos na agência central dos Correios, eu jovem colecionador de selos e ele voltando da caixa postal 517 sobraçando os envelopes e volumes chegados de tudo que é lugar: da “Oropa, França e Bahia”(Ah! Mário de Andrade... Ah! Ascenso Ferreira...). E nosso Guilherme sempre com o rosto redondo. Sempre com um sorriso nos lábios. Sempre com os olhos brilhantes. Sempre de bem com a vida.

Ele professor que não gostava de falar em público, como sói acontecer a muitos mestres. Ele que muito amava o bom, o excelente Vieira, o “imperador da língua portuguesa” (Ah! Fernando Pessoa...). Ele, Guilherme Santos Neves, um dos que mais alto e de forma mais abrangente pensou a terra e o povo capixabas. E o fez assim porque usou sobretudo o coração. Sabe mais quem mais ama.

Então, sobre esta mesa-redonda e em volta dela está colocado o amor, o amor caridade, o amor que perdura. Recorramos, mais uma vez, a Antonio Vieira (um dos autores preferidos do Mestre capixaba) que em um sermão disse:

A fé nos mostra o que cremos, a esperança o que almejamos, e a caridade o que amamos. A fé desaparecerá quando virmos o que cremos, a esperança quando estivermos de posse do que esperamos; só ficará a caridade para amar eternamente no céu o que foi crido e esperado na terra.

Por meio do amor, Guilherme Santos Neves superou o seu tempo e as circunstâncias limitadoras da sua vida e projetou-se para a eternidade. Senão vejamos.

Ele nasceu na ponta dos trilhos, no Porto de Souza, em 1906. Um e outro — o lugar e o ano — não existem mais. Ali se preparava a vinda do trem de ferro, que já chegara à Vila Colatina. A marca de

Guilherme veio do nascimento: foi pioneiro, abriu caminhos para que outros os trilhaassem. E nasceu na margem sul do rio Doce na divisa com Minas Gerais. Mais uns passos seria mineiro. Mais umas braçadas teria nascido na margem norte do grande rio, no noroeste então bravoio, na Capitania Perdida, denominação que Bernadette Lyra, discípula dele, muito bem achou recentemente. Não à toa o destino do Mestre foi dedicar parte importante da vida, por meio do folclore, aos que estão à margem da sociedade, aos marginalizados. Tecnicamente era linhareense, pois viu a luz pela primeira vez em terras então pertencentes a Linhares, um dos três municípios capixabas que na época compreendiam todo o território do estado capixaba ao norte do rio Doce.

Já aos três anos de idade estava em Vitória, para nunca mais sair. Trouxe com ele, e foi adquirindo, cargas e mais cargas afetivas de vivências provenientes de longe: da Bahia, origem da família paterna, com passagens consolidadas na Cidade Alta, na Cidade Baixa (ou Porto) e no interior de São Mateus, esse Espírito Santo baiano. Um Espírito Santo predominantemente negro, mestiço e culturalmente muito rico. De Portugal, por meio de sua mãe, Albina, portuguesa de Leça da Palmeira — cidadezinha ao norte do país —, vieram outras fortes influências. Do Brasil profundo, por meio das babás, empregadas e empregados, colegas e amigos foi impregnado do que todos nós conhecemos muito bem — a brasilidade constituída de misturas de beleza e pavor, de amor e ódio, de cordialidades emotivas e estranhamentos.

Não é segredo que Guilherme pertencia à elite capixaba. Seu pai, João, era um médico afamado, que cuidava de pobres e ricos numa Vitória provinciana com poucos facultativos. A família tinha um nível de vida muito bom, além de gozar de prestígio social. Guilherme também integrava uma elite do ponto de vista intelectual, principalmente. Seu pai amava as letras, a música, era um dândi e

peessoa fleumática. Sua mãe, bem rigorosa na administração do lar e muito católica. A família tinha o costume de fazer uma colação (uma ceia tardia) ao som de palavras (poesia e prosa) e de músicas.

No meio de histórias orais, de livros e cantorias, que destino o jovem Guilherme perseguiria? O que ele seria? Artista, já que possuía o dom de desenhar? Advogado? Quando a hora de escolher chegou, foi cursar a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Na época, privilégio de poucos e bons. Pela posição social de sua família, deveria possuir um diploma de curso superior. *Noblesse oblige*, diria um francês.

O seu vínculo com São Mateus, que vinha do pai, se fortaleceu ao constituir família. Da mesma forma que Guilherme, sua esposa Marília era também filha de um mateense: Ceciliano Abel de Almeida. E havia um evidente entrelaçamento de amizade advindo lá das bandas da Capitania Perdida: dona Marília chamava os sogros (João e Albina) de “meu padrinho e minha madrinha”.

\*\*\*

Falemos um pouco do século XX, no qual Guilherme viveu. A ascensão social das massas, do povo foi característica marcante desse período em quase todo o mundo. O avanço do capitalismo industrial e financeiro fez com que isso ocorresse. As fábricas criaram os empresários, mas também os operários, estes em número bem maior, evidente. E os demais avanços sociais contribuíram para mudanças profundas na vida dos povos no mundo, no Brasil e em nosso estado. A industrialização em terras brasileiras e capixabas chegou com bastante atraso, mas chegou. Com ela aumentou bastante a urbanização, ou seja, a concentração de trabalhadores e prestadores de serviços nas cidades e em suas periferias. As constantes e árduas conquistas por maiores direitos ligados ao trabalhador também se fizeram presentes: a chamada questão social deixou de ser um caso

de polícia para ser um caso de política, como diversos pesquisadores já constataram. Férias, estabilidade no emprego, previdência social e assistência à saúde, moradia e saneamento: tudo isso passou a ser considerado pela sociedade e pelo Estado.

Os avanços dos direitos da mulher também ocorreram no século XX por meio de muitas e diversificadas lutas. E as garantias civis foram se incorporando aos poucos, por meio de muitas outras batalhas: o direito de votar e ser votado, o direito de o voto ser secreto, por exemplo.

Ora, de todo esse intrincado processo econômico, social e político participou Guilherme Santos Neves. Mudanças nos costumes que aumentaram de velocidade com a popularização da imprensa e o advento do cinema falado, do rádio e, mais tarde, da televisão. A tudo isso ele assistiu.

Quando, jovem professor, começou a lecionar não mais havia a didática da palmatória; em seu lugar começara a pedagogia da livre expressão do pensamento. A pedagogia de incentivar as pessoas a se expressarem, pois todas elas possuem a capacidade de imaginar, de aprender, de falar e redigir. Dons que estão presentes em maior ou menor grau nas suas vidas.

Mestre Guilherme foi pioneiro do moderno ensino da língua portuguesa, que visava despertar vocações, fazer com que os jovens, futuros cidadãos, amassem ler e escrever. Não que todos eles se destinassem a ser escritores de ficção, mas que usassem o português para terem êxito nas profissões que seguissem e nos afazeres cotidianos. Suas lições como professor permanecem e são até hoje transmitidas por quem com ele conviveu. Exemplo: não é conveniente usar na mesma frase os verbos em tempos diferentes, misturar os tempos verbais no passado e no presente. Soa mal.

A partir de certo momento, Guilherme tomou como projeto de vida conhecer e registrar o que existia de valor na cultura popular

do estado do Espírito Santo à medida que ambos se transformavam. Algumas pessoas consideram mesmo que ele criou o folclore capixaba. Em certo sentido o fez. De que maneira? Ao pesquisar e divulgar para gerações de capixabas e de brasileiros inúmeros fenômenos, objetos e homens folclóricos antes restritos ao conhecimento de poucos.

Como já dissemos, ele pensou o Espírito Santo de um ponto de vista intelectualmente amplo, certamente inspirado no que outros intelectuais seus contemporâneos faziam na dimensão do país: Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda cujas obras conhecia. Se esses pensadores apresentaram o Brasil aos brasileiros, Guilherme Santos Neves apresentou o Espírito Santo aos capixabas. O que vale dizer: apresentou os capixabas uns aos outros. Como se dissesse: prestem atenção, esses são seus conterrâneos que sabem fazer tais comidas, tais objetos, que brincam de certa maneira, que levam a vida acreditando em determinadas coisas e vencem seus desafios com palavras, sabedorias e mezinhas provenientes de muito longe no espaço geográfico e no tempo histórico. Para isso, Guilherme viajou o estado capixaba de norte a sul — de Conceição da Barra a Muqui; da Serra a Colatina. E fazendo uso da imaginação, que nele não era pouca. Se foi pioneiro nos modernos estudos folclóricos, sempre conferiu o devido crédito aos pesquisadores que o antecederam: Francisco Antunes de Siqueira, Afonso Cláudio, Maria Stella de Novaes.

O Espírito Santo culturalmente diversificado, não homogêneo, miscigenado com as contribuições étnicas de origens tão diversas era um prato cheio para as pesquisas e indagações do Mestre. Às matrizes indígenas, ibéricas e africanas se acrescentaram as alemãs, as italianas, as sírio-libanesas — todas elas matizadas e nuançadas por serem de diversas procedências na origem, não havendo um índio genérico, como da mesma maneira não existia um português,

um africano ou um alemão genérico. Todos miscigenados já na origem, repito, e que no Espírito Santo mais se misturaram.

A capacidade de trabalho de Guilherme Santos Neves era invejável. Para que se desincumbisse bem das suas diversificadas tarefas profissionais ele utilizou a linguagem como traço de união. Usou tanto a linguagem oral quanto a escrita. Evidente que a oralidade levava vantagem sobre a linguagem fixada na grafia. Sobretudo no país em que viveu, repleto de analfabetos, ou de analfabetos funcionais, ou de semi alfabetizados.

Na história, a oralidade é bem mais antiga, e tem muita força. A oralidade dos nossos ancestrais transmitindo saberes, fazeres e querer dos analfabetos indígenas, portugueses e africanos aos analfabetos brasileiros. A oralidade que atravessou centenas de anos e venceu milhares de quilômetros, mantendo línguas, canções, histórias e sabenças intactas. A oralidade que proveio da Antiguidade Clássica, da Idade Média, da Mãe África com seus contos, seus provérbios e ditos, suas pílulas de sabedoria. Mestre Guilherme juntou isso tudo: a magia do contato com seus alunos; a convivência com a realidade do povo na Justiça do Trabalho; as pesquisas de campo do folclore. Tudo condensou na linguagem escrita.

Tinha consciência que o mundo que conheceu, ou no qual vivia, estava em rápida transformação e não poderia suportar as manifestações culturais populares tal como existiam há centenas de anos. A escravidão moderna no país acabara há pouco tempo e, por isso, ainda sobreviviam os folguedos “astuciados” (Ah! Hermógenes Fonseca...) na época em que ela existia. Mas Guilherme sabia que tudo estava em constante mudança. Como nossa existência. Como tudo o que um dia foi criado. Somente o Incriado não muda. E o Mestre não cansava de se debruçar sobre os ritos de passagem que marcam as diversas fases da vida humana: o namoro, o casamento, a concepção, a gestação, o nascimento, o aleitamento, a infância, a

juventude, a doença e a saúde, a idade madura, a chuva e o tempo bom (“*La pluie et le beau temps*”, Ah! Jacques Prévert...), a velhice e a morte.

Mestre Guilherme vivia em uma tensão, comum também a muitos de nós na atualidade: conservar o que fosse importante do passado, o que dele fosse vivo, e usar essa riqueza cultural para impulsionar a sociedade para dias melhores. Sua visão universal era proveniente do conhecimento que detinha acerca do ser humano. Afinal, a etnografia e o folclore são áreas da antropologia, essa disciplina que coloca o homem no centro das cogitações e estudos. À maneira do latino Terêncio, tudo o que era humano não lhe era estranho. E assim estudou vasto espectro da cultura popular existente no mundo capixaba: das adivinhas, parlendas e linguagem, lendas, contos e poesia feita pelo povo, passando pelas crendices, superstições e medicina popular, pelas tradições, costumes e culinária para chegar às festas, folguedos e dramatizações e à música folclórica.

Interligou o que descobriu sobre manifestações da cultura popular de sua terra com os estudos que se faziam no Brasil todo. A Comissão Espírito-santense de Folclore era sua segunda família. Recorreu a quem lhe pudesse auxiliar e, segundo o site [estacaocapixaba.com.br](http://estacaocapixaba.com.br), “esteve à frente de uma seleta equipe de pesquisadores formada por Renato Pacheco, Hermógenes Lima Fonseca, Cristiano Fraga, Eugênio Sette, Eurípides Queiroz do Valle, José Leão Nunes, Maria Penedo, Jair Dessaune, Fausto Teixeira e outros”. Divulgou constantemente as manifestações da nossa cultura popular: nos periódicos *A Tribuna*, *Vida Capichaba*, *A Gazeta*, no boletim *Folclore* da Comissão Espírito-santense de Folclore, na Rádio Espírito Santo, nas escolas, em eventos oficiais ou privados.

Reparem no esforço inaudito que fez: do ponto de vista dos privilegiados, do ponto de vista da elite social enxergou que os humildes estavam em um lugar mais alto ainda que o dele, e não em

posição inferior. Dizia que ao entrar em contato com a população ele “se elevava até o povo”. E com isso procurava vencer muitos preconceitos. Se eles estão ainda presentes na nossa sociedade, mais ainda eram empregados décadas atrás, quando as mulheres e os negros começavam a conquistar avanços na luta por sua afirmação social. Sem dúvida que seu trabalho no conhecimento da criatividade popular capixaba contribuiu bastante para subsidiar as causas das pessoas inferiorizadas por melhores condições de vida em nosso estado.

Na época em que viveu, as massas passaram a poder votar, e o voto de um simples cidadão tinha, como tem, o mesmo peso numérico do voto de um figurão. Como é de praxe nas democracias modernas: “um homem, um voto”. Mas Mestre Guilherme não fazia concessões ao populismo. Tinha amigos à direita e à esquerda do mapa ideológico, muito embora pendesse para o lado das ideias conservadoras. A política era para ele um meio de valorizar as coisas do nosso estado e não um fim em si mesmo. Estoico, presenciou o irmão Jones ser derrotado politicamente em duas ocasiões. Em 1954, a derrota foi avassaladora para o grupo jonista: pela primeira vez no período republicano, vale dizer na história capixaba, o Espírito Santo assistia uma dissidência da elite política se organizar em oposição e vencer o situacionismo, o governo. Derrota que se repetiu, com variações conjunturais, em 1962.

Nosso homenageado também não compactuava com o dirigismo em matéria de folclore, considerando mesmo ser inconveniente a interferência da pesada mão do poder público nas manifestações espontâneas da cultura popular. Apoio dos governos até admitia, mas não que usassem o folclore, que o dirigissem para satisfazer interesses político-partidários.

Diferente de seus irmãos Jones e Jayme, Guilherme era avesso ao convívio social representado por festas, bailes, banquetes e eventos desse tipo. Talvez considerasse tudo isso uma perda de tempo,

uma distração diversionista nas suas atividades de professor, juiz classista e folclorista. Entre um bom livro e uma boa festa no clube, é fácil saber por qual dos dois ele optava. Convém notar que os três filhos homens do casal João e Albina tiveram como destino servir ao próximo ou, na sua forma mais restrita, dedicaram-se ao serviço prestado pelo comércio: para o mais velho dos irmãos, Jones, foi destinada a sociedade na farmácia e a atividade de comerciante e farmacêutico, tendo ele depois se enveredado na política partidária. Guilherme foi encaminhado para o comércio da padaria, tendo também seguido o caminho do magistério, das letras e do direito. O mais novo dos irmãos, Jayme, herdou o prestigioso consultório do pai e serviu a vasta clientela, em especial no combate à tuberculose.

Por que Dr. Guilherme continua a escrever cada vez melhor, a ser cada vez mais Guilherme Santos Neves? Porque a sua obra-prima, sua obra-mestra se tornou acessível somente há onze anos: a esplêndida e monumental *Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba — 1944–1982* colocada à disposição do público por seu filho Reinaldo. Um ingente e caprichado trabalho que se desdobra em dois volumes e exatas 1150 páginas. Já Renato Pacheco chama atenção para a riqueza e importância desses artigos de Mestre Guilherme. Doses de erudição ministradas aos capixabas de modo frequente por meio de jornais e revistas agora reunidas e colocadas ao alcance dos interessados. A que se seguirá um dia a publicação da riquíssima e vasta correspondência ativa e passiva do folclorista; assim esperamos. Portanto, meus amigos, o capital intelectual que Mestre Guilherme acumulou persiste em se valorizar, continua a aumentar. Daí também a sua atualidade.

No final da vida, ele conseguiu o que talvez almejasse de forma inconsciente: ser equiparado aos mestres da cultura popular. Não quis ser um mestre acima dos mestres, mas um simples mestre entre os demais; ombro a ombro com os detentores do saber do povo.

Como negar que o chefe de família Guilherme continua vivo, já que seus descendentes prosseguem honrando seu nome? Como negar que o professor Guilherme permanece atuante, com os antigos alunos progredindo intelectualmente e transmitindo aos mais jovens as lições aprendidas? E o Mestre Guilherme, esse está mais presente do que nunca, por meio dos seus escritos sobre folclore, sempre referenciados. A prova disso tudo? Esta mesa-redonda. No tempo em que a globalização avança em disparada, mais se valorizam os aspectos locais para os quais a ciência da cultura popular aponta suas lentes.

A atualidade de Mestre Guilherme se reafirma também devido ao período de extremismos em que vivemos. Ele aceitava as diferenças, tolerava o Outro e suas idiosincrasias. Ele já trabalhava com o conceito muito moderno de “humanidade compartilhada”, que é o oposto do ódio. Desenvolvido pelo filósofo e historiador da cultura australiano Roman Krznaric o processo de “outroísmo”, ao contrário do “individualismo” típico do século XX, prevê “que nossa humanidade precisa ser compartilhada com outras humanidades possíveis”. Disse esse pensador: “Se a questão do século 20 foi ‘quem sou eu?’, a questão do século 21 é ‘quem é você?’”. Quer dizer, o folclorista maior capixaba viveu no século XX, mas já antecipava o século XXI. E ele não trabalhou sozinho, como sabemos. Formou discípulos que enriqueceram seu trabalho: fosse o socialista na juventude e depois conservador Renato Pacheco, fosse o comunista de carteirinha Hermógenes Lima Fonseca, os mais próximos a ele. Aliás, esses dois discípulos diletos como que reconstituíram o casal Marília-Guilherme. Hermógenes batizou uma filha com nome de Marília e Renato registrou um filho com o nome de Guilherme.

No período de extremismos ideológicos em que vivemos, reitero, provocado por interesses escusos provenientes de fora do país e que buscam dividir os brasileiros para melhor os controlar e manter

a espoliação de suas riquezas, as lições de Mestre Guilherme são profícuas. Nada de posições políticas extremadas. O Humanismo deve prevalecer, o caminho do meio, o meio-termo, a tolerância, a moderação em tudo.

O seu capixabismo não o impedia de ver as contribuições válidas de outros brasileiros para a nossa cultura popular. O seu conservadorismo em política não o impedia de aceitar as novas ideias para valorizar o trabalhador. A propósito, na sua atuação na Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, representando como juiz classista o lado dos empregadores, por ser dono de uma padaria, ele não deixava de considerar o aspecto social e muitas vezes seu voto era a favor do empregado.

Que ressoem novamente no recinto deste Instituto as palavras finais da brilhante e substanciosa conferência “A ‘Casaca’ – Instrumento Musical Indígena” que Mestre Guilherme proferiu como discurso de posse ao ingressar nesta entidade, junto com Renato Pacheco, numa sexta-feira, 12 de julho de 1957, passados, portanto, 62 anos. Ele com a palavra:

Como se vê, a casaca é instrumento musical, mas ao mesmo passo, objeto de arte popular. Por isso, já tivemos oportunidade de sugerir a pescadores — figuras integrantes de bandas de congo — da praia de Manguinhos e de Jacaraípe, que se dessem ao fabrico dessas peças interessantes, cuja procura por folcloristas e colecionadores tem sido muito intensa ultimamente. Não são poucos os que me pedem que lhes remeta um exemplar. Posso assegurar aqui que a nossa casaca figura nos museus de folclore de Alagoas, do Paraná e do Distrito Federal, e no próprio Museu Nacional no Rio — presentes da Comissão Espírito-santense de Folclore. Também na Bahia e no Rio de Janeiro existem em coleções particulares (Caribé, Rubem Braga, Mário Lago e outros) exem-

plares da bela e curiosa peça musical do Espírito Santo.

Minhas senhoras e meus senhores:

Para a posse solene nesta Casa de Domingos Martins, exigem os seus Estatutos uma conferência que foque assunto histórico ou relacionado com a História.

Daí por que esta palestra se cingiu, quase exclusivamente, ao tema escolhido, sem extravios literários ou divagações de retórica, que a tornariam talvez mais suportável...

Bem sei as deficiências que o trabalho apresenta, digno, por sem dúvida, de melhores e maiores estudos e investigações.

Perdoai-me, afinal, se ele desmereceu do rol brilhante de conferências aqui pronunciadas por eminentes consócios, membros ilustres desta Casa ilustre.

Agora finalizo eu. A fé que Mestre Guilherme possuía acabou, porque ele já viu o que acreditava. Acabou também toda sua esperança, porque ele já está de posse daquilo que esperava. Somente o amor permaneceu: o amor à sua família, o amor aos antigos amigos e alunos, aqui tão bem representados. Enfim, o amor dele à terra e à gente capixabas que faz de todos nós seus permanentes discípulos ao guardarmos as lições recebidas pessoalmente ou por meio das suas obras.

O amor nunca sai de moda. A carga de amor que um dia configurou a vida de Guilherme Santos Neves nunca mais poderá ser extinta. Pelo contrário, vence o tempo e tem a dimensão da eternidade.

Muito obrigado, Mestre Guilherme!



# HOMENAGENS



## A. DE A. GEÓGRAFO, PROFESSOR E ESCRITOR

*Ricardo Brunow Costa\**

Na nossa adolescência tivemos a oportunidade de estudar a matéria escolar Geografia em livros adotados nos estabelecimentos de ensino do primeiro e segundo graus. Entre os autores dos livros versando sobre a referida matéria, nossa predileção sempre foi a do então, renomado professor e geógrafo paulista, Aroldo Edgar de Azevedo, mais conhecido apenas por Aroldo de Azevedo.

O insigne mestre e geógrafo foi uma figura que nos marcou bastante na vida estudantil, e, ousamos dizer, que acreditamos estarem seus livros na memória de muitos homens e mulheres, os quais, nos dias atuais, subsistem em faixa etária mais avançada e que tiveram ensejo de estudar em seus excelentes livros didáticos. Estes apresentavam um português claro, objetivo e cativante à nossa alma estudantil, naqueles tempos primaveris inesquecíveis.

Os livros do eminente autor eclodiram na década de 40, tendo continuidade por mais de três décadas, o que vem demonstrar o fato de terem sido um sucesso, no então, mercado de livros didáticos.

É interessante salientarmos que o eminente professor escreveu tanto para crianças como para jovens e além disso, produziu literatura geográfica para adultos, o que significa o atendimento às faixas do ensino primário, secundário e mesmo, do ensino e pesquisa do nível superior. Mais adiante faremos menção de alguns livros desse ilustre mestre.

Alguns autores sublinham como sendo 127 títulos a obra do aludido professor, enquanto outros, afirmam que, somando-se não somente os livros, mas de outros inúmeros trabalhos técnicos, os tí-

---

\* Geógrafo, escritor, associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

tulos publicados seriam em número bem superior, o que demonstra a laboriosa e profícua vida intelectual e do intenso trabalho ininterrupto exercido pelo mestre.

Se, hodiernamente, observarmos que os livros de geografia adotados nas escolas se apresentam com configurações e conteúdos com enfoques diferentes, relativamente aos de outros tempos passados — não só os de geografia, mas, como os de outras matérias adotadas pelos educandários do nosso país, seguindo as mesmas emanadas do Ministério da Educação — não é de admirar, pois que, tudo isso faz parte da adaptação normal aos novos tempos que vivemos, uma vez que, o próprio saber, a ciência, o conhecimento enfim, mudaram com o passar do tempo, com a transformação dos conceitos do ensino e da pedagogia aplicada para o bom aproveitamento estudantil.

O que dissemos acima foi, com a intenção de mostrarmos que, Aroldo de Azevedo escreveu e transmitiu o conteúdo geográfico em seus livros, de modo admirável, e que, mesmo levando-se em conta as mudanças ocorridas na forma de apresentação dos novos livros da atualidade, os de Azevedo fazem, ainda, uma bela figura quer na sua apresentação gráfica, quer na diversidade visual, esta, aliás, composta por fotografias e desenhos ilustrativos do próprio autor, estes como sempre chancelados com A. de A. As aludidas fotos completavam de modo equilibrado cada capítulo, e, sempre enriqueciam a obra. Eram fotos extraídas de autores diversificados e de outros documentos estrangeiros, todas em preto e branco, pois que, fotos coloridas em livros ainda não eram empregadas na época. Sabe-se que os primórdios da invenção da fotografia são de época bem recuada, remontando ao ano de 1793, graças a Joseph Nicéphore Niece (francês).

Quanto às fotografias coloridas, estas tiveram sua invenção devido ao físico e matemático James Clerk Maxwell (escocês), em 1861.

No Brasil as fotos coloridas aparecem somente na década de 30 do século XX, porém, não em publicações periódicas.

Guardo entre meus livros, com desvelo e boas lembranças do meu curso colegial, um desses livros da lavra daquele grande mestre, cujo título é *Geografia Física*, editado pela Companhia Editora Nacional, São Paulo, 18ª edição, 1956, exemplar nº 6.574, com um total de 400 páginas; o preço do exemplar marcado na contracapa: CR\$ 60,00.

Desejamos comentar neste espaço, algo mais sobre esse livro que tanto nos encantou na nossa juventude.

Primeiramente, o autor dirige suas palavras ao leitor, e como de costume termina essa breve introdução, com suas iniciais A. de A, São Paulo, outubro de 1952.

Segue-se, estampado, o “Programa de Geografia Geral para o Primeiro Ano Colegial”, o qual, neste espaço, o apresentamos de modo apenas sintético.

- A Ciência Geográfica
- A Terra no Espaço
- A Atmosfera
- A Hidrografia
- O Relevo

O aludido programa estava em conformidade com a portaria ministerial nº 1.045 do Ministério da Educação, de 1º de dezembro de 1951.

Prosseguindo, vem o “Sumário da Obra” da qual, resumidamente, destacamos:

- Introdução
- A Terra no Espaço
- Águas Oceânicas e Águas Continentais
- O Relevo terrestre e Seus Fatores
- Apêndice

Antecedendo ao início de cada capítulo do livro, há os denominados “sumários” que nada mais são que os subtítulos dos capítulos.

O livro tem início com o capítulo introdução. Nesta, o autor faz uma pequena reconstituição da história da geografia, desde suas origens até o século XVIII. É evidente que não caberia em um livro destinado ao primeiro ano colegial detalhar, desde tempos os mais recuados, as origens e os caminhos percorridos pela geografia, atingindo, finalmente, o seu lugar no campo do saber científico.

Naquela introdução o autor desenha um quadro que mostra o perfil da geografia da antiguidade, seguindo-se outro da geografia medieval, continuando, após, com a geografia dos tempos modernos. Encerra-se aí, o primeiro capítulo para, então, continuar no segundo, com a história da geografia nos séculos XIX e XX.

O autor foi extremamente objetivo e hábil escolhendo os pontos principais dessa história evolutiva da geografia, destinada aos alunos naquela fase da adolescência. Desenhos são apresentados acompanhados com as devidas explicações. Os títulos e subtítulos são evidenciados com caracteres tipográficos de maior ou menor corpo, para expressarem noções complementares de importância secundária. Os parágrafos observam as normas devidas para o alcance de uma mais fácil leitura que é conseguida em função de um maior espaçamento entre esses parágrafos, o que permite chamar a atenção do leitor para o assunto tratado, além de que proporciona ao mesmo um maior descanso na sua leitura.

Ao final de cada capítulo há sempre a seção denominada de “leitura”. Ali é colocado um excerto de algum artigo científico que completa o estudo do capítulo estudado no livro. Os excertos geralmente são traduções de autores estrangeiros (franceses, ingleses, americanos, etc.). Podemos entender essa atenção aos autores estrangeiros, naturalmente porque, nas décadas passadas e mesmo na atualidade, o nosso país ainda não figura como importante nas áreas

as da pesquisa e estudo científico, enquanto que países como França, Alemanha, Estados Unidos, etc., desde muitas e muitas décadas trilham esse procedimento.

Ao final de cada capítulo, o autor após o título “obras a consultar”, onde são mencionados livros que contêm de alguma maneira, relação com o que foi aventado no capítulo citado.

Nessas “obras a consultar” são nomeados autores da mais alta representatividade geográfica internacional da época, como Richard Hartshorne, autor da obra *The Nature of Geography*; Emmanuel de Martonne, autor de *Traité de Géographie Physique*; Marcel Dubois com a sua *Géographie Générale*.

Observa-se, assim, que mesmo num livro destinado aos alunos dos então denominados cursos científicos e clássicos da época, Arol-do de Azevedo já indicava para os professores da área de geografia, os melhores autores estrangeiros daquele tempo. É o que podemos depreender, pois que, os alunos não teriam facilidade de ler livros de expressão tão alta, considerando-se também, que muitos desses livros não haviam ainda sido traduzidos para o nosso idioma.

Muitos outros autores povoam nessas “obras a consultar”, mas, se fôssemos enumerá-los, certamente, seriam necessárias mais algumas páginas deste sucinto trabalho para a consecução deste desiderato.

Por fim, como destacamos no item “Sumário da obra”, o livro é encerrado com um Apêndice no qual estão expostos três capítulos. No primeiro estão explanados “os vegetais e o meio” e neles encontram-se os subtítulos: os vegetais e o meio terrestre; os vegetais e os climas; os vegetais e os solos; outros fatores que influem sobre a vegetação; as grandes paisagens botânicas; as florestas; savanas e estepes; os desertos e os alagadiços; a flora nas alturas.

No segundo capítulo do Apêndice são analisados “Os Animais e o Meio”. Nele são descritos a fauna aquática e seus contrastes; a

fauna terrestre e o clima; outros fatores que influem sobre a fauna terrestre; muitas regiões naturais têm sua fauna particular; as grandes regiões zoológicas.

Toda a exposição escrita está fartamente acompanhada de fotografias ou de desenhos os quais ilustram, de modo bem objetivo, os assuntos apresentados.

Encerrando o conteúdo desse livro que nos encantou na nossa juventude, Azevedo escreveu o capítulo no qual o geógrafo tem entre outras ferramentas de trabalho uma das quais é de basilar importância — o conhecimento das cartas geográficas e de sua interpretação.

Nesse capítulo o autor o denomina de “Representação Gráfica da Terra”. Nele são tratados os temas: Mapas ou Cartas; sinais convencionais e representação do relevo; leitura de cartas.

O livro é então concluído com uma vasta bibliografia de importância fundamental para a época, e que, ainda hoje, pode oferecer bons subsídios para quem queira conhecer grandes trabalhos de autores de elevada proeminência do passado.

Para concluirmos estas considerações sobre o livro do professor Aroldo de Azevedo, é nosso desejo acrescentar só mais algumas poucas palavras:

Como a Geografia Física oferece grande estabilidade conceitual por tratar do nível material do ambiente, todos os ensinamentos expressos no livro permanecem praticamente inalterados em nossos dias. Muitos poucos ajustes poderiam ser realizados, porquanto, o quadro da descrição dos fenômenos físicos e de suas consequências que ocorrem na superfície terrestre (salvo exceções como atividade vulcânica, casos catastróficos, etc.), são de caráter significativamente mais estáveis e permanentes se os compararmos aos da Geografia Humana e de seus desdobramentos, o que nos leva a concluir que o livro não está de modo geral desatualizado na sua exposição e ex-

plicações dos fatos, apesar de sua edição ser antiga, a primeira delas vindo à lume no longínquo ano de 1947. A edição que abordamos neste trabalho, como reportamos linhas atrás, veio a público em 1956.

Finalizando estas nossas observações sobre o livro que nos lembra do nosso passado já distante, queremos apenas pontuar que o *Geografia Física* nos traz belas recordações e emoções dos tempos estudantis e, por isso mesmo, o guardo cuidadosamente na minha estante.



## PROFESSOR AMÂNCIO PEREIRA, UM ESQUECIDO

*Francisco Aurelio Ribeiro\**

Todo mundo sabe que a memória capixaba de seu passado, de sua história e de seus personagens históricos é uma vaga lembrança. Dentre essas figuras esquecidas, hoje, está a do professor Amâncio Pinto Pereira, nascido em Vitória, em 1862 e aqui falecido, em 1918. Diferente de seu filho, o também professor e advogado Heráclito Amâncio Pereira (1894–1957), um dos fundadores da Faculdade de Direito, núcleo formador da futura Universidade do Espírito Santo (1954), federalizada em 1961, que teve o centenário de seu nascimento lembrado e comemorado, passou batido entre nós o centenário de morte do Professor Amâncio Pereira, ocorrido em 2018. Felizmente, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Literatura do Espírito Santo (NEPLES), do qual fui um dos fundadores junto ao PPGL da Ufes, aceitou a indicação do nome do Professor Amâncio Pereira para ser o homenageado no VIII Seminário sobre o autor capixaba, o “Bravos Companheiros e Fantasmas”, a ocorrer em setembro deste ano. Tomara isso incentive a nova geração de estudiosos da literatura produzida no Espírito Santo a conhecer um pouco da obra desse que foi o principal escritor de sua época, um polígrafo, que escreveu contos, romances, poemas, crônicas, artigos e, sobretudo, peças teatrais de diferentes espécies e modalidades, hoje quase inexistente nas bibliotecas e arquivos públicos de nosso estado.

De origem humilde, o Professor Amâncio era filho natural de Maria Teresa dos Remédios, foi criado por uma tia, Francisca Pinto Pereira, a Dona Chiquinha de Caçaroca, de quem herdou o sobre-

---

\* Professor e Escritor. Pertence à cadeira 06 da Academia Espírito-santense de Letras (AEL).

nome e de quem cuidou até a morte, em 1909, tendo recebido uma educação reservada à elite da época. Fez o Primário com o conceituado Professor Aristides Freire (1860–1922), e chegou a cursar o Ateneu Provincial, colégio secundário criado em 1873 para preparar a elite masculina para os cursos superiores. Em 1879, ainda estudante no Ateneu Provincial, foi um dos criadores do Grêmio Saldanha Marinha, de feição republicana, manifestando-se, desde moço, em favor da abolição da escravatura. O Professor Amâncio Pereira era descendente de negros, não se sabe se pela ascendência materna ou paterna. Por sinal, a maioria dos habitantes do Espírito Santo, em meado do século XIX, era mestiça e era quase igual o número de pessoas pardas e o de brancas, cerca de 14 mil, declaradas no levantamento estatístico de 1856. No entanto, por falta de recursos financeiros, Amâncio Pereira não pôde fazer o curso de Ciências Jurídicas, reservado aos ricos, passando a atuar na imprensa e no magistério primário, tendo-se formado no Curso Normal, criado em 1871, e feito o curso do “Método João de Deus”, dado pelo Prof. Silva Jardim, de SP, em 1882 a convite do governador e escritor Inglês de Souza. De 1883 a 1888, foi professor em Anchieta, sem deixar o jornalismo, as letras, o teatro e a música. Dessa época, são suas primeiras obras, *Miscelâneas*, poemas, 1884 e *Deomar*, drama em 3 atos, escrito e encenado em 1888. Seu best-seller foi *Noções Abreviadas de Geografia e História do Espírito Santo*, 1ª ed. em 1894 e 5ª em 1914. Afonso Claudio, em 1912, o considera fundador da prosa de ficção no Espírito Santo e Oscar Gama, em 1987, diz que ele foi o criador do teatro infantil no Brasil, em 1915. Quando morreu, de colapso cardíaco, em 1918, era o maior escritor capixaba de sua época e estava preparando a segunda edição do “Almanak”, lançado naquele ano, e uma Revista teatral para ser encenada pelo Grêmio 03 de Maio, criado por ele e com o fim de arrecadar verbas para a construção da catedral.

Após a sua morte, foram feitas várias homenagens, na Assembleia Legislativa, no Ginásio Espírito-santense, no IHGES, do qual foi um dos fundadores, e seu nome foi dado a uma rua, em Jucutuquara e a uma escola, em São Mateus. No entanto, sua obra ficou esquecida e nunca foi lembrado como escritor em nenhuma antologia feita no Espírito Santo. Somente sua obra teatral foi analisada por Oscar Gama, em 1987, em “Teatro Romântico Capixaba”, com a publicação de duas de suas comédias: “O Tio Mendes” e “Virou-se o feitiço”, de 1894. Para reparar essa lacuna, seguem o poema “O Escravo” e o trecho final do conto autobiográfico “Leonina”, ambos publicados em “O Baluarte”, Vitória, 1882, de sua primeira fase romântica.

## O Escravo

A José do Patrocínio  
Cantai, mocidade, cantai sempre  
Do cerúleo horizonte o seu clarão,  
Detestando do mundo a entidade,  
Que comercia c’a pobre escravidão.

É tempo! e no trono sacrossanto,  
Tesouro maior da cristandade,  
Arrancando-lhe do escravo o vil ferrete  
Dai-lhe em troca o sublime: a “Liberdade”!

Espancai estas trevas enegrecidas  
Em que vê-se somente a tirania;  
Deixai que irmão nosso sem ventura,  
Veja ao menos com prazer a luz do dia.

Deixai qu'ele ao menos ore a Deus,  
Tendo no coração suma alegria;  
Qu'ele arranque de seu peito amargurado,  
O peso do dissabor — da agonia.

Arrancai de seus pulsos as algemas  
Que lhe impõe o dever do cativoiro.  
Que no belo fulgir de linda estrela  
Lhe acena a sorrir porvir fagueiro.

Que Cristo na sua lei divina  
Não criou essa vil profanação,  
Que ostenta o poder do ouro infame,  
No comércio da infeliz escravidão!

Tende em vós o laurel de tanta glória.  
Expargi no seu seio a “Liberdade”.  
Arrancai-o do acre cativoiro,  
Daí-lhe: “Pátria, Poder”, dai-lhe a “Equidade”.  
(Vitória, 07/09/1882)

### **Leonina (Cenas Contemporâneas) A Ubaldo Pereira**

(Conclusão)

Chega o dia do casamento. Recebem-se em matrimônio às 4 horas da tarde. Muita festa, muita alegria e em tudo poesia.

Sucedem-se dias e o amor de Leonina para Antenor já não era um amor de esposa, era um amor de mãe.

Leonina tinha por ídolo o seu Antenor. Para eles a vida tinha apenas o fim de trabalharem para suas prosperidades e glórias.

Três meses depois de casado, fora Antenor demitido “a bem do serviço público” do lugar que ocupava, por motivo de política, quando ele ainda não se envolvia no seu “mare magno”.

Porém, Antenor recebeu esta resolução de braços abertos, não deixando por isso de ser ainda honrado e honesto, sabendo viver pela força de seu trabalho, sem ser nesse tempo decorrido pesado ao comércio; pois, sendo artista, glória esta de sua vida moral, apesar do artista nada valer no Brasil, recebe do público as palmas e da imprensa a exaltação, tendo em compensação não ser conduzido a caprichos políticos, gozando de direito, respeito e independência ao lado daquela que sendo esposa sabe ser mãe. (Vitória, 11/11/1882).



## DESCOBRIDOR DE TALENTOS E TORCEDOR FIEL

*Aldo José Barroca\**

Alfredo Maria Barroca nasceu no bairro de Jucutuquara, em 14 de outubro de 1941. Foi batizado com o primeiro nome do pai (Alfredo) e da mãe (Penha). É filho de Alfredo Pacheco Barroca e Maria da Penha Keijok Barroca.

Em 25 de junho de 1948, seu pai (na época 1º Tenente PMES), Alfredo Pacheco Barroca, teve direito a seis meses de licença-prêmio e foi com a família a Resplendor-MG, onde moravam seus familiares. Visitaram fazendas e sítios de amigos. Numa dessas visitas, Alfredo, o filho, ficou encantado ao ver tantos coqueiros e perguntou se podiam levar alguns cocos. O fazendeiro logo encontrou desculpa para negar: “Lamento, mas no momento não há ninguém para pegar”. O garoto disse: “Por isso não seja...”. E subiu em coqueiros, derrubando os cocos que ele, os irmãos e os primos levaram. O fazendeiro ficou olhando, abismado e desolado com o “prejuízo”.

Em 1951, seu pai adquiriu uma pequena casa no bairro de Santo Antônio, no morro próximo ao local da futura construção da, hoje, Basílica de Santo Antônio. Fez o curso primário (atualmente, os primeiros anos do Ensino Fundamental) na Obra Social São José, dos padres pavonianos (atualmente é a EMEF Alvimar Silva, da Prefeitura de Vitória).

Com permissão dos padres, as crianças jogavam futebol ao lado do terreno da futura Basílica (hoje, pertence à Escola Ludovico Pavoni). Tomou gosto pelo esporte e logo passou a torcer pelo Santo Antônio Futebol Clube, time profissional que representava o bairro no campeonato oficial da cidade, cujos jogos eram realizados no

---

\* Escritor; associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Estádio Governador Bley, pertencente ao Rio Branco Atlético Clube, em Jucutuquara, portanto do outro lado da cidade. Após alguns anos, o Santo Antônio construiu seu estádio, o Rubens Gomes, na cidade de Vila Velha. No Rio, torcedor do Vasco da Gama. Embora seu pai fosse torcedor do Rio Branco em Vitória e Botafogo no Rio.

Cursou o ginásial (atualmente, os últimos anos do Ensino Fundamental) e o Científico (atual Ensino Médio) no Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória, na Av. Vitória, em frente ao morro do Forte São João.

Em 1956 Alfredo e o amigo Gelcílio Coutinho Barros criaram um time de futebol e, embora ele fosse vascaíno e seu amigo flamenguista, o nome escolhido foi Botafoguinho, por sugestão do botafoguense Alexandre, irmão de Alfredo. Aceitaram, pela popularidade dos jogadores do Botafogo, como Nilton Santos e, principalmente, Garrincha. Gelcílio era zagueiro (lateral direito), Alfredo jogava no meio de campo (centro médio). Sendo “fominha de gol”, Alexandre era impetuoso, não tendo medo dos zagueiros violentos, entrando entre eles e fazendo muitos gols. Com sua coragem e vontade de fazer gols, foi o artilheiro do time. Ganhou o apelido de Pinguelo Maluco (há outros sinônimos, mas no caso foi no sentido de disparador, espoleta, gatilho, por disparar entre os zagueiros e “apertar o gatinho” — chutar a gol). Jogavam aos domingos, nos campos: “Sobe e desce” da Ilha das Caieiras (tinha um lado pouco mais alto que o outro), DNC (Departamento Nacional do Café) na parte baixa de Caratoira (era careca) e atual sede da Escola de Samba Novo Império, Alagoano no Morro dos Alagoanos (como a Coreia dividida — norte e sul — estava em guerra e nos jogos do Alagoano ora brigavam as torcidas, ora brigavam os jogadores, era chamado de “Correia”). Jogavam principalmente no campo do Tupi em Porto Novo, Cariacica. O melhor campo, inclusive gramado (iam de barco, os catraeiros ficavam aguardando passageiros a lado

do Cais do Avião) Os barcos passavam pela Ilha da Pólvora e pela pequena “Ilha Dr. Américo”, com uma pequena praia, até chegar a Porto Novo, em Cariacica. Um dos catraeiros, de nome Siqueira, só ia pelas beiradas. A rapaziada gozava, dizendo: “É medroso o Siqueira, só rema pelas beiras”.

O Botafoguinho era o melhor time juvenil do bairro, era tão bom que ganhava quase todas as partidas. Após os jogos, Alfredo comentava por escrito como foi a atuação de cada jogador, o que era analisado por todos, visando melhorar o desempenho em campo. Ele era também o técnico. O time só acabou quando Alfredo se mudou do bairro, no final do ano de 1961.

Orgulhava-se de torcer pelo time profissional do Santo Antônio, famoso até fora do Estado, várias vezes campeão capixaba, inclusive sendo tricampeão. Seu uniforme tinha as cores vermelha e branca. Enfrentava de igual para igual equipes de fora do Estado, principalmente do Rio de Janeiro, na época o melhor futebol do Brasil. Ficou conhecido como “Time Maracanã”, por ser a primeira equipe capixaba a jogar no Maracanã, o então maior estádio do mundo: campeão carioca de 1954: o Flamengo convidou a equipe antonina para a comemoração do campeonato e o jogo foi no Maracanã.

De 1959 a 1965 trabalhou como Supervisor de Futebol Amador (base) do Santo Antônio. Voluntário, por amor ao Clube. No início da década de 1960 foi eleito Diretor do Departamento Juvenil, permanecendo no cargo até a extinção do clube, em 1965. A partir de 1966 trabalhou como profissional (remunerado) no Rio Branco e na Desportiva, sendo técnico do juvenil e Supervisor de Futebol Amador. No Rio Branco, incentivado pelos jogadores Carlinhos Gabor e Hélio de Freitas, fez Educação Física na UFES. Alfredo revelou craques: Geovani, Sávio, Batalha e muitos outros. O Rio Branco, na época conhecido como “Capa Preta”, publicava a *Revista*

*Capa Preta* e, em uma delas, extensa reportagem intitulada: “Barroca, descobridor de talentos”.

1971 a 1974, formado na 1ª turma de Educação Física no Campus da UFES, é Professor de Educação Física, Técnico de Futebol de Campo, de basquetebol e Futebol de Salão na UFES.

A partir de 1976 o cartunista Janc, do jornal *A Gazeta*, criou a copa *A Gazetinha* de futebol juvenil e infanto-juvenil. Alfredo colaborou por muitos anos, indo às cidades sedes dos jogos, descobrindo jogadores amadores que trazia para Vitória.

Em 1978 passou a residir no Bairro Antônio Honório, na região da Grande Goiabeiras. Casa adquirida por seu pai, coronel da Polícia Militar aposentado, e financiada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

Foi professor na Secretaria de Estado da Educação – SEDU.

Atualmente aposentado, não deixa de acompanhar o futebol. Continua torcendo pelo Vasco, mas no Espírito Santo não torce por nenhuma equipe. Declara ser torcedor do Santo Antônio, nos outros clubes trabalhou apenas como profissional.

# ARTIGOS



## CINCO PONTÕES: CONTOS E CAUSOS DE ITAGUAÇU

*Regina Menezes Loureiro\**

Acordei bem cedo, hoje é uma sexta-feira ensolarada e sol ainda vem surgindo. Tenho uma missão a cumprir: ir a Itaguaçu conhecer a **Pedra dos Cinco Pontões** e registrar minhas impressões nesta visita à **Serra do Caparó**. A caminhada será longa, mas creio, será muito gratificante.

Depois, eu conto.

Os companheiros de caminhada, eu encontro pela estrada. A Mulata já está toda equipada para longa viagem: a grade de proteção de farol, para-brisa alto para evitar que pedras na estrada atinjam o motorista, pneus próprios para asfalto e terra, GPS, proteção de mão, antena contra pipa, reservatório de óleo protegido, bagagem bem segura, celular para registros...

São seis horas, partindo para mais este passeio.

A estrada é asfaltada até Itaguaçu. Para chegar lá, seguirei pela BR-101 até o município de Fundão. A seguir tomarei a Rodovia Josil Espindula Agostini. Esta viagem é sempre muito agradável, entre montanhas e serras verdejantes, cafezais, cachoeiras e riachos, observatórios e mirantes. A natureza em seu esplendor se descortina em todo o percurso. Não vou esquecer de mencionar a importância dos produtos da terra de Santa Teresa, cidade que possui exuberante biodiversidade, está localizada entre montanhas e com grande parte de seu território coberto pela Mata Atlântica.

Vou pelo caminho que passa por Fundão para visitar um laticínio que fica bem no início da serra e ali comprar uns queijinhos. Quero sentir o friozinho da serra apreciando os vinhos e queijos da terra.

---

\* Associada efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Feminina Espírito-santense de Letras. Escritora, advogada.

É grande a sensação de liberdade que sinto dirigindo em segurança em boas estradas. Devo chegar a Santa Teresa por volta das 11 horas. Será a primeira parada para pernoite. Em Santa Teresa, a Doce Terra dos Colibris, também chamada “Cidade Beija-flor do Espírito Santo” descansarei. Santa Teresa está a 700 m do nível do mar. Assim é chamada graças a abundância destas aves na região e também porque ali nasceu e viveu Augusto Ruschi, pioneiro nas pesquisas com beija-flores e fundador do Museu de Biologia Professor Mello Leitão.

Santa Teresa é famosa também por sua colonização italiana. Inclui no meu roteiro museus, casas históricas, vinhos e muita comida boa.

A cidade não tem muito movimento durante a semana. Ideal é organizar a viagem para final de semana e participar dos eventos que acontecem na Rua de Lazer. Em minha visita à cidade tocarei trombetas aos imigrantes povoadores da região e, após um lanche, subirei mais a serra para avistar, lá longe, a região de Pedra Azul e praias de Guarapari. Pretendo fazer este roteiro com calma para apreciar as belezas de nosso Estado.

Visitarei a **Igreja Matriz**, construída por imigrantes italianos, em 1906. Fica numa parte alta, ao lado da Rua de Lazer e está muito bem conservada. Contam os mais antigos que o local, onde construíram esta igreja, era o espaço onde os primeiros habitantes, imigrantes italianos, se reuniam e faziam suas orações a Santa Teresa D’ávila.

Bem no centro da cidade está o **Museu Professor Mello Leitão**, um oásis de natureza que encanta todo visitante. Um riacho corta a área, e passa bem em frente da casa dos beija-flores, local de estudo e pesquisa de Augusto Rusch.

Logo na entrada do Museu, a **Galeria Cultural Virgínia Tamanni** é local de exposições e reúne produtos da Terra, como artesanato, biscoitos e vinhos, e você pode comprar suas lembrancinhas.

O **Museu de Imigração Italiana** fica no segundo andar do prédio e tem um acervo riquíssimo sobre a história dos imigrantes.

A **Casa Lambert**, hoje tombada pelo Conselho Estadual de Cultura, como Patrimônio Histórico Estadual, foi construída pelos irmãos Lambert usando pau e barro da região. Com dois andares, o dormitório ficava na parte de cima. À noite, eles suspendiam a escada que era de madeira e cipós porque a região tinha muita mata com muitos animais pelas cercanias. Em 1940, a casa foi reformada. Construíram mais um cômodo, agora de tijolos. Hoje funciona como museu/casa da memória e você pode apreciar sua história, contada em forma de cordel.

Um local também muito interessante é a **Cantina Mattiello** que chama atenção pela fachada por onde se entra através de barris de vinho. O carro chefe da casa é o vinho de jabuticaba que a família Mattiello iniciou sua produção de vinhos.

Por uma estrada de chão batido, bem cuidada, é possível percorrer o **Circuito Caravaggio**. Visitarei a vinícola Tomazelli, um lugar tranquilo, que oferece vinho bom, suco de uva. O restaurante é familiar e tem ótimo atendimento. Uma ótima opção para passeios com a família. As parreiras em torno do restaurante estão bem carregadas, neste período do ano. Numa adega com vinhos variados servem goles para degustação com a opção de compra de um bom vinho. Eu sempre me encanto com os vinhedos e com parreiras em produção.

Após fazer minha refeição, saio agora da vinícola, para chegar ao final da caminhada.

Cheguei ao alto da subida. Observei com espanto a rampa de voo livre, a 915 m de altitude com espaço de voo de até 8 km extensão. Registro o cenário e ao observar o salto de um atleta, fico a imaginar as aventuras que me aguardam, quando subir o Cinco Pontões.

Para quem aprecia as emoções de um esporte radical este é local perfeito. E para a emoção do turista, o visual causa uma sensação indescritível, quando se avista todo o vale do Canaã e se sente pequeno diante da natureza em toda a sua grandiosidade.

Sigo viagem. Desço a serra do **Circuito Caravaggio** direto para Itaguaçu, e subir **Pedra dos Cinco Pontões** e conquistar mais um ponto ao desafiar a minha montanha preferida.

Ficarei hospedado na **Pousada Recanto da Pedra Cinco Pontões**, porta de entrada para conhecer o Cinco Pontões de um ângulo diferente. É lugar ideal para quem curte a natureza e a aventura em trilhas de montanhas. Esta exuberante formação rochosa é uma das mais espetaculares do Espírito Santo e fica entre os municípios de Itaguaçu e Laranja da Terra. Para atingir o seu ponto mais alto de 1.250 metros, é preciso dominar a técnica de escalada. Dali se contempla uma vista espetacular. O local reúne histórias dos jesuítas e índios que por lá habitaram, deixando ouro e riquezas escondidas por entre pedras e vegetação.

Naquela manhã estival, a pousada serviu um café simples, mas muito saboroso. O sol já aparecia mais brilhante e o vento estava mais ameno. Lá de cima observei que Itaguaçu modorrava. No límpido azul logo o astro rei espalhou seus raios de fogo por sobre campos, montanhas e matas. Com o calor e a claridade da manhã, pequenos animais abandonavam seus refúgios e as aves se alvorçavam no refrigério das verdes ramadas, assustadas com a presença humana em seu oratório.

Eram sete horas quando pegamos a trilha que nos levaria ao ponto mais alto dos Cinco Pontões. A caminhada é toda feita em terrenos da pousada, portanto passamos por uma propriedade particular.

A Pousada fruto de um negócio sério que a família gerencia com cuidadoso zelo e de administrada com responsabilidade. Os

proprietários da Pousada se especializaram em cursos e sabem muito bem receber turistas para esta aventura. Vale a pena conferir.

Para chegar ao ponto mais alto da pedra, caminhei a pé, às vezes bem ligeiro por 40 minutos, sempre acompanhado por experientes guias. Para chegar até o pico, o percurso é feito através da linha forrada, com equipamentos de segurança e orientação dos técnicos. É preciso usar calça, tênis ou bota, protetor solar, agasalho e levar água na mochila. O tempo no local é inconstante e o frio pode chegar a qualquer momento.

Os proprietários da Pousada tomam conta da **Rampa De Voo Livre de Itaguaçu** e quem quiser pode se inscrever e participar de campeonatos de parapente. O local é palco de esportes como base jump, high line e parapente.

A aventura até o topo da Pedra, pode ser feita por pessoas de todas as idades, para apreciar a paisagem durante a subida, o contato com a natureza intocada. O esforço é compensador e depois a recompensa pelo esforço empregado modifica qualquer cidadão. Divisar o mundo do alto nos dá a dimensão de nossa pequenez e ao mesmo tempo a superação de nossos medos. Vencendo os desafios físicos e mentais vem a sensação de conquistas, aprendemos um pouco de nós, do mundo e dos semelhantes. Tudo é muito gratificante.

As montanhas sempre mudam, são novos desafios para um montanhista e tudo o que ele aprende é também exercício para vencer na vida. O difícil, é colocar um pé depois do outro, porque as montanhas são implacáveis e não obedecem a nenhuma autoridade. Visualizamos que estamos submersos nas trincheiras da vida moderna e que para vencer é preciso saber enfrentar com galhardia o frio das relações humanas, a falta de ar pelo cansaço da subida, os desgastes emocionais e o fracasso pelo esforço da subida em busca da vitória final.

Tudo que relato eu vivenciei ou conclui de relatos que ouvi. Somente um montanhista que escala o **Cinco Pontões em Itaguaçu** pode descrever as belezas e sensações vividas diante das belezas do lugar.

Estou agora num barracão ouvindo mais alguns relatos dos esportistas, dos técnicos e dos guias que por ali descansam.

É uma tarde ensolarada, o vento sopra brando sobre a vegetação, céu de um azul sem nuvens, e escrevo estas memórias, sentada em um banco de madeira, de um barracão rústico. Sobre a mesa um pastel de carne e vinho da terra. Gravo outros relatos de atletas que chegaram da escalada e preparavam, para guardar, o material usado na escalada. Imagino ainda, o que pode sentir um bravo que passa de um pico a outro da gigantesca pedra, equilibrando-se em um fio, que daqui, sentada num banco de madeira, mais parece uma pequena ave que sobrevoa por entre os Cinco Pontões.

## A Ágora Agora

A palavra democracia, todos sabemos, tem origem na Grécia antiga e significa “governo do povo”. Homens decidiam o destino da sua cidade-estado em assembleias na praça principal, a ágora. Era uma democracia direta e bastante limitada por excluir mulheres, estrangeiros e escravos.

A Modernidade cria a democracia representativa. Por meio de eleições periódicas, o povo confere mandatos a representantes para exercerem o poder em seu nome e com vistas ao bem comum. Tudo muito bonito na teoria. De início, porém, somente homens ricos votavam. O direito ao voto universal, direto e secreto foi conquistado a duras penas. E se estendeu aos poucos para a classe média, operariado, funcionalismo civil, campesinato, mulheres, militares de baixa patente, sacerdotes, analfabetos, menores de idade. O voto, antes aberto e falsificável, passou a ter seu sigilo preservado. Também diminuíram as tramoias para fraudar as preferências do eleitorado.

O voto nos aproxima. Perante ele, todos somos iguais. A vida moderna valoriza o cidadão e o poder da sua voz e do seu voto. O século passado viu as massas aumentarem a participação na política. Viu também ditaduras de direita e de esquerda serem derrotadas em benefício do regime democrático. Com ele, lucram a economia e a sociedade. Ditaduras dão prejuízos; sempre desgraçam a vida dos países onde se instalam. Impasses e retrocessos existem, mas

---

\* Escritor e pesquisador, associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-santense de Letras.

no final a democracia vence. Sem ela, não há futuro para a humanidade.

Cada vez mais as pessoas se conectam de modo instantâneo, em escala global e nas redes sociais. A democracia representativa virou espetáculo midiático. O que em si não é um mal, se as informações veiculadas pelas antigas e novas mídias forem bem apuradas por uma imprensa independente e vigilante. Assim, os valores democráticos estarão a salvo de toda manipulação.

A História não se desenvolve em linha reta; caminha entre avanços e recuos. A longo prazo, contudo, o exercício do voto tende a se consolidar, inclusive com o aparecimento de novas formas de democracia direta. Referendos, plebiscitos, consultas, projetos de lei, enfim, a vontade popular manifestada em votações através de dispositivos eletrônicos. Já usados com crescente intensidade em nossas escolhas diárias de consumidores e cidadãos. Aos trancos e barrancos, explicitamos decisões políticas em assembleias virtuais. O voto volta à praça. A ágora agora tem a dimensão do mundo.

## **Educação pelo Voto**

Quando Nelson Rockefeller resolveu se dedicar à política, sua mãe estranhou: “— Isso não é função para nossos empregados?” A postura alienada da senhora americana nos faz lembrar o que nunca deveríamos esquecer: os políticos existem para atender aos interesses coletivos e não aos particulares. Eles não são nossos empregados, evidentemente, mas têm o dever de servir à população, que os escolhe e os remunera.

Periodicamente, selecionamos quem nos representa nas múltiplas instâncias legislativas e executivas do Brasil para, em nosso nome, tomar as decisões devidas. Por mais que os interesses dos

estratos sociais sejam diferenciados, existe um denominador comum aos ricos, à classe média, aos remediados e pobres: as políticas públicas afetam todos eles, mesmo que de formas e intensidades variadas.

Alguns comentaristas assinalam que a campanha deste ano de 2010 se desenrola num clima “morno”. Essa percepção está relacionada a dois fatores. Primeiro: os candidatos apoiados pelos chefes de governo, no plano federal e em nosso estado, possuem grande vantagem nas intenções de voto sobre seus opositores, segundo as pesquisas eleitorais. Não havendo disputas acirradas para os cargos majoritários, que mobilizam com maior intensidade a emoção dos votantes, é natural encarar a eleição de forma mais serena.

O segundo daqueles fatores: a democracia no Brasil deixou de ser a “plantinha tenra” que deveria ser cuidada com todo zelo. Ela fincou raízes e se consolida a cada eleição. O sistema político brasileiro apresenta problemas? Muitos e em graus diversos, mas justamente a normalidade democrática e a reiteração dos pleitos nos fazem perceber tais falhas e nos chamam atenção para as correções que precisam ser realizadas.

A reforma política está em pauta para não mais sair, até que se equacionem suas principais questões. Se alguns estudiosos estranham que somos um dos poucos países a possuir justiça eleitoral, voto obrigatório e outras peculiaridades, disso podemos tirar partido para aperfeiçoar nosso sistema político. De reforma em reforma (medidas para coibir as fraudes nas eleições, Lei da Ficha Limpa etc.) vamos atingindo patamares mais modernos para aferir a vontade popular.

Contudo, não podemos esquecer: o voto secreto, das mulheres, dos pobres, dos analfabetos é recente no Brasil. Mortos ainda votam, por intermédio de algumas pessoas muito vivas, mas isso tende a acabar. Agora a regra consiste na renovação política e na alternância

de governantes. Uma norma não precisa ser morna: a normalidade eleitoral também é empolgante. Desanimador era o período dos governos autoritários, quando não sabíamos se haveria eleições ou se elas estariam livres de constrangimentos de toda ordem.

A frase elitista da senhora Rockefeller também nos faz refletir sobre a importância da política para toda a sociedade. Contra nossos próprios preconceitos, nós cidadãos brasileiros sabemos votar e, do ponto de vista político, estamos cada vez mais conscientes. De eleição em eleição as nossas elites, que ao longo da história quase sempre foram antiquadas e omissas, são despertadas para a necessidade de se comprometerem com o bem comum, de se modernizarem, de se interessarem mais pelo país em que vivem; a exemplo da valorização do mercado interno, que ocorre somente a partir da redemocratização. Pelo voto, o povo brasileiro educa suas elites.

## **Política e Violência**

Em Roma, o assassinato de Júlio César no dia 15 de março de 44 a.C. por um grupo de senadores ocorreu num contexto político extremado. Violência e política sempre estiveram vinculadas ao longo da história. Pode-se mesmo inverter os termos da famosa frase de Carl von Clausewitz — A política é a continuação da guerra por outros meios... Nos dois últimos séculos, como é bem conhecido, diversos homens públicos de projeção sofreram atentados ou foram mortos pelo mundo afora — os presidentes americanos Lincoln, McKinley, Kennedy; o arquiduque austríaco Francisco Ferdinando, feito que desencadeou a Primeira Guerra Mundial, para ficar em poucos exemplos.

Entre as tentativas de eliminar o dirigente máximo do Brasil no período republicano, destaca-se o atentado de novembro de 1897

no qual estava implicado Torquato Rosa Moreira, deputado federal pelo Espírito Santo. A ação visava o presidente Prudente de Moraes que escapou ileso, mas vitimou fatalmente o seu ministro da Guerra. Ao assassinar em 1915 com uma punhalada nas costas o senador gaúcho Pinheiro Machado, cujo poder se equiparava ou mesmo excedia ao do presidente da República, Manso de Paiva praticou o único ato em terras brasileiras que pode ser caracterizado como “regicídio”, no sentido amplo da palavra.

Não constituem novidade em nosso país os casos de violência contra políticos. São mesmo frequentes. O que já aconteceu de vereadores, prefeitos e outros detentores de mandato popular sofrerem ameaças, atentados ou serem mortos por desafetos não é brincadeira. O senador alagoano Arnon de Mello (pai do ex-presidente Fernando Collor de Mello) matou em 1963 um colega do Acre no plenário do Senado Federal, ao errar os tiros disparados contra inimigo político do seu estado. No Espírito Santo, e para citar apenas uma ocorrência, basta recordar a morte do prefeito da Serra José Maria Feu Rosa em junho de 1990. E por aí vai. A propósito, quem mandou executar a vereadora carioca Marielle Franco, atingindo mortalmente também seu motorista?

O correto na política é vencer o adversário, ou neutralizá-lo, recorrendo a métodos não-violentos. Lançar mão do assassinato configura extrema e radical negação do outro. Os extremistas de qualquer matiz ideológico são muito semelhantes entre si, tanto em seus objetivos quanto nos métodos de ação. O que mais se parece com um adepto da extrema-direita do que um fanático da extrema-esquerda? Ambos negam a tolerância, o diálogo, a conciliação; em resumo, repudiam a democracia. Qualquer político que se auto-proclamar defensor dos princípios democráticos e deixar de praticá-los não passa de um perigoso populista e demagogo. Na atualidade brasileira, os radicalismos e todos os tipos de ameaça e violência política devem ser desestimulados, e mesmo combatidos no plano

das ideias, por prejudicarem o regime democrático, tensionarem além do razoável as disputas pelo poder, dividirem perigosamente a sociedade, e incentivarem o retrocesso civilizatório.

## **Um Centenário Luminoso**

A recordação é o sol dos mortos. Mas alguns deles, quando lembrados, são também como o sol por iluminarem nossos pensamentos e ações. Neste último caso está Eurico de Aguiar Salles, nascido na capital capixaba há exatamente cem anos, em 24 de agosto de 1910. Membro das influentes famílias Aguiar, originária da Serra, e Salles, de Santa Leopoldina, começa a trabalhar muito jovem no serviço público estadual. Depois de se formar em advocacia no Rio de Janeiro, volta para Vitória, onde monta escritório e exerce o magistério na Faculdade de Direito do Espírito Santo.

Seria longo detalhar suas atividades de homem público; cite-mos apenas as principais. No final do Estado Novo, ocupa o cargo de Secretário da Educação e, em 1945, participa da fundação no Espírito Santo do Partido Social Democrático (PSD), por cuja legenda elege-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte, tomando parte ativa em seus trabalhos. Em 1949, representa o Brasil no Congresso Mundial de Educação, realizado em Genebra, por ser presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Reelege-se deputado federal em 1950, sempre pelo PSD, partido que secretaria, e do qual é vice-líder na Câmara.

Candidato a governador do estado em 1954, perde as eleições para Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, episódio considerado por muitas lideranças políticas como prejudicial aos destinos do Espírito Santo. Em 1956, o presidente Juscelino Kubistchek designa Eurico Salles para a direção da Superintendência da Moeda e

do Crédito (Sumoc), precursora do Banco Central na coordenação do sistema financeiro nacional. Nessa posição participa da Conferência Interamericana de Buenos Aires e representa o Brasil em Washington junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), além de compartilhar decisões fundamentais para a implantação da indústria automobilística em nosso país.

Por sua projeção política e experiência administrativa, Juscelino o nomeia Ministro da Justiça e Negócios Interiores, primeiro capixaba a ocupar o cargo. Nele permanece por oito meses, de 4 de novembro de 1957 a 8 de julho de 1958, quando apresenta sua demissão. Continua um homem simples, desprovido de vaidades, desapegado do poder, e atua em outras funções, mas já adoentado falece precocemente no Rio de Janeiro em 1º de setembro de 1959, dias após completar 49 anos.

Para a história, como para Deus, todos estão vivos: os que viveram e persistem com sua influência; os que vivem e constroem o futuro. É suficiente, então, que o nome desse ilustre espírito-santense batize logradouros em diversos municípios capixabas, um bairro da Serra, a escola do SENAI em Linhares, o Aeroporto de Vitória? Para além das homenagens oficiais, seu nome honrado deve permanecer vivo entre nós por vincular-se a razões bem mais altas: seriedade, competência e honestidade ao ocupar-se da coisa pública; adesão irrestrita à causa da democracia, na vitória ou na derrota; compromisso de servir à coletividade ao exercer cargos elevados, em lugar de servir-se deles para atender a interesses espúrios. Esses não são valores moralistas ou restritos a circunstâncias históricas que nunca mais se repetirão. São valores perenes e, justamente por eles, a vida e a obra de Eurico de Aguiar Salles devem ser recordadas: para continuarem compondo nossa identidade e, como um sol, iluminarem os caminhos vindouros da sociedade capixaba.



## HISTÓRIA E LITERATURA: RECONTAM O ANTES E O DEPOIS DO INGLÓRIO CERCO DE TANGER E A MORTE DO INFANTE D. FERNANDO, O SANTO

*Ester Abreu Vieira de Oliveira\**

**Resumo:** A História e a Literatura vêm-se encontrando nos registros de fatos; uma investiga a sua veracidade, enquanto a outra ficcionaliza os acontecimentos exacerbando-os ou mostrando-os sob perspectivas variadas e livres, embora tenham também como apoio a realidade. Com essas duas ciências, busca-se trazer à memória um marcante evento da História de Portugal que até os nossos dias é levado aos palcos, por meio da obra *El Príncipe Constante* de Pedro Calderón de la Barca.

Com base na obra do dramaturgo espanhol e em relatos históricos de Cesar Cantú, Alexandre Herculano entre outros, atualiza-se o fato histórico, ilustrando-o com o Canto IV de *Os Lusíadas* e com o poema “D. Fernando infante de Portugal” de Fernando Pessoa.

### Tanger

Tanger, cidade do norte de Marrocos, pertence à região de Tânger-Tetuum, situada no noroeste da África, na costa atlântica e na entrada ocidental do estreito de Gibraltar, que faz a união do Atlântico ao Mediterrâneo, separando Marrocos da Espanha, logo da Península Ibérica.

Por esta cidade passaram várias civilizações e culturas desde a.C.. Sua fundação ocorreu quando os fenícios ou cartagineses ali fundaram uma colônia que substituiu um assentamento berbere. Também já foi uma colônia romana, e uma das conquistas dos vândalos. Na Idade Média e na Renascença foi cobiçada e disputada por cristão e por vários reinos muçulmanos. No século XVII foi

---

\* Professora Emérita da Ufes, escritora, pertencente a entidades culturais do Brasil e do exterior: como: AESL, AFESL, IHGES, APEES, AITENSO, ABH, AIH.

oferecida por Portugal à Inglaterra, que a ocupou de 1923 a 1956, quando passou a ser considerada “cidade internacional” e administrada conjuntamente por várias potências, entre as quais Portugal.

## **Cerco de Tanger**

O Cerco de Tanger, ou o Desastre de Tânger, de 1437, é mencionado na História e na Literatura para indicar a tentativa do reino português dos Avis de conquistar a cidade marroquina de Tânger e para apresentar a sua derrota e a morte do infante Fernando.

A dinastia dos Avis foi a segunda a reinar em Portugal. Ela começa em 1385, após a morte de D. Fernando, último rei da dinastia de Borgonha, com a aclamação, perante as cortes de Coimbra, de Dom João I Mestre de Avis, e dura até 1580, com a morte do Rei-Cardenal Dom Henrique. Por esse rei não ter este deixado descendente, o trono passou para o Rei Felipe II da Espanha, que então, também, será chamado Filipe I de Portugal. Nesse período se processará a União Ibérica.

## **Era dos Avis**

Depois da morte de Dom Fernando, tensões sociais se insuflaram dentro da nobreza portuguesa, geradas pelo fato de este não ter deixado nenhum filho herdeiro, e pela perspectiva de uma invasão castelhana, movida por Don Juan I de Castela. Havia os que apoiavam a Dona Leonor Teles, na manutenção da situação política e econômica vigente, e os que encontravam em Dom João Mestre de Avis uma profunda mudança.

Ao tornar-se rei, Dom João I, transferiu para Lisboa a sede do governo e aboliu a era de Espanha. Mandou traduzir em português

o Código Justiniano para suprir as faltas das antigas leis visigodas e para que se tornasse o código de Portugal. Conservou durante quarenta anos a paz de sua família e do país.

Durante a dinastia dos Avis ocorreu a expansão atlântica portuguesa que teve início com a importante conquista de Ceuta (1415, e que deu continuidade à organização naval para defender o litoral português iniciado por Dom Dinis.

Essa ampliação do domínio português teve como elemento fulcral o financiamento dado pela burguesia na concretização de novas rotas e na organização alfandegária. Luiz de Camões, em *Os Lusíadas*, obra escrita em 1556, e publicada em 1572, no Canto IV, Oitava 48ª, nos apresenta na narrativa de Vasco da Gama ao rei Melinde a importância para Portugal dessa implantação do rei Dom João I:

Não sofre o peito forte usado à guerra,  
Não ter imigo já a quem faça dano;  
E assi, não tendo a quem vencer na terra,  
Vai cometer as ondas do oceano.  
Este é o primeiro Rei que se desterra  
da pátria por fazer que o Africano  
Conheça pólas armas, quanto excede  
a lei de Cristo à lei de Mafamede.



Monumento das Descobertas. Lisboa, Portugal.

No início do governo do Mestre de Avis surge um chefe militar excepcional, Nuno Álvares Pereira, cuja atuação na batalha entre portugueses e espanhóis, a Batalha do Atoleiro (1384), contribuiu para afirmar o sucesso do novo rei. Essa batalha constitui um acontecimento de extrema importância para a crise de 1383 a 1385, que consagrou a identidade de Portugal, como País, como povo e como nação. A pugna foi uma afirmação decisiva para a de vitória da de Aljubarrota (1385), e para o Acordo de Paz com Castela, em 1411. Em *Os Lusíadas*, Luiz de Camões engrandece essa ação militar e põe Vasco da Gama a contar ao rei de Melinde o estímulo de Nunes Álvares aos portugueses, antes da batalha, no Canto IV, Oitava 3ª, v 5-8:

E, como cousa, em fim, que o Céu destina,  
No berço o corpo e a voz alevantou:  
— Portugal, Portugal — alçando a mão,  
Disse — pólo Rei novo, Dom João.

Nas estrofes seguintes, Vasco da Gama mostra o estímulo desse herói e, nas Oitavas 24ª a 26ª destaca outros portugueses que se sobressaíram também nessa batalha, apontando suas conseqüências até a Oitava 46ª. Como agradecimento pela vitória na Batalha de Aljubarrota, Dom João I mandou edificar no lugar o Mosteiro de Santa Maria da Vitoria, que passou a chamar-se o Mosteiro da Batalha, cuja capela conserva o panteão dos príncipes de Avis.



Dom João se casou com Filipa, filha do Duque de Lencastre e teve com ela cinco filhos: Dom Duarte foi seu sucessor. Dom Henrique, Duque de Vizeu, Grão Mestre da Ordem de Cristo, teve papel de destaque na expansão marítima de Portugal. Dom João, Grão Mestre de São Tiago de Portugal. Dom Pedro, Duque de Coimbra e de Montemor e Dom Fernando, Grão Mestre de Aviz.

Dom João I, Grão Mestre da Ordem de Avis, era filho natural de Dom Pedro I, o Cruel, e não poderia subir ao trono legalmente, mas pela vontade da maioria burguesa (ricos, mas sem títulos, considerados representantes do povo), clérigos, e da baixa nobreza, ele se tornou o primeiro rei de Portugal eleito em uma assembléia. Esse procedimento, uma espécie de golpe palaciano, é considerado por alguns historiadores como a “primeira revolução burguesa”. No Canto IV, 12<sup>a</sup> Oitava, Camões louva este rei e menciona esse fato:

Joane, a quem do peito o esforço crece,  
Como a Sansão Hebreio da guedelha,  
Posto que tudo pouco lhe parece,  
Còs poucos de seu Reino se aparelha;  
E, não porque conselho lhe falece,  
Còs principais senhores se aconselha.  
Mas só por ver das gentes as sentenças.  
Que sempre houve entre muitas diferenças.

## **Conquista de Ceuta e Sucessão ao Trono**

Ceuta, na costa norte africana, junto ao estreito de Gibraltar, era para onde as caravanas de piratas mouros, que ameaçavam a navegação portuguesa, transportavam ouro, marfim, especiarias e escravos.

Apoderar-se dessa cidade era importante para a burguesia portuguesa. E, em 1415, Ceuta passou a pertencer a Portugal, graças ao Infante Dom Henrique, o Navegado, um dos filhos de Dom João I,

que convenceu o pai em organizar a campanha para a conquista de Ceuta. Esse fato deu ao reino o controle das rotas marítimas de comércio entre o Atlântico e o Levante. Após os portugueses conquistarem esse reduto de piratas, Dom Henrique se retirou para Lagos, onde dirigiu expedições no Atlântico.



Camões no Canto IV, Oitava 34<sup>a</sup> e 35<sup>a</sup> menciona a conquista de Ceita (Ceuta), a morte de vários guerreiros e o papel destacável de Nuno Alves, como um leão, correndo pelas planícies de Tetuam.

Rompem-se aqui dos nossos os primeiros,  
Tantos dos inimigos a eles vão!  
Está ali Nuno, qual pelos outeiros  
De Ceita está o fortíssimo lião  
Que cercado se vê dos cavaleiros  
Que os campos vão correr de Tutuão:  
Perseguem-no com as lanças, e ele, iroso,  
Torvado um pouco está, mas não medroso;

Com torva vista os vê, mas a natura  
Ferina e a ira não lhe compadecem  
Que as costas dê, mas antes na espessura  
Das lanças se arremessa, que recrecem.  
Tal está o cavaleiro, que a verdura  
Tinge co sangue alheio; ali perecem  
Alguns dos seus, que o ânimo valente  
Perde a virtude contra tanta gente.

Com a morte de D. João I, seu filho Dom Duarte assume o poder e prossegue nas exposições marítimas. Sobre essa sucessão ao trono, Camões no Canto IV em *Os Lusíadas*, vai mencionar, na Oitava 50<sup>a</sup>:

Não consentiu a morte tantos anos  
Que de Herói tão ditoso se lograsse  
Portugal, mas os coros soberanos  
Do céu supremo quis que povoasse.  
Mas, para defesa dos Lusitanos,  
Deixou quem o levou quem governasse  
E aumentasse a terra mais que dantes:  
Ínclita geração, altos Infantes.

Mas Camões faz uma crítica ao rei Duarte, na Oitava 51<sup>a</sup>, anunciando o trágico fim de seu irmão Fernando, durante o cerco de Tanger:

Não foi do Rei Duarte tão ditoso  
o tempo em que ficou na suma alteza,  
Que assim vai alternando o tempo iroso  
O bem c'ò mal, o gosto co' a tristeza.  
Quem viu sempre um estado deleitoso?  
Ou quem viu em Fortuna haver firmeza?  
Pois inda neste Reino e neste Rei  
Não usou ela tanto desta lei?

## **Tanger e Dom Fernando**

O cerco de Tanger foi organizado pelo Infante D. Henrique, duque de Viseu. Saiu a expedição militar de Portugal em Agosto de 1437 e pôs cerco a Tânger em meados de Setembro. Mas, depois de algumas vitórias, os portugueses foram derrotados pelo exército marroquino, chamado em socorro, pelo vizir Abu Zacarias Iáia Aluatassi de Fez. Para preservar o seu exército da destruição inevi-

tável, o Infante D. Henrique negociou um tratado que transferia a praça-forte de Ceuta (conquistada em 1415) ao reino de Marrocos. Mas este acordo não foi cumprido pelos portugueses. Eles decidiram manter Ceuta e abandonar como refém português, o Infante Dom Fernando Grão Mestre de Aviz, irmão do Infante D. Henrique e do Rei D. Duarte, morrendo este no cativeiro em 1443. Este fato aparece em *Os Lusíadas*, Canto IV, Oitavas 52<sup>a</sup> e 53<sup>a</sup>. Mas é precisamente na Oitava 52<sup>a</sup>, que Vasco da Gama, menciona ao rei Melinde a ação de um irmão entregar o seu irmão aos mouros para não perder o forte de Ceuta, ponto importante para a navegação portuguesa.

Viu ser cativo o santo irmão Fernando,  
Que a tão altas empresas aspirava,  
Que, por salvar o povo miserando  
Cercado, ao Sarraceno se entregava.  
Só por amor da pátria está passando.  
A vida, de senhora feita escrava,  
Por não se dar por ele a forte Ceita.  
Mais o público bem que o seu respeita.

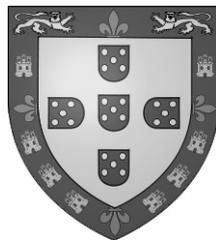
Na Oitava 56<sup>a</sup>, o poeta valoriza o gesto heroico do Infante lembrando o ato do rei Codro que se deixou matar para salvar Atenas e do herói romano Cúrcio que se atirou em um fenda no chão de Roma para haver a união, segundo as previsões do oráculo e Décios, os três chefes romanos (pai, filho e netos) que se fizeram imolar, para obter dos deuses a proteção para Roma.

Codro, por que o inimigo não vencesse,  
Deixou antes vencer da morte a vida;  
Régulo, por que a pátria não perdesse,  
Quis mais a liberdade ver perdida.  
Este, por que se Espanha não temesse,  
A cativeiro eterno se convida!  
Codro, nem Cúrcio, ouvido por espanto,  
Nem os Décios leais, fizeram tanto.



À esquerda: Efigie do Infante D. Fernando no Monumento dos Descobridores, em Lisboa.

à direita: Bandeira pessoal do infante D. Fernando com a sua divisa: «*Le bien me plaît*».



Com o fracasso de Tânger, em 1437, houve diminuição do prestígio militar e da reputação do Infante D. Henrique que, responsável pela concepção, promoção e subsequente liderança da expedição, se tornou o causador do cativeiro de seu irmão Dom Fernando, o Infante Santo, em Marrocos, como garantia da devolução de Ceuta, (que nunca veio a acontecer) e, conseqüentemente, causa da sua morte em 5 de junho de 1443. Essa frustração levou D. Henrique a dedicar-se à política e à exploração marítima.

Em algumas narrativas históricas é mencionado o fato de um nobre marroquino (Faquyamar) ter sido preso por Abu Zacarias por ter sido encontrado, em seu poder, cartas portuguesas, nas quais havia um plano de libertar o Infante do cativeiro<sup>1</sup>. Este nobre foi brutalmente torturado e executado na presença de Dom Fernando, que foi, a seguir, transferido para uma masmorra isolada e escura em Fez. Também o Vizir Abu Zacarias não acreditava que os portugueses devolvessem Ceuta. E, com essa dúvida, precisava de um mais elevado resgate e este era o Infante. A princípio, nos três primeiros anos, no cativeiro, o Vizir tratou Dom Fernando como Infante (como nobre), com distinção, mas depois o mandou para as masmorras, onde passou dez anos de cativeiro, acorrentado e sujeito a humilhações e maus tratos e obrigado a trabalhos forçados. Ali

<sup>1</sup> Na obra de Calderón, *El Príncipe Constante*, o personagem Muley , pode ser uma recriação desse marroquino.

sofreu fome e sede, e era obrigado a exercer as mais vis ocupações: limpar cavalos, varrer as estrebarias, e trabalhar na horta cavando. O infante sofria todos os tormentos com resignação e constância, e do seu cativoiro escrevia a seu irmão, o rei D. Duarte, aconselhando-o a que não entregasse a Praça de Ceuta, porque ela era mais importante do que a sua vida, mesmo estando em rigoroso cativoiro.

Mas não surtiu efeito o rude proceder do Vizir Abu Zacarias para com o Infante, pois Ceuta não lhe era entregue e, o Infante continuava no cativoiro, sofrendo as mais humilhantes condições de vida. Foram quinze anos de prisão até a sua morte com 41 anos de idade. Alguns membros da sua companhia foram depois libertados, mediante pagamento de resgate. Entre eles estava Frei João Álvares, cronista presente em todo o cativoiro do Infante e que escreve que o Infante nunca fez menção de fugir.

Depois do falecimento do Infante Fernando, seu corpo foi embalsamado e, para maior desprezo e afronta ele foi pendurado nas ameias da muralha, perto de uma das portas da cidade, atado pelas pernas, com a cabeça para baixo. Depois de quatro dias, foi metido num ataúde de madeira, e suspenso por cadeias sobre a mesma muralha, onde esteve até que no tempo de D. Afonso V, seu sobrinho, foi levado para Portugal e depositado no convento do Salvador, em Lisboa e, depois, trasladado para o convento da Batalha, no panteão dos Avis.



<https://historiasdeportugalemarracos.com/2014/05/09/a-tragedia-do-infante-santo/neste>.

### D. Fernando, Infante de Portugal<sup>2</sup>

Deu-me Deus o seu gládio, porque eu faça  
A sua santa guerra.  
Sagrou-me seu em honra e em desgraça,  
Às horas em que um frio vento passa  
Por sobre a fria terra.

Pôs-me as mãos sobre os ombros e dourou-me  
A fronte com o olhar;  
E esta febre de Além, que me consome,  
E este querer grandeza são seu nome  
Dentro em mim a vibrar.

E eu vou, e a luz do gládio erguido dá  
Em minha face calma.  
Cheio de Deus, não temo o que virá,  
Pois, venha o que vier, nunca será  
Maior do que a minha alma.

O desastre de Tânger e o cativo e morte do Infante Dom Fernando permaneceram na memória coletiva dos portugueses. D. Henrique, por sua vez, para afastar suas culpas nesse evento encorajou um culto popular de santidade do Infante Dom Fernando como um mártir nacional — um “Santo Príncipe” que nunca foi sequer beatificado pela Igreja Católica. A santidade advém do fato de que ele oferecera a sua vida pelo destino português de evangelizar África.

Não existem muitos registros históricos da vida do Infante Dom Fernando até os seus quatorze anos. Sabe-se que demonstrava interesse por questões religiosas e que foi o Segundo Administrador da Ordem de Avis por seu pai, que o fizera também o Primeiro Senhor de Salvaterra de Magos e de Atouguia da Baleia. Era o irmão mais novo e não teve acesso a muitas riquezas. Tentou pôr-se a serviço do papa

---

<sup>2</sup> Poema publicado no livro *Mensagem* composto por 44 poemas, dividido em três partes e publicado em 1934. Escrito em 1913.

para ganhar prestígio. Chegou a ser-lhe oferecido o título de cardeal, pelo papa Eugênio IV, que, incentivado pelos irmãos mais velhos, recusou para participar na “cruzada” em Marrocos. Conta-se que presenciou o seu destino e que ao se despedir do irmão, Dom Henrique, disse: “Rogai por mim a El-Rei, que é a última vez que nos veremos!”

A história do Infante Dom Fernando, além de estar no poema de Fernando Pessoa e em *Os Lusíadas*, acima apresentados, tornou-se dois séculos mais tarde o enredo de duas obras marcantes da dramaturgia espanhola: *A fortuna adversa do Infante Don Fernando de Portugal* ou, também chamada, *Famosa comédia de la adversa fortuna del Infante Don Fernando de Portugal*, atribuída a Lope de Vega, e *El Príncipe Constante* de Pedro Calderón de la Barca que tem eco da primeira obra e que passaremos a comentar.

Escrita por Pedro Calderón de la Barca, em 1628, quando ele tinha 28 anos, a peça *El Príncipe Constante* continua, ao lado de outras produções do autor, a merecer leituras, cinco séculos depois de engendrada.

## *El Príncipe Constante*

### A) ARGUMENTO

No drama *El Príncipe Constante* (1628), em três Jornadas (atos), Pedro Calderón de la Barca, tece o argumento de acordo com os fatos relativos à história de Portugal. A ação se realiza no interior do palácio de Tanger e nos seus campos e no campo de Fez, e começa no ano 1437. São os personagens: Don Fernando, o príncipe, Don Enrique, o príncipe, Don Juan Coutiño, o velho rei de Fez, Muley, o general, Celin, um pajem, Alfonso, rei de Portugal. Tarudante, rei de Marrocos, Brito, uma espécie de palhaço, Fénix, a infanta, as criadas Rosa, Zara, Estrella e Celima, e os Soldados portugueses,

os prisioneiros e os mouros. Fernando, o herói e mártir, por livre arbítrio, se deixa escravizar, privando-se de privilégios e morre em nome da fé cristã reflexo da concepção neo-estóica cristã, o que lhe dá um aspecto de mártir e de santidade.

## B) A OBRA

Depois da conquista portuguesa de Ceuta dos muçulmanos, em 1415, dois príncipes, Enrique e seu irmão caçula, Fernando, assaltaram, em 1437, a cidade marroquina de Tânger e foram derrotados e encarcerados. Mas o dramaturgo centra-se no cativo de Fernando de 1437 a 1443, como refém do rei mulçumano de Tânger para que ele obtivesse a entrega de Ceuta.

*El Príncipe constante* é uma intertextualidade de uma obra anterior, *La fortuna adversa del infante Fernando de Portugal*, escrita aproximadamente entre 1595-1598 pelo dramaturgo valenciano Francisco Agustín Tárrega (1556-1602) e atribuída a Lope de Vega.

A obra recria fatos reais da prisão do Infante Dom Fernando de Portugal que se aventurou, em nome da coroa portuguesa por terras marroquinas, na conquista de Tânger, lutando contra o exército do rei de Fez e acrescenta outros acontecimentos românticos e maravilhosos.

Na construção de um texto palimpsesto, metahistórico, a ficção adquire um caráter poético, separando a História da ficção. Porque a primeira designa a verdade e a segunda o falso, o mentiroso, o exagerado. E o teatro, considerado mais como ilusão e sonho, traz o pensamento de que cada pessoa representa ali um papel na sociedade. Nesse conceito, lembramos Calderón de la Barca quando coloca em seu personagem Segismundo, de *La vida es sueño* (1661), a dúvida do que é a vida: “*Sueña el rey que es rey, y vive/ con este engaño mandando, / disponiendo y gobernando; / y este aplauso que recibe/ prestado, en el viento escribe; / y en cenizas le convierte/ la muerte (¡desdicha*

*fuerte!*” (v. 2158-2164) “¿Qué es la vida? — una ilusión, [...] / que toda la vida es sueño, / y los sueños, sueños son” (v. 2183-2187).

Na Jornada Primeira (ato), cena IV, de *El Príncipe constante*, Muley Hasán, o general do rei de Tanger, que quer a restituição de Ceuta, foi verificar a frota portuguesa e viu a grandiosa esquadra e faz dela um relato ao rei, dando-lhe sua opinião de ser difícil vencer o exército português e de sua retirada, porque, segundo ele, saber “É origem de vitória”. A honestidade e generosidade que mostra o caráter de Muley, nesta cena, ajudando a uma nau portuguesa que estava quase soçobrando numa forte tempestade, porque, segundo ele na infelicidade ter “Companhia, de tal forma/ Consola, que o inimigo / Costuma servir de bajulação”, já é uma antecipação para o seu prêmio no final da última cena: o seu casamento com a Infanta Fénix, a mulher que ele ama. Este romance não consta na História, mas agradaria ao auditório presente. Também como uma premunição do desastre do cerco de Tanger e vitória dos muçulmanos, por questão de diferença religiosa, a afirmativa de Muley dá um tom de veracidade quando explica ao rei de Tanger que a batalha pode ser a realização da profecia de que na margem arenosa da África sairiam os mouros vitoriosos dos portugueses. Segue um fragmento das explicações de Muley a seu Rei, no Ato primeiro.

[...] Iba con órdenes pues<sup>3i</sup>  
De mirar e inquirir todas  
Sus fuerzas, para decirte  
La disposición y forma  
Que hoy tiene, y cómo podrás

---

<sup>3</sup> A obra teatral do Século de Ouro Espanhol é em verso. Mesmo sabendo que a poesia é “intraduzível”, pois as palavras substituídas do outro idioma nem sempre conservarão o mesmo valor, seguem as traduções dos fragmentos da obra *El Príncipe Constante* aqui exemplificado no final do texto para que o leitor tenha “um pálido reflexo” do conteúdo original.

A menos peligro y costa  
Emprender la guerra. El cielo  
Te conceda la victoria  
Con esta restitución,  
Aunque la dilate agora  
Mayor desdicha; pues creo  
Que está su empresa dudosa,  
Y con más necesidad  
Te está apellidando otra;  
Pues las armas prevenidas  
Para la gran Ceuta, importa  
Que sobre Tánger acudan;  
Porque amenazada llora  
De igual pena, igual desdicha,  
Igual ruina, igual congoja.

[...]

Que a largo trecho del agua  
Venía una gruesa tropa  
De naves; si bien entonces  
No pudo la vista absorta  
Determinarse a decir  
Si eran naos o si eran rocas;  
Porque como en los matices  
Sutiles pinceles logran  
Unos visos, unos lejos,  
Que en perspectiva dudosa  
Parecen montes tal vez,  
Y tal ciudades famosas,  
Porque la distancia siempre  
Monstruos imposibles forma;

[...]

Aquí ya desengañada  
La vista, mejor se informa  
De que era armada, pues vio  
A los surcos de las proas  
Cuando batidas espumas  
Ya se encrespan, ya se entorchan,  
Rizarse montes de plata,  
De cristal cuajarse rocas.  
Yo, que vi tanto enemigo,  
Volví a su rigor la proa;

Que también saber huir  
Es linaje de victoria.  
Y así, como más experto  
En estos mares, la boca  
Tomé en una cala, adonde,  
Al abrigo y a la sombra  
De dos montecillos, pude  
Resistir la poderosa  
Furia de tan gran poder,  
Que mar, cielo y tierra asombra.

[...]

Pues vi que de aquella armada  
Se había quedado sola  
Una nave, y que en el mar  
Mal defendida zozobra:  
Porque, según después supe,  
De una tormenta, que todas  
Corrieron, había salido  
Deshecha, rendida y rota;  
Y así llena de agua estaba,  
Sin que bastasen las bombas  
A agotarla, y titubeando,  
Ya a aquella parte, ya a estotra,  
Estaba a cada vaivén  
Si se ahoga, o no se ahoga.  
Llegué ella, y aunque moro,  
Les dí alivio en sus congojas;  
Que el tener en las desdichas  
Compañía, de tal forma  
Consuela, que el enemigo  
Suele servir de lisonja.

[...]

Dice, pues, que aquella armada  
Ha salido de Lisboa  
Para Tánger, y que viene  
A sitiarla con heroica  
Determinación que veas  
En sus almenas famosas  
Las quinias que ves en Ceuta  
Cada vez que el sol se asoma.  
Duarte de Portugal,

Cuya fama vencedora  
Ha de volar con las plumas  
De las águilas de Roma,  
Envía a sus dos hermanos  
Enrique y Fernando, gloria  
De este siglo, que los mira  
Coronados de victorias.  
Maestres de Cristo y de Avis  
Son, los dos pechos adornan  
Cruces de perfiles blancos.  
Una verde y otra roja.  
Catorce mil portugueses  
Son, gran señor, los que cobran  
Sus sueldos, sin los que vienen  
Sirviéndolos a su costa.  
Mil son los fuertes caballos,  
Que la soberbia española  
Los vistió para ser tigres,  
Los calzó para ser onzas.  
Ya a Tánger habrán llegado,  
Y esta, señor, es la hora  
Que, si su arena no pisan,  
Al menos sus mares cortan.  
Salgamos a defenderla:  
Tú mismo las armas toma:  
Baje en tu valiente brazo  
El azote de Mahoma,  
Y del libro de la muerte  
Desate la mejor hoja;  
Que quizá se cumple hoy  
Una profecía heroica  
De Morábitos, que dicen  
Que en la margen arenosa  
Del África ha de tener  
La portuguesa corona  
Sepulcro infeliz, y vean  
Que aquesta cuchilla corva,  
Campañas verdes y azules  
Volvió, con su sangre, rojas.[...]

A princípio, quando os portugueses chegaram, comandados por Fernando e Enrique, venceram a batalha e, Fernando aprisionou Muley Hasán, o chefe do exército do rei de Fez. Este se mostra muito triste, porque estava apaixonado por Fénix, a filha do monarca. Mas seu amor era impossível porque já estava determinado pelo pai, o Rei, o seu casamento com o rei de Marrocos, Tarudante. Sua tristeza levou o Infante a apiedar-se dele e libertá-lo. Isto o fará leal e amigo de Fernando, o que lhe renderá um.

Mas o rei de Tânger chama o de Marrocos para auxiliá-lo e, em uma segunda batalha, os portugueses perdem. Fernando será feito cativo do rei marroquino, o que estava destinado a casar-se com Fénix. Fica como refém para ser trocado por Ceuta, que está nas mãos dos portugueses. Mas, Lisboa não aceita a proposta do rei de Fez e, por conseguinte, o Infante morre no cativeiro, depois de cruéis torturas. Anos depois, já sob as ordens do rei Alfonso, sobrinho de Fernando, os portugueses voltam a Tânger e saem vitoriosos, graças a Dom Fernando, já transformado em mártir cristão, que lhes aparece, estando já morto, Jornada Tercera, (ato 3º), de 9ª cena à 13ª, para estimular a luta entre os mouros e cristãos, chefiados pelo rei Alfonso. Junto a seu esquife na muralha está o companheiro português fiel, Juan. Fénix e Tarudante que estavam prisioneiros de Enrique, o rei Alfonso vai trocá-lo pelo esquife de Fernando e, para retribuir a amizade de Hunley ao Infante Fernando ele cederá Fénix ao Rei com a condição de ela casar-se com Hunley, outro milagre de Fernando, o Santo, unir pessoas que se amam.

*(Aparécese el Infante D. Fernando, con manto capitular, y una hacha encendida.)<sup>ii</sup>*

**D. Fernando**

Sí ayuda,  
Porque obligando al cielo,  
Que vio tu fe, tu religión, tu celo,  
Hoy tu causa defiende.

Librarme a mí de esclavitud pretende,  
Porque, por raro ejemplo,  
Por tantos templos, Dios me ofrece un templo;  
Y con esta luciente  
Antorcha desasida del oriente,  
Tu ejército arrogante  
Alumbrando he de ir siempre delante,  
Para que hoy en trofeos  
Iguales, grande Alfonso, a tus deseos,  
Llegues a Fez, no a coronarte agora,  
Sino a librar mi ocaso en el aurora.  
(Vase.)

**D. Enrique**

Dudando estoy, Alfonso, lo que veo.

**D. Alf.**

Yo no, todo lo creo;

Y si es de Dios la gloria,

No digas guerra ya, sino victoria. (Vanse.)

Vista interior de los muros de Fez.

## ESCENA XII

EL REY y CELIN; *y en lo alto estará DON JUAN y UN CAUTIVO, y un ataúd en que parezca estar el Infante.*

**D. Juan.**

Bárbaro, gózate aquí

De que tirano quitaste

La mejor vida.

**Rey.**

¿Quién eres?

**D. Juan.**

Un hombre, que aunque me maten,

No he de dejar a Fernando,

Y aunque de congoja rabie,

He de ser perro leal

Que en muerte he de acompañarle.

**Rey.**

Cristianos, ese es padrón

Que a las futuras edades

Informe de mi justicia;

Que rigor no ha de llamarse

Venganza de agravios hechos  
Contra personas reales.  
Venga Alfonso agora, venga  
Con arrogancia a sacarle  
De esclavitud; que aunque yo  
Perdí esperanzas tan grandes  
De que Ceuta fuese mía;  
Porque las pierda arrogante  
De su libertad, me huelgo  
De verle en estrecha cárcel.  
Aun muerto no ha de estar libre  
De mis rigores notables;  
Y así puesto a la vergüenza  
Quiero que esté a cuantos pase.

**D. Juan.**

Presto verás tu castigo,  
Que por campañas y mares  
Ya descubro desde aquí  
Mis cristianos estandartes.

**Rey.**

Subamos a la muralla  
A saber sus novedades.

**D. Juan.**

Arrastrando las banderas  
Y destemplados los parches,  
Muertas las cuerdas y luces,  
Todas son tristes señales. (*Vanse.*)  
Vista exterior de los muros de Fez.

### ESCENA XIII

*Tocan cajas destempladas; sale DON FERNANDO delante, con una hacha encendida, y detrás DON ALFONSO, DON ENRIQUE y SOLDADOS, que traen presos a TARUDANTE, FÉNIX y MULEY; después EL REY y CELIN.*

**D. Fernando**

En el horror de la noche,  
Por sendas que nadie sabe,  
Te guíé: ya con el sol  
Pardas nubes se deshacen.  
Victorioso, gran Alfonso,

A Fez conmigo llegaste:  
Este es el muro de Fez,  
Trata en él de mi rescate. (*Vase.*)

**D. Alfonso**

¡Ah de los muros! Decid  
Al Rey que salga á escucharme.  
(*Salen el Rey y Celín al muro.*)

**Rey.**

¿Qué quieres, valiente joven?

**D. Alfonso**

Que me entregues al Infante,  
Al maestre Don Fernando,  
Y te daré por rescate  
A Tarudante y a Fénix,  
Que presos están delante.  
Escoge lo que quisieres:  
Morir Fénix, ó entregarle.

**Rey.**

¿Qué he de hacer, Celín amigo,  
En confusiones tan grandes?  
Fernando es muerto, y mi hija  
Está en su poder. ¡Mudable  
Condición de la fortuna,  
Que á tal estado me trae!

**Fénix.**

¿Qué es esto, señor? Pues viendo  
Mi persona en este trance,  
Mi vida en este peligro,  
Mi honor en este combate,  
¡Dudas qué has de responder!  
¿Un minuto, ni un instante  
De dilación te permite  
El deseo de librarme?  
En tu mano está mi vida,  
¿Y consientes (*¡pena grave!*)  
Que la mía (*¡dolor fiero!*)  
Injustas prisiones aten?  
De tu voz está pendiente  
Mi vida (*¡rigor notable!*),  
¿Y permites que la mía  
Turbe la esfera del aire?

A tus ojos ves mi pecho  
Rendido a un desnudo alfanje,  
¿Y consientes que los míos  
Tiernas lágrimas derramen?  
Siendo Rey, has sido fiera;  
Siendo padre, fuiste áspid;  
Siendo juez, eres verdugo:  
Ni eres Rey, ni juez, ni padre.

**Rey.**

Fénix, no es la dilación  
De la respuesta negarte  
La vida, cuando los cielos  
Quieren que la mía acabe.  
Y puesto que ya es forzoso  
Que una ni otra se dilate,  
Sabe, Alfonso, que á la hora  
Que Fénix salió ayer tarde,  
Con el sol llegó al ocaso,  
Sepultándose en dos mares  
De la muerte, y de la espuma,  
Juntos el sol y el Infante.  
Esta caja humilde y breve  
Es de su cuerpo el engaste.  
Da la muerte a Fénix bella:  
Venga tu sangre en mi sangre.

**Fénix.**

¡Ay de mí! Ya mi esperanza  
De todo punto se acabe.

**Rey.**

Ya no me queda remedio  
Para vivir un instante.

**D. Enrique**

¡Válgame el cielo! ¿qué escucho?  
¡Qué tarde, cielos, qué tarde  
Le llegó la libertad!

**D. Alfonso.**

No digas tal; que si antes  
Fernando en sombras nos dijo  
Que de esclavitud le saque,  
Por su cadáver lo dijo,  
Porque goce su cadáver

Por muchos templos un templo,  
Y á él se ha de hacer el rescate.—  
Rey de Fez, porque no pienses  
Que muerto Fernando vale  
Menos que aquesta hermosura;  
Por él, cuando muerto yace,  
Tè la trueco. Envía, pues,  
La nieve por los cristales,  
El enero por los mayos,  
Las rosas por los diamantes,  
Y al fin, un muerto infeliz  
Por una divina imagen.

**Rey.**

¿Qué dices, invicto Alfonso?

**D. Alfonso**

Que esos cautivos le bajen.

**Fénix.**

Precio soy de un hombre muerto;

Cumplió el cielo su homenaje.

**Rey.**

Por el muro descolgad

El ataúd, y entregadle;

Que para hacer las entregas

A sus pies voy a arrojarme.

*(Quítase del muro.— Bajan el ataúd con cuerdas por el muro.)*

**D. Alfonso.**

En mis brazos os recibo,

Divino Príncipe mártir.

**D. Enrique**

Yo, hermano, aquí te respeto.

Na Península Ibérica a imagem do mouro é bastante negativa. Isso se deve a uma longa presença islâmica. O muçulmano, em geral, é representado como cruel, injusto, corrupto, covarde, ambicioso, cruel, inimigo da fé verdadeira, e portador de desgraças. No romanceiro espanhol, por exemplo, que trata da temática das grandes façanhas de El Cid Campeador, o mouro é inimigo, mas há cristãos traidores que colaboram com o invasor, contra o protagonista.

Igualmente podemos ver na *Chanson de Roland*, na épica francesa. Porém numa batalha os cristãos devem sair vitoriosos e ou por efeitos milagrosos, como a ajuda do guerreiro São Tiago ou outros fatos milagrosos. Na literatura clássica espanhola é frequente o motivo da cativa cristã que é assediada pelos mouros, mas que deseja preservar a honra e a castidade. Esse tema de muçulmanos e mouros foi fecundo no século XVI e XVII e Calderón, com uma intertextualidade da linguagem dramática das crônicas e dos romanceiros recria o cerco de Tanger, oferecendo questões de diferença de crença, de obediência ao rei, questões do livre arbítrio e de um amor traçado para a desgraça que terá um final feliz por intermédio da santidade de Don Fernando, porque uma história conta uma história já contada e livros falam sempre de outros livros, observação já feita por críticos da literatura.

Assim, na história recontada por Calderón, a linda infanta Fénix ama seu primo, o general Muley Hasán, é, também, amada por Fernando, que lhe leva flores (Conforme cenas 12, 13 e 14, no diálogo entre Fénix e Fernando sobre flores. Ex. D. Fernando: “*No lo jures, bien lo creo./ Yo pues, Fénix, que deseo Servirte humilde, traía/ Flores, de la suerte mía/ Jeroglíficos, señora, Pues nacieron con la aurora,/ Y murieron con el día*”.<sup>iii</sup>) Mas Fénix, como confirma na cena 14, como é mulher está “Sujeita a morte e sorte”, deve obediência a seu pai e vai para Marrocos para se casar com Tarudante. Nessa ocasião o rei de Portugal Alfonso, chega com Enrique, numa batalha final, prende Fénix e o rei de Marrocos. Essa vitória dos portugueses acontece por intercessão milagrosa de Fernando.

E, no último ato, última cena (“Escena IV), o rei de Portugal Dom Alfonso, irmão de dom Fernando, sabedor pelo companheiro leal Don Juan Cotiño, dos amores infelizes de Fénix e Muley, da amizade desse General por Fernando e de sua tentativa de tirar o Infante da prisão, com a presença de Fénix, de Muley e do vencido rei Taru-

dante, pede ao Rey de Tanger que case os primos apaixonados. Esse acréscimo da história é uma forma de agradecer à sociedade da época que apreciava temas de amor, mesmo no meio da temática guerreira.

**D. Juan**<sup>iv</sup>

Dame, invicto Alfonso, dame  
La mano.

**D. Alf.**

Don Juan, amigo,  
¡Buena cuenta del Infante  
Me habéis dado!

**D. Juan.**

Hasta su muerte  
Le acompañé, hasta mirarle  
Libre, vivo y muerto estuve  
Con él: mirad dónde yace.

**D. Alfonso**

Dadme, tío, vuestra mano;  
Que aunque necio es ignorante  
A sacaros del peligro  
Vine, gran señor, tan tarde,  
En la muerte, que es mayor,  
Se muestran las amistades.  
En un templo soberano  
Haré depósito grave  
De vuestro dichoso cuerpo. —  
A Fénix y a Tarudante (*Al Rey.*)  
Te entrego, Rey, y te pido  
Que aquí con Muley la cases,  
Por la amistad que yo sé  
Que tuvo con el Infante.  
Ahora llegad, cautivos,  
Vuestro Infante ved, llevadle  
En hombros hasta la armada.  
**Rey.**

Todos es bien le acompañen.

**D. Alf.**

Al son de dulces trompetas  
Y templadas cajas marche  
El ejército con orden

De entierro, para que acabe,  
Pidiendo perdón humilde  
Aquí de sus yerros grandes,  
El lusitano Fernando,  
*Príncipe en la fe constante.*

### C) CONCLUSÃO

A História reconstrói os fatos e a ficção, elaborada de acordo com um paradigma meta-histórico é levada a ter uma natureza poética. Mas a separação entre História e ficção fica clara se o princípio de que se parte está no fato de o ficcional confundir-se com o falso, o mentiroso, e o histórico, a verdade. É esta aceção que faz com que os romancistas se preocupem com a veracidade do próprio texto onde se entrecruzam outros e coexistem discursos em tensão, num diálogo com todos os textos culturais. E o teatro, ilusão ou sonho dos homens é um lugar privilegiado para a mudança da realidade em sonho e para transformar um fato histórico em um drama onde os personagens, elementos decisivos no teatro, representam o seu papel. E sua importância se manifesta pelos números de réplicas e aparições ou menções que se fazem a ele.

Todos os elementos da representação visual dos textos, próprio do teatro clássico espanhol — decoração, movimentos cênicos, réplicas, etc. — foram importantes, porque serviram para mostrar a grandiosidade da causa na criação de um mito santo e na defesa da terra em que se estenderia o cristianismo. E a voz do personagem (o ator) expressa concretamente, como deve ser o lugar onde transcorre a ação. (jardim, muralha, prisão, palácio, campo) para que os espectadores possam imaginá-la num contexto espacial definido. E para apresentar o mito da santidade do Infante Santo, o autor destacou a permanência de sua fé, ainda que sofresse no cativeiro, para sobrelevar a mensagem da obra de *El príncipe Constante*, e foram tratados

temas como as questões cristãs do livre arbítrio, da humildade, da fé e da caridade. Para mostrar que o Infante já estava destinado para ter esse fim trágico e milagroso e que ele fosse retirado do cativeiro, mesmo sem vida, para ter uma homenagem digna num templo, várias premunições ocorrem. Assim a conduta moral e religiosa são virtudes do protagonista que reforçam sua santidade. A constância de seu sacrifício e a honra são suas características psicológicas que marcam o seu caráter e a luta dos portugueses, a fidelidade a seus ideais, a lealdade entre cristãos e entre mouros de valor e a conservação da cidade de Ceuta como reduto cristão português, é uma forma de apresentar que a experiência do desastre de Tanger fortaleceu o reino português. E, falando-se de um envolvimento histórico de Portugal, não poderia deixar de ilustrar passagens com trechos de *Os Lusíadas*, poema épico, de Luis de Camões, pois a obra é um marco desse país, e seu autor se interessou bastante pela história de seu povo. É verdade que, reafirmando o dito, a realidade objetiva por mais concreta e alheia é subjetiva, assim podemos dizer que tanto a poesia épica como o teatro são subjetivos, mas a realidade resiste.

## Referências

- A Batalha dos Atoleiros I. [https://www.fundacao-aljubarrota.pt/storage/pages/5/A\\_Batalha\\_de\\_Atoleiros.pdf](https://www.fundacao-aljubarrota.pt/storage/pages/5/A_Batalha_de_Atoleiros.pdf) Acesso em 10 de abr. 2020.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. porto: Figueirinhas, 1978, 1 e 2 vol.
- CALDERÓN DE LA BARCA, Pedro. *El Príncipe Constante*. pdf. Menorca: Maison Carrée, 2018 file:///C:/Users/Ester/Downloads/Pedro%20Calderon%20de%20la%20Barca%20-%20El%20Principe%20Constante%20(4).pdf. Acesso em 10 de mar. 2020.
- CALDERÓN DE LA BARCA, PEDRO. *La vida es sueño*. Madrid: Espasa Calpe, 1961.
- CANTU, César. *Historia Universal*. São Paulo: Editora das Américas, 1957. vol 16.

Fernando, o Infante Santo. [https://pt.wikipedia.org/wiki/ Fernando, o\\_Infante\\_Santo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando,_o_Infante_Santo). Acesso em 3 de abr, 2020

Fernando I de Portugal [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando\\_I\\_de\\_Portugal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_I_de_Portugal). Acesso em 3 de abr, 2020

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal* – Desde o começo da Monarquia até o fim do reino de Affonso III. 8. ed. Dirigida por David Lopes. Lisboa: Livraria Ailland & Bertrand, (s/d)

MARINOVIĆ, Anamarija. “perro mouro [...] comigo se divertia”: o outro como negativo no romanceiro ibérico e no cancionero épico sérvio “moorish dog... made fun of me”: the other as negative both in iberian folk ballads and in serbian folk epic poetry. *Revista do Centro de Estudos Humanísticos* série ciências da literatura 2016 Diacritica. Dossier negativos na literatura, Universidade do Minho. [http://cehum.ilch.uminho.pt/cehum/static/publications/diacritica\\_30-3.pdf](http://cehum.ilch.uminho.pt/cehum/static/publications/diacritica_30-3.pdf), Acesso em 13 de abr de 2020.

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. <https://onlinecursosgratuitos.com/d-fernando-infante-de-portugal-poema-de-fernando-pessoa/>. Acesso em 31 de jan. de 2020.

VALDÉS, García. [http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/35876/1/1997\\_GarciaValdes\\_MorosYCristianosEnCalderon.pdf](http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/35876/1/1997_GarciaValdes_MorosYCristianosEnCalderon.pdf). Acesso 13 de abr de 2020.

## Anexo – Traduções

<sup>i</sup> [...] Pois ia com ordens/ De olhar e inquirir todas/ Suas forças,  
para dizer-te/ A disposição e forma/ Que hoje tem, e como poderás/  
com menor perigo e gasto/ Empreender a guerra. O céu/ Te conceda  
a vitória/ Com esta restituição,/ Se bem que agora a dilate/ maior infelicidade,  
pois creio/ Que está sua empresa duvidosa,/ E com mais necessidade/  
Te está nomeando outra;/ Pois as armas prevenidas/ Para a grande Ceuta,  
importa/ Que sobre Tânger acudam Porque ameaçada chora/  
De igual pena, igual infelicidade,/ Igual ruína, igual tristeza./

[...] Que no extenso trecho da água/ Vinha uma compacta tropa. De  
naves; se bem que/ Não pude abarcar a vista/ Determinar afirmando/  
Se eram naus ou se eram rochas;/ Porque como nos matizes/ Suti  
pinceis conseguem/ Uns pertos, uns longes,/ Que em perspectiva du-  
vidosa/ Parecem montes talvez,/ E como cidades famosas,/ Porque a  
distância sempre/ Monstros impossíveis forma;/ [...] Aqui já desen-  
ganada/ A vista, melhor se informa/ De que era armada, pois viu/  
Nos sulcos das proas/ Quando batidas espumas/ Ora se encrespam,  
ora se retorcem,/ Encaracolar-se montes de prata,/ De cristal jun-  
tar-se rochas./ Eu, que vi tanto inimigo,/ Voltei fortemente a proa;/  
Que também sabe fugir/ É origem de vitória./ E assim, como mais  
experto/ Nestes mares, entrei/ Numa enseada, onde,/ Ao abrigo e à  
sombra/ De dois montezinhos, pude/ Resistir a poderosa/ Fúria de  
tão grande poder,/ Que mar, céu e terra assombra./ [...] Pois vi que  
daquela armada/ Só havia ficado uma só/ Uma nave, e que neste mar/  
Mal defendida naufragava:/ Porque, segundo depois soube,/ De uma  
tormenta, que todas/ Atingiram, tinha escapado/ Desfeita, rendida e  
quebrada;/E assim cheia de água estava,/ Sem que bastassem as bom-  
bas/ A esgotá-la, e indecisa/ Ora naquela parte, ora na outra, Estava  
a cada vaivém/ Afunda-se, ou não se afunda./ Aproximei-me dela e  
embora mouro, / Aliviei-a em sua desolação;/ Que o ter na infelicida-  
de/ Companhia, de tal forma/ Consola, que o inimigo/ Costuma ser-  
vir de bajulação/ [...] Diz pois, que aquela armada/ Saiu de Lisboa/  
Para Tãnger, e que vem/ A sitiá-la com heroica/ Determinação que  
vês/ Em suas ameias famosas/ As quinas que vês em Ceuta/ Cada vez  
que o sol aparece./ Duarte de Portugal,/ Cujá fama vencedora/ Deve  
voar como as penas/ Das águias de Roma,/ Envia seus dois irmãos/  
Enrique e Fernando, glória/ Deste século, que os olha/ Coroados de  
vitórias./ Mestres de Cristo e de Avis/ São, os dois peitos adornam/  
Cruzes de perfis brancos./ Uma verde e outra vermelha./ Quatorze  
mil portugueses/ São, grande senhor, os que cobram/ Seus soldos,

sem os que vêm/ Servindo-os às suas custas/ Mil são os fortes cavalos,  
/ Que a soberba espanhola/ Vestiu-os para ser tigres,/ Calçou-os para  
ser onças./ Já a Tânger chegaram,/ Y esta, senhor, é a hora/ Que, se  
sua areia não pisam,/ Ao menos seus mares cortam./ Saiamos para  
defendê-la:/ Tu mesmo as armas toma:/ Desça em teu valente braço/  
O açoite de Mahoma,/ E do livro da morte/ Passe a melhor folha;/  
Que talvez se cumpra hoje/ Uma profecia heróica/ De Morábitos, que  
dizem/ Que na margem arenosa/ Da África há de ter/ A portuguesa  
coroa/ Sepulcro infeliz, e vejam/ Que aquela espada curva,/ Campa-  
nhas verdes e azuis/ Voltou, com seu sangue, vermelho.[...]

<sup>ii</sup> (Aparece o Infante D. Fernando, com manto caindo, e uma tocha acesa.)

D. Fernando. Sim ajuda,/ Porque ordenando o céu,/ Que viu  
tua fé, tua religião, teu céu,/ Hoje tua causa defende./ Livrar-me da  
escravidão pretende,/ Porque, por raro exemplo,/ Por tantos tem-  
plos, Deus me oferece um templo;/ E com esta iluminada/ Tocha do  
oriente,/ Teu exército arrogante/ Iluminando irei sempre na frente,/  
Para que hoje em troféus/ Iguais, grande Alfonso, a teus desejos,/  
Chegues a Fez, não a coroar-te agora,/ Mas livrar meu ocaso na  
aurora./ (Sai.)

D. Enrique. Estou duvidando, Alfonso, do que vejo.

D. Alfonso. Eu não, tudo creio;/ E se a glória é de Deus,/ Não  
digas mais guerra, mas vitória. (Saem.)/ Vista interior dos muros  
de Fez.

## CENA XII

O REY e CELIN; e no alto estará DON JUAN e UM PRISIO-  
NEIRO, e um ataúde que parece estar o Infante.

D. Juan. Bárbaro, alegre-te aqui/ De que tirano tiraste/ A me-  
lhor vida.

Rei. Quem és?

D. Juan. Um homem, que embora me matem,/ Não hei de deixar Fernando,/E embora me enraiveça de tristeza, / Hei de ser um cão leal/ Que na morte hei de acompanhá-lo.

Rei. Cristãos, isso é modelo/ Que as futuras gerações/ Informem sobre minha justiça;/ Que rigor não há de chamar-se/ Vingança de afrontas feitas/ Contra pessoas reais./ Venha Alfonso agora, venha/ Com arrogância a tirar-lhe/ Da escravidão; que embora eu/ Perdi tão grandes esperanças / De que Ceuta fosse minha; / Porque as perdas arrogantes/ De sua liberdade, me regozijo/ De vê-lo numa estreita cárcere./ Mesmo morto não há de estar livre/ De meus rigores notáveis;/ E assim colocada a vingança/ Quero que esteja aí para os quantos passe.

D. Juan. Breve verás o teu castigo,/ Que por campanhas e mares/ Já antevejo daqui

Meus cristãos estandartes.

Rey. Subamos à muralha/ Para saber suas novidades.

D. Juan. Arrastando as bandeiras / E os desarmônicos panos,/ Mortas as cordas e luzes,/ Todas são tristes sinais. (Saem.)/ Vista exterior dos muros de Fez.

### CENA XIII

Tocam suaves os tambores; entra DOM FERNANDO, na frente com uma tocha ACESA e atrás DOM ALFONSO, DOM ENRIQUE e SOLDADOS, que trazem presos TARUDANTE, FÊNIX e MULEY; depois o REI e CELIN.

D. Fernando. No horror da noite,/ Por caminhos que ninguém sabe,/ Te guiei: já com o sol/ Pardas nuvens se desfazem./ Vitorioso, grande Alfonso,/ A Fez comigo chegaste:/ Este é o muro de Fez,/ Trata de meu resgate. (Sai.)

D. Alfonso. Ah! Os muros! Dizei/ Ao Rei que saia para escutar-me./ (Vão o Rei e Celin até o muro.)

Rei. O que queres, ó valente jovem?

D. Alfonso. Que me entregues o Infante,/ O mestre Don Fernando,/ E te darei por resgate/ Tarudante e Fênix,/ Que presos estão aqui. /Escolhe o que quiseres: /Morrer Fênix, ou entregá-la.

Rei. O que hei de fazer, Celin, amigo,/ Em confusões tão grandes? / Fernando está morto, e minha filha/ Está em seu poder. Alterada/ Condição da vida,/ Que a tal estado me traz!

Fênix. O que é isso senhor? Pois vendo/ Minha pessoa nesta situação,/ Minha vida neste perigo,/ Minha honra neste estado,/ Dúvidas do que há de responder!/ Um minuto, nem um instante/ De demora te permite/ O desejo de livrar-me?/ Em tua mão está minha vida,/ E consentes (Grave sofrer!)/ Que a minha (Dor feroz!)/ Injustas prisões atem?/ De tua voz está pendente/ Minha vida (Terrível rigor!)/ E permites que a minha/ Turbe a esfera do ar?/ Por teus olhos vêes meu peito/ Preso num simples gancho,/E consentes que os meus/ Ternas lágrimas derramem?/ Sendo Rei, foste fera;/ Sendo pai, foste serpente;/ Sendo juiz és verdugo:/ Nem és Rei, nem juiz, nem pai.

Rei. Fênix, não é a demora/ De negar-te a resposta/ A vida, quando os céus/ Querem que a minha acabe./ E como já é forçoso/ Que nem uma nem a outra se estenda,/ Sabe, Alfonso, que a hora/ Que Fênix saiu ontem à tarde,/ Com o sol chegou o ocaso,/ sepultando-se nos dois mares/ Da morte, e da espuma,/ Juntos o sol e o Infante./ Esta caixa humilde e breve/ É o seu corpo o encrave./ Dá morte a Fênix bela:/ Venha teu sangue em meu sangue.

Fênix. Ai de mim! Já minha esperança/ De todo lado se acaba.

Rei. Eu não tenho outro remédio/ Para viver um instante.

D. Enrique. Valha-me Deus! o que escuto?/ Que tarde, céus, que tarde/ Chegou a sua liberdade!

D. Alfonso. Não digas isso; que se antes/ Fernando em sombras nos disse/ Que da escravidão o tire,/ Pelo seu cadáver disse,/ Porque desfrute o seu cadáver/ Por muitos tempos um templo,/ E para ele

há de se fazer o resgate. /— Rei de Fez, porque não penses/ Que morto Fernando vale/ Menos que esta formosura;/ Por ele, depois de morto,/ Te troco. Envia, pois,/ A neve pelos cristais,/ o janeiro pelos maios,/ As rosas pelos diamantes,/ E por fim um morto infeliz/ Por uma divina imagem.

Rei. Que dizes, invicto Alfonso?

D. Alfonso. Que esses prisioneiros o desçam.

Fênix. Sou preço de um homem morto;/ Cumpriu o céu a sua homenagem.

Rei. Pelo muro soltai-o/ O ataúde, e entregai-o;/ Que para fazer as entregas

A seus pés vou ficar./ (Tirai-o do muro. — Desçam o ataúde com cordas pelo muro.)

D. Alfonso. Em meus braços vos recibo,/ Divino Príncipe mártir.

D. Enrique. Eu irmão. Aqui te respeito.

<sup>iii</sup> Não jures, eu creio./ Eu pois, Fênix, que desejo Servir-te humilde, trazia/ Flores, da minha sorte/ Hieróglifos, senhora, Pois nasceram com a aurora,/ E morreram com o dia

<sup>iv</sup> Dá-me, invicto Alfonso, dá-me/ A mão.

D. Alfonso. Don Juan, amigo,/ Boas notícias do Infante/ Destes-me!

D. Juan. Até a sua morte/ Eu o acompanharei, até vê-lo/ Livre, vivo e morto estive / Com ele: veja onde jaz.

D. Alfonso. Dai-me tio, vossa mão;/ Que embora seja uma tolice/ Para tirar-vos do perigo/ Vim, grande senhor, tão tarde,/ Na morte, que é maior,/ Surgem as amizades./ Num templo soberano/ Farei depósito importante/ De vosso ditoso corpo./—A Fênix e a Tarudante (Ao Rei.)/ Entrego, Rei, e te peço/ Que aqui com Muley

a cases,/ Pela amizade que eu sei/ Que teve com o Infante./ Agora aproximais, prisioneiros,/ Vosso Infante vedes, levai-o/ Nos ombros até a armada.

Rei. Todos devem acompanhá-lo.

D. Alfonso. Ao som de doces trombetas/ E de suaves tambores marche/ O exército com ordem/ De enterro, para que acabe,/ Pedindo perdão humilde/ Aqui de seus erros grandes,/ O lusitano Fernando,/ Príncipe na fé constante.

# A POLÍCIA MILITAR E A INTERVENÇÃO FEDERAL DE 1920 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Gelson Loiola\**

**Resumo:** O presente artigo tem por finalidade relatar os fatos que causaram a maior crise na história da Polícia Militar do Espírito Santo, que se consolidou com a revolta deflagrada em maio de 1920, em decorrência da desavença entre os irmãos Bernardino de Souza Monteiro e Jerônimo de Souza Monteiro, por ocasião da eleição de Nestor Gomes para a presidência, e que teve como consequências, a única Intervenção Federal no Estado do Espírito Santo e o maior número de exclusões de praças na Corporação Policial Militar capixaba em toda a sua história.

**Palavras-chave:** Polícia Militar – Espírito Santo. Política. Desavenças. Revolta. Intervenção federal. Consequências.

## Introdução

O marco inicial para a criação de um novo modelo de Forças Policiais nas províncias brasileiras foi o Decreto de 10 de outubro de 1831, baixado pelo ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó, autorizando aos Conselhos de Governo, instituídos pelo imperador D. Pedro I em 1823, para exercerem as funções legislativas provinciais, a criarem Companhias de Guarda ou Corpos de Permanentes, o primeiro modelo de Forças Policiais Provinciais do Brasil, as atuais Polícias Militares Estaduais.

O Conselho do Governo da Província do Espírito Santo, composto por Antônio Pinto Chichorro da Gama (presidente), José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel de Moraes

---

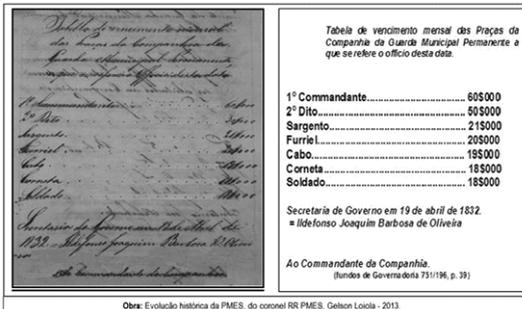
\* Coronel da Reserva da PMES, Pesquisador, historiador, bacharel e professor de direito, especialista em ensino superior e associado efetivo do IHGES.

Coitinho, Manoel dos Passos Ferreira, Padre Domingos Leal, João Antônio de Moraes e Francisco Martins de Castro, reuniu-se, e conforme a ata do conselho de 12.12.1831, que diz: “nesta sessão tratou-se da *criação* da Guarda paga de conformidade com a Lei de 10 de outubro”. (Fundos de Governadoria. /L.A. 134, p.119-21).

As autoridades da Província capixaba foram comunicadas em 13.12.1831, a respeito da criação da Companhia de Guardas de Permanentes com 100 soldados, o 1º modelo de polícia provincial, e que o Alferes do Exército Brasileiro, Antônio Ferreira Rufino era o seu comandante, (F.G. 195, p. 244), o qual permaneceu no cargo de 1831 a 1839.

Outra prova incontestável é a “*Tabella* de vencimentos da Companhia de Guarda de Permanentes”, datada de 2.04.1832.

**\*TABELA DE VENCIMENTOS DA COMPANHIA DE PERMANENTES DO ES – 1832**



Obra: Evolução histórica da PMES, do coronel RR PMES, Gelson Loiola - 2013

Outras provas são as incorporações efetuadas por ordem do presidente da Província fossem alistados na Companhia de Guardas de Permanentes a partir de 18.04.1832, e até o final de 1833, já haviam sido incorporados 4 sargentos, 1 furriel, 1 cabo, 1 corneta e 64 soldados (F.G. 196-201), e a última ratificação emerge do relatório presidencial de 1861: “Antes da *criação* das *assembléas* provinciais esta força consistia n’um corpo de permanentes. A lei nº 9 de 6 de abril de 1835 *authorizou* a presidência a ir gradualmente dissolvendo esse corpo, e *creou em substituição huma* guarda composta

de 115 praças” (p. 17, grifei), o que comprova a criação da Polícia Militar capixaba em 12.12.1831, substituída pela Guarda Provincial em 6.04.1835.

A partir da Proclamação da República no final de 1889, como é praxe em mudanças de forma de governo, as instituições públicas receberam modificações para se adequarem a uma nova ordem constitucional, e as Forças Policiais dos Estados brasileiros passaram a ser reorganizadas.

## **Os Prenúncios do Conflito Político de 1920**

Os fatos descritos neste artigo, basicamente, tiveram início quando houve à divergência entre o presidente do Estado do Espírito Santo, Bernardino e seu irmão Jerônimo de Souza Monteiro, com relação ao candidato à sucessão presidencial.

O desentendimento, segundo Teixeira (2008), “esquentou” com as publicações ofensivas através da imprensa, e o clima político ficou tenso, e acabou por afetar as instituições estaduais, e diante dos conflitos que tendiam a se agravar, os partidos políticos visando acalmar os ânimos, fizeram um acordo para a apresentação de uma candidatura única, com o senador Nestor Gomes para o cargo de presidente do Estado do Espírito Santo. A tentativa não funcionou, pois, surgiu outro candidato de oposição, Philomeno José Ribeiro, e posteriormente, mais outros concorrentes ao cargo.

Após a convenção do Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) realizada em 21 de dezembro de 1919, foi definida a candidatura do senador Nestor Gomes para o cargo de presidente do Estado, e do deputado João de Deus Rodrigues Neto para vice-presidente, concorrendo no pleito eleitoral a realizar-se no dia 25 de março de 1920, para o mandato de 1920–24, conforme Ata de Con-

venção do citado Partido, publicada em pelo Diário da Manhã, em 10 de fevereiro de 1920, p.1 e 2, onde também consta, a retirada das candidaturas de Henrique Novaes e Ceciliano Abel de Almeida na disputa da presidência.

## A Realização das Eleições de 1920 e as Primeiras Consequências

Com a proximidade das eleições estaduais de 1920, o clima político fica mais agitado devido à posição política antagônica em relação à disputa pela presidência do Estado, entre os irmãos Jerônimo e Bernardino de Souza Monteiro, presidente do ES, que apoiava o candidato Nestor Gomes, e fica claro, não só a divisão na Assembleia Legislativa entre apoiadores de Jerônimo e apoiadores de Bernardino, conforme relata Teixeira (2008), mas também, no Corpo Militar de Polícia capixaba.

Em meio às polêmicas, embates políticos e acusações, o pleito realizado no dia 25 de março de 2020, ocorreu de forma tranquila e ordeira em todo o Estado do Espírito Santo, conforme noticiou o *Diário da Manhã*, em edição publica no dia seguinte, sob a manchete; “**As eleições de ontem**”, onde inclusive, já afirma que a vitória alcançada pelos candidatos do Partido Republicano Espírito Santense não poderia ser mais lícita e completa.

Tem início a apuração do resultado da eleição de 1920, contabilizando os votos provenientes das seções eleitorais de todo o Estado capixaba, e inicialmente já revelam uma grande vantagem para o candidato a presidência, Nestor Gomes e o candidato à vice-presidência, João de Deus Rodrigues Neto.

O resultado final do pleito de 25 de março de 1920 foi proclamado com a publicação pelo *Diário da Manhã*, da Ata lavrada pela

Junta Apuradora das Eleições, em 24 de abril de 1920, composta pelos presidentes das Câmaras Municipais do Estado do Espírito Santo, e demais membros, os quais elegeram o presidente da Câmara Municipal da Capital (Vitória), Francisco Carlos Schwab Filho para presidir os trabalhos, o qual nomeou para secretário, Manoel Vieira Pimentel (Câmara Municipal de Viana) e para proceder à leitura dos documentos, o coronel João Barbosa de Menezes (membro de Junta). Após o cumprimento de todas as exigências legais, foi pronunciado o seguinte resultado:

— Para Presidente do Estado: Coronel Nestor Gomes, dez mil trezentos e três (10.303) votos; Dr. Philomeno José Ribeiro, setenta (70) votos; Coronel Ramiro de Barros, vinte e quatro (24) votos; Dr. Henrique Novaes, dezenove (19) votos; Drs. Jeronymo de Souza Monteiro, Ceciliano Abel de Almeida e Manoel Silvino Monjardim, um (1) voto cada um; em branco: quatro votos; Para Vice-Presidente do Estado, João de Deus Rodrigues Neto, dez mil trezentos e cinco (10.305) votos, Senador Nestor Gomes, dr. Manoel Silvino Monjardim, dr. Ubaldo Ramalheite Maia, Oscar Baraúna, José Ferreira Fraga e João Lino da Silveira e Souza, um (1) voto cada um; Padre José Bernardino dos Santos dois (2) votos e em branco *cincoenta* e cinco (\*55) votos. (*Diário da Manhã*, 26.04.1920, p. 1).

Logo a seguir, após encerramento dos trabalhos com a divulgação oficial do resultado, constou na descrita ata, que o sr. Elias Ferreira Coelho, procurador legal do candidato Philomeno José Ribeiro, apresentou um protesto escrito dirigido a Junta Apuradora, contra as irregularidades e nulidades que ocorreram durante o processo eleitoral, e contra a elegibilidade do candidato à presidência, Nestor Gomes, tendo o caso sido levado a apreciação dos mem-

bros da junta, os quais ade forma unanime não reconheceram o protesto, por ser a junta apenas competente para somar os votos e divulgar os resultados, e não julgar a validade das eleições e inelegibilidade dos candidatos.

No dia 19 de maio de 1920, obviamente em razão da situação que envolvia os irmãos e amigos Jerônimo e Bernardino de Souza Monteiro, o tenente-coronel Pedro Bruzzi solicita um pedido de licença para tratar de assunto particular, e na mesma data, também o major Alfredo Pedro Rabayoli solicita 30 dias de afastamento do serviço para tratamento de saúde. Devido às dispensas, o presidente Bernardino Monteiro pelo Decreto nº 3842, de 19.05.1920, nomeia para o comando interino do Corpo Militar de Polícia, o capitão Abílio Martins.

O jornal *Diário da Manhã* do dia 21 de maio de 1920, devido às especulações sobre os afastamentos do tenente-coronel Bruzzi e do major Rabayoli, publica com a manchete “O COMMANDO DA POLÍCIA”, a seguinte reportagem:

Tendo o sr. tenente-coronel Pedro Bruzzi se retirado para S. Pedro do Itabapoana, por moléstia na pessoa de seu venerado *pae*, e não podendo o sr. Major Alfredo Pedro Rabayoli substituir aquelle official no comando do Corpo Militar de Polícia, por encontra-se doente e por isso em gozo de licença, o governo do Estado designou, por *acto ante-hontem*, o capitão Abílio Martins para exercer *aquelle* cargo.

Entretanto, essa resolução deu logar a explorações que se não justificam, atendendo-se à confiança do governo o comandante e o major fiscal daquela milícia, pelo que o primeiro daqueles *officiaes*, a fazer do sacrificio que a todos e dado avaliar, deixando de acompanhar seu progenitor neste momento, resolveu interromper a sua viagem e retornar a esta capital.

Este gesto do ilustre oficial porá termo, sem dúvida, as especulações dos forficadores de boatos (p. 1).

Assim, a notícia esclarece melhor os acontecimentos do dia 19 de maio de 1920, relacionados com as dispensas concedidas aos dois oficiais anteriormente citados.

No dia 22 de maio de 1920, um dia antes de ser empossado no cargo de presidente do Estado para o mandato de 1920 a 1924, para o qual havia sido eleito, Nestor Gomes, enfrenta o grande conflito político, uma vez que, há uma contestação quanto a sua posse, sob a alegação de que seria acionista da concessão da Estrada de Ferro Itabapoana, e que constitucionalmente, não estaria compatibilizado para disputar o governo do Estado, logo, não lhe seria dada à posse.

Quanto à citada argumentação da oposição jeromistas, porém, conforme os fatos, posteriormente esclarecidos, Nestor Gomes ao ser indicado para concorrer ao cargo, havia transferido todas as suas ações da concessão da Estrada de Ferro Itabapoana para Manuel Peralva, logo, havia se desincompatibilizado, e estava legalmente eleito, porém, os opositores não reconheciam a legalidade da eleição e não concordavam com a posse.

Outro fator que contribuiu para o conflito, segundo Almeida (2010), foi a disputa política entre os deputados do Congresso Legislativo, onde Francisco Etienne Dessaune foi apoiado por Jerônimo Monteiro e 13 deputados “jeromistas”, e Geraldo Viana apoiado por Bernardino Monteiro e por 12 dos 25 parlamentares que compunham o citado Congresso.

Na época o presidente do Estado só tomava posse, se o resultado fosse homologado pela Assembleia Legislativa, e esta, se dividiu em dois blocos, onde maioria simples (13 deputados) do total de 25 parlamentares apoiava Jerônimo Monteiro, e não reconhecia a posse de Nestor Gomes.

O presidente Bernadinho Monteiro determinou que o porteiro da Assembleia Legislativa abrisse as portas no dia 23 de maio de 1920, no horário regulamentar para a posse, e quando esta se abriu, segundo o citado autor, os dois deputados Francisco Etienne Dessaune e Geraldo Viana proporcionaram uma cena infantil, ao subirem as escadas correndo, sendo que Francisco Dessaune chegando à frente do opositor, sentou-se na cadeira da presidência da Assembleia Legislativa, assumindo o cargo.

Presume-se, que devido à ocorrência dos fatos narrados, nesta mesma data, o tenente-coronel Pedro Bruzzi, pelos motivos de sua amizade pessoal com os irmãos, Jerônimo e Bernardino de Souza Monteiro, ligação esta, que se comprova com os registros constantes dos livros de matrículas do Colégio Caraça, em Minas Gerais, onde a partir de 1879, fora contemporâneo de Bernardino, Fernando e Jerônimo de Souza Monteiro naquela instituição de ensino.

Outro fato comprobatório da ligação entre a família Bruzzi e Monteiro foi o posterior casamento de Moacyr Monteiro Avidos, que era filho de Florentino Avidos e Henriqueta Monteiro Avidos, (irmã de Jerônimo e Bernadinho Monteiro), com a D. Maria do Carmo Bruzzi Avidos, (sobrinha de Pedro Bruzzi), que resolveu ficar neutro e solicitar a sua exoneração do cargo de comandante-geral do Corpo Militar de Polícia em caráter irrevogável.

## **A Concretização da Rebelião no Corpo Militar de Polícia**

O capitão Ramiro Alfredo Martins (ajudante de ordens da Presidência), de posse do Decreto nº. 3.861, de 23 de maio de 1920, emitido pelo presidente do Congresso Legislativo, Francisco Etienne Dessaune investido no cargo de presidente do Estado em exercício, assume o comando do Corpo Militar de Polícia, se posicio-

nando a favor do congressista, e contra o governo eleito, ocasião em que o Inspetor Fiscal do Corpo Militar de Polícia, capitão Francisco Carvalho da Silva, acompanhado do capitão Francisco Eujênio de Assis, 2º tenente João Barbeta da Rocha e o sargento Manoel Amaro dos Santos, por volta das 8 horas da manhã, compareceram a formatura geral no pátio do Quartel do Moscoso visando orientar a tropa a respeito dos fatos, e convencer os que apoiavam Jerônimo Monteiro a desistirem da revolta, e acabaram sendo presos pelos revoltosos.

Parte da tropa se rebela e apoia o congressista Francisco Etienne Dessaune, e o capitão Ramiro Martins, que de imediato tem o apoio do capitão Hortencio Coutinho (ajudante de ordens do Corpo), dos Oficiais reformados, capitão José Vicente da Conceição (assessor de Etienne Dessaune), 1º tenentes José de Mattos Barreto e Ignácio Pinto Siqueira, e dos 2º tenentes da ativa vindos do interior, Joaquim Moreira de Freitas (São João de Muqui) José Vieira Machado (Afonso Cláudio) e Lafayete Padilha (Rio Pardo).

O major Alfredo Pedro Rabayoli suspende a sua licença, e assume o comando dos denominados “revoltosos”, tropa composta por um efetivo que representava, aproximadamente, 44% do efetivo total do Corpo de Polícia aquartelado no Quartel do Moscoso, em apoio ao presidente da Assembleia Legislativa, Francisco Etienne Dessaune.

A outra parte, que representava aproximadamente, 56% do efetivo total, se coloca a favor do presidente eleito, Nestor Gomes, que tem o apoio dos capitães Abílio Martins, Francisco Carvalho da Silva, João Barbeta da Rocha, Philadelpho Peixoto de Faria, Getúlio Sarmiento, Hermínio Hollanda Cavalcante e Francisco Eujênio de Assis, 1º Tenente Américo Couto Teixeira, e 2º Tenentes Hermínio Silveira, Domingos Almeida Costa, João Clímaco de Souza Matta, Bráulio Pereira Dória, João Costa Simões e Alarico Camargo, que permaneceram aquartelados no Palácio do governo.

Assim, a partir de 23 de maio de 1920, temos duas administrações castrenses, a do Quartel do Moscoso, inicialmente sob o comando do capitão Ramiro Alfredo Martins, e depois, pelo major Alfredo Pedro Rabayoli, por nomeação do presidente em exercício do Estado, Francisco Etienne Dessaune, e a do Palácio do Governo, apoiando Nestor Gomes, instalada na Diretoria de Serviços Sanitários, sob o comando do capitão Abílio Martins, assim como, duas administrações governamentais, uma sob a presidência de Francisco Etienne Dessaune e outra por Nestor Gomes.

A situação começa a se complicar mais ainda, quando em 24 de maio de 1920, *O Jornal do Rio de Janeiro*, publica na manchete: “**A sucessão presidencial no Espírito Santo**” (p.12), que o candidato derrotado e que ficara em 2º lugar na eleição, Philomeno José Ribeiro ingressara na mesma data, através de seu advogado, Caio de Barros, com uma contestação junto a Comissão de Verificação de Poderes com base em documentação relativa aos contratos assinados entre o Estado e Nestor Gomes para prestação de serviços públicos relacionados a circulação de bondes, água e esgoto, telefone, energia elétrica, compras e créditos das casas do banco hipotecário de propriedade do Estado, a incorporação da companhia predial de Victória, e que ele gozava de altos benefícios oficiais junto ao governo e de outros favores.

E após a citada reportagem, vem a afirmação de que “O Sr, Etienne pediu hoje ao juiz federal uma ordem de ‘habeas-corpus’ para ser mantido no governo” (p.12), neste contexto, o Estado do Espírito Santo apresenta o inusitado caso de contar com três pretendentes presidentes, Nestor Gomes (vencedor da eleição), Francisco Etienne Dessaune (empossado pela maioria do Congresso Legislativo) e Philomeno José Ribeiro (o segundo mais votado, pleiteando o cargo).

## O Estopim da Intervenção Federal no Estado do Espírito Santo

No dia 25 de maio de 1920, parece que o Estado se encontra na normalidade, esta presunção decorre das publicações do jornal *Diário da Manhã* com a publicação das resoluções nº 141 e 142 datadas de 24 de maio de 1920, onde se registra o seguinte: “*Director de Segurança Pública promove o sargento-ajudante do Corpo Militar de Polícia Hermínio Silveira ao posto de 2º tenente. [...]. 2º sargento Domingos de Almeida Costa ao posto de 2º tenente do Corpo Militar de Polícia*” (p.1), e ainda pela publicação do jornal *Diário da Manhã* do dia 26 de maio de 1920, de um telegrama, obviamente elaborado em 25 de maio de 1920, com a manchete: “**PELA PRESIDÊNCIA DO ESTADO**”, que diz:

O exmo. Sr. Coronel Nestor Gomes, Presidente do estado, passou aos srs. Presidentes de Câmaras e Prefeitos *Municipaes* o telegrama abaixo.  
“Continuo com firmeza no exercício do cargo de Presidente do Estado. Dou esta comunicação para que os amigos e companheiros do partido não se preocupem com notícias de outra parte” (p.1).

No dia 26 de maio de 1920, o advogado Argeu Hortencio Monjardim consegue obter junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, um Habeas Corpus, assinado pelo juiz federal substituto, Luiz Antonino de Souza Neves Filho, ratificado pelo procurador da República, Affonso Corrêa Lyrio, concedendo a liberdade aos capitães Francisco Carvalho da Silva e Francisco Eujênio de Assis, ao 2º tenente João Barbeta da Rocha e ao sargento Manoel Amaro dos Santos, por ilegalidade da prisão efetuada pelo capitão Ramiro Alfredo Martins, no dia 23 de maio de 1920, realizada no

Quartel do Moscoso, conforme relatei anteriormente. Soltos os policiais militares retornam imediatamente ao Palácio Anchieta.

Segundo vários autores, a situação foi agravada quando Jerônimo Monteiro viajou na tarde do dia 26 de maio de 1920, para assumir a sua cadeira no Senado Federal, e no início da noite, o efetivo do Corpo Militar de Polícia que apoiava Francisco Etienne Dessau-ne e os jeromistas atacou o Palácio do Governo, conforme noticiou a edição de *O Jornal do Estado do Rio de Janeiro*, em 27.05.1920, com a manchete intitulada “**Conquista do poder a bala**”, seguida das frases “Em Victória combate-se desde ontem” e “A população apavorada refugia-se no bairro neutro” (p.2), onde relata o seguinte:

*Victória, 26 (A.) – Desde as 6 horas da trade que esta cidade está sendo tiroteiada pelas forças jeronimystas, que atiram contra o palácio do governo, onde se acha o presidente Nestor Gomes, bem guarnecido. É impossível continuar tal situação: as famílias retiraram-se apavoradas da cidade, procurando abrigo, aliás escassos. O bairro neutro determinado pelo comandante Jayme, não pode comportar tamanho número de habitantes, saídos da zona determinada para o combate. A população mostra-se estupefacta, diante de tamanho escalabro. Até o momento em que telegrapho, (20horas e 10), nenhuma providência foi tomada para dar paradeiro a tal situação, que muitas vidas sacrificará. Commercio paralyzado protesta. (p.2).*

O comandante a que se refere a reportagem, trata-se do tenente-coronel do Exército Brasileiro, João Jaime Pessoa de Oliveira, comandante do 3º Batalhão de Caçadores – 3º BC (1919-20), sediado no município do Espírito Santo (Vila Velha), que isolara de imediato com a tropa sob o seu comando uma área neutra para a população do centro de Vitória-ES.

Após o texto anteriormente transcrito, a reportagem prossegue com duas outras abordagens intituladas “Toda a polícia concentrada na capital” que já esclarece o teor do assunto e “O presidente da República recusa intervir amistosamente”, onde o presidente da República Epitácio Pessoa, informa que recebera em 26.05.1920 um telegrama de Vitória-ES, onde Nestor Gomes comunicando-lhe que aceitava a interferência do tenente-coronel Jaime Pessoa, comandante da Força Federal no Estado para a celebração de um acordo que evitasse derramamento de sangue ou perdas de vidas.

O confronto na tentativa de invasão do Palácio do Governo resultou no tiroteio entre os agressores da tropa do Corpo Militar de Polícia que apoiava Francisco Etienne Dessaune e os integrantes do mesmo Corpo sediados no Palácio do governo, que apoiavam Nestor Gomes, e no confronto fora ferido à bala, segundo este autor (2008), o então, capitão Francisco Eujênio de Assis.

O episódio que durou até às 10 horas do dia seguinte, e só cessou com a chegada dos integrantes do 3º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, sediado no município de Vila Velha-ES, para restabelecer a ordem pública, o qual por ordem do presidente da República Epitácio Pessoa, sob o comando do tenente-coronel João Jaime Pessoa de Oliveira, também ocupou o quartel do Corpo Militar de Polícia dissolvendo a rebelião. Estes fatos levaram o funcionalismo público a entrar em greve, fechando todas as repartições públicas até que a situação fosse definida.

## **A Intervenção Federal no Estado do Espírito Santo**

Mas o telegrama surte pouco efeito, pois, diante da situação, o Governo Federal, através do presidente da República, Epitácio Pessoa, decreta a intervenção no Estado do Espírito Santo através do

Decreto Federal nº. 14.191, de 27 de maio de 1920, que dispõe o seguinte: “Decreta a intervenção federal no Estado do *Espirito Santo*, afim de manter a ordem pública, até que o Congresso Nacional, de *accôrdo* com o art. 6º, n. 2, da Constituição, restabeleça *alli* a *fôrma* republicana federativa”, e prossegue:

Considerando que, no dia 23 deste mez, tendo expirado o período de governo do Dr. Bernardino Monteiro, presidente do Estado do *Espirito Santo*, dois cidadãos, os Srs. Nestor Gomes e Francisco Etienne Dessaune, se declararam ao mesmo tempo investidos do cargo de presidente: [...];

Considerando que ambos esses cidadãos communicaram a sua posse ao Governo Federal, mas nenhum produziu perante este, qualquer prova em apoio do seu direito; [...]; Considerando, porém, que a partir de hontem á meia noite as duas facções entraram em luta armada, cada uma apoiada por uma parte da força de polícia; o commercio e os bancos fecharam; a população aterrorizada abandonou a cidade; e segundo os últimos *telegrammas* estão *imminentes* graves acontecimentos e factos lamentáveis são de prevêr;

Considerarido que, em taes condições, não é mais *licito* ao Governo conservar-se *inactivo*; o caso é de *urgencia* manifesta; cumpre assegurar a ordem pública gravemente *compromettida* na cidade de Victoria, [...].

Resolve intervir no Estado do *Espirito Santo*, afim de manter a ordem pública até que o Congresso Nacional, de *accôrdo* com o art. 6º, n. 2, da Constituição, restabeleça *alli* á forma republicana federativa, que se acha de *facto* subvertida e declare qual o presidente, *effectivo* ou interino, do mesmo Estado. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1920, 99º da Independência e 32º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Alfredo Pinto Vieira de Mello.

João Pandiá Calogeras.

Com a intervenção federal, as prensas do *Diário da Manhã* pararam de funcionar, sendo que a última edição a circular, foi a de **nº 237, de 26 de maio de 1920**, e somente voltaria a com a circulação da edição **nº 238, em 8 de junho de 1920**, sendo as notícias sobre a situação do Estado do Espírito Santo publicadas em periódicos do Estado do Rio de Janeiro, mediante telegramas enviados por correspondentes sediados no território capixaba.

Voltando a circular no dia 8 de junho de 2020, conforme comprovei, o *Diário da Manhã*, em sua edição de 9 de junho de 1920, publica com a manchete: “**O brilhante Parecer do Sr. Mello Franco**”, onde consta o seguinte:

Pelo Decreto Executivo nº 14.191, de 27 de maio de próximo findo, o sr. Presidente da República, tendo em vista os factos que expoz no Congresso Nacional em sua mensagem de 28 do referido *mez*, resolveu intervir no Estado do Espírito Santo, afim de manter a ordem pública até que o Congresso nacional, de acordo com o artigo 6º, nº 2 da Constituição restabeleça ali a forma republicana federativa, que se acha de *facto* subvertida a declarar qual o presidente *legitimo e effectivo* ou interino do mesmo Estado. (p.1).

A intervenção federal no Estado perdurou até que o Congresso Nacional analisou o termo de impugnação, e mediante o parecer do relator Afrânio de Melo Franco, aprovado pela Casa Legislativa, decidiu a questão, confirmando que Nestor Gomes era o presidente legalmente eleito, nos termos do Decreto nº. 4.083, de 21 de junho de 1920, que dispôs:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

**Art.** 1º E' valido e legal o reconhecimento de poderes dos Srs. Nestor Gomes e João de Deus

Rodrigues Netto, respectivamente, presidente e vice-presidente do Estado do Espírito Santo, feito pelo Congresso Legislativo local na primeira sessão extraordinária de 23 de maio próximo findo, para o quadriennio a expirar em 23 de maio de 1924.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1920, 99º da Independência e 32º da Republica.

**EPITÁCIO PESSÔA.**

Alfredo Pinto Viera de Mello.

A partir do conhecimento da decisão de que Nestor Gomes é o presidente legal do estado do Espírito Santo, os oficiais do Corpo Militar de Polícia, major Alfredo Pedro Rabayoli, capitães Hortencio Coutinho e Ramiro Alfredo Martins e os 2º tenentes Lafayette Padilha, José Vieira Machado, Joaquim Moreira de Freitas que haviam apoiado Francisco Etienne Dessaune, não mais comparecem ao quartel da Corporação Policial Militar capixaba.

O tenente-coronel João Jaime Pessoa de Oliveira, comandante do 3º Batalhão de Caçadores (3º BC) do Exército Brasileiro, sediado no município do Espírito Santo (Vila Velha), faz a devolução regulamentar do comando e do Quartel do Moscoso, ao capitão Abílio Martins, que os assume. E, é o comandante Abílio Martins que promove o maior número de exclusões da história da PMES, de uma só vez, com a seguinte publicação:

**EXCLUSÕES:** Tendo a 23 de maio do anno corrente, uma parte desta força esquecida de seus deveres, e entregando-se à revolta, que as 8 ½ da manhã daquelle dia fizeram, prendendo *officiaes* e commetendo vários distúrbios, desconhecendo o governo do Estado, constituído, e aos *officiaes* que o comandava, resolvo de accordo com o regulamento do corpo, artigo 31, letra b, excluí-los a bem da disciplina, pelos motivos acima

apontados e são os seguintes: (*Boletim* nº. 32, de 15.07.1920).

No citado documento consta uma extensa relação nominal das praças excluídas no dia 15 de julho de 1920, que somam o total de 236 (duzentas e trinta e seis), sendo quatro 1º sargentos, dois 2º sargentos, dois 3º sargentos, onze cabos, um aspençada, e duzentos e dezesseis soldados.

## **A Reorganização do Corpo Militar de Polícia Capixaba**

Em razão do afastamento dos oficiais envolvidos no episódio e da exclusão das praças, é feita uma nova reorganização do efetivo restante que permaneceu na Corporação capixaba, com os seguintes integrantes no Estado Maior:

**Oficiais** – Capitão Abílio Martins (comandante), capitão Francisco Carvalho da Silva, capitão João Barbetta da Rocha, capitão Philadelpho Peixoto de Faria, capitão Getúlio Sarmiento, capitão Hermínio Hollanda Cavalcante e capitão Francisco Eujênio de Assis, 1º tenente Américo Couto Teixeira, e 2º tenente Hermínio Silveira, 2º tenente Domingos Almeida Costa, 2º tenente João Clímaco de Souza Matta, 2º tenente Bráulio Pereira Dória, 2º tenente João Costa Simões e 2º tenente Alarico Camargo (BD nº. 34, de 17.07.1920).

A 1ª Companhia ficou com o efetivo de 109 (cento e nove) praças assim distribuídas:

**1º sargento:** José Acylyno dos Santos; **2º sargentos:** Palmerindo Alves de Azevedo Aguiar, Sebastião Gonçalves da Silva, José da Silva Rocha e João Batista Cunha; **3º sargentos:** João

Carneiro do Nascimento; **Cabos:** Aureliano Nunes de Moraes, Aristides Raymundo, Manoel de Oliveira Rosário, Ildephonso Pereira Salgado, José Prudenciano D. Carneiro, Pedro José Gonçalves, Marcelino Dalmacio Sodré, Antônio de Souza, Pedro Francisco de Alcantra e Benedicto de Arruda Campos; **Aspençadas:** Philadelpho N. Melthez, Manoel Baptista do Nascimento e João Gonçalves Lopes; **Soldados:** Julio Barbosa de Almeida, José Silvino de Assis, Cicilio Luciano dos Santos, Manoel Luiz dos Santos, Celço de Oliveira e Silva, Antônio Pinheiro do Nascimento, Pedro Celistino dos Santos, José Benedicto Filho, Amadeu dos Santos Costa, Aristides José Francisco, Guilherme Bento de Oliveira, Severino Pereira da Hora, Emiliano Silva, Aristides Ferreira Lima, João Baptista de Souza, Agenor Silva Abreu, Fabrício Ribeiro dos Santos, Antonio Amaro, Elpidio Andrade de Oliveira, José Antonio dos Santos 3º, Osmar Alves da Silva, João Velx, Narciso Salve, Sebastião Pereira Maciel, Antônio Norbim, Eduardo Farias, João Lyci de Armando, João Mario do Faro Sobral, Irmínio Coelho de Sousa, João Ferreira Lira Junior, Francisco de Oliveira Santos, Eliodoro Zumaik, Francisco Alves da Silva, Antônio Thomaz da Silva, Antônio José, João Barbosa dos Santos, Domingos Catarino do Amor Divino, Sebastião Peixinho da Silva, Benedicto de Oliveira Campos, Máximo Francisco, Álvaro Barreto da Silva, Aprigio Pinheiro da Cruz, José Francisco de Sousa, Ortencio Simões, Francisco Frei Escapino, Joaquim Alves Ribeiro, Vianna Costa, Eugenio Pereira Pinto, Benedicto Teixeira, Arthur Barreto da Silva, Antônio Pereira de Barcellos, Manoel de Sousa Lima, José Fernandes de Medeiro, Irenio José das Neves, Manoel Joaquim Ribeiro, Frontino do Nascimento, Placido de Souza, João Lucas do Nascimento, João Lucas do Nascimento, João Feliz Rodrigues, Isidro de Aguiar Junior, Pompeu Dias Tostes, Euclides Onofre, Nestor

João da Victória, Antônio Francisco dos Santos, João Mauricio de Oliveira, Euphrasio Batalha, Florêncio Pinto do Nascimento, Francisco Juveniano dos Reis, Victalino Tristão, Anacleto Lourenço, Damião Silvestre da Silva, Francisco Gomes, Guilherme Paisine, Pergentino Baptista, José Vieira Lemos, José Alberto da Silva, Francisco Vicente, Arthur Lobato Junior, José Gomes de Amorim, Bertlino Alves, Carlos Lopes, Francisco Motta, Gabriel Vieira da Mattos, Galdino de Souza, Benjamin Pereira de Sousa, Alberto Rodrigues dos Santos, Claudio Silvestre dos Santos, Orlando Ludgero da Silva, Eziquiel Pereira Guarany e Manoel Sotero dos Santos. (BD nº. 34, de 17.07.1920).

A 2ª Companhia ficou com o efetivo de 105 (cento e cinco) praças assim distribuídas:

**2º Sargentos:** Adelmiro Nery, Antonio Jorge Cavalcante, Arthur de Almeida Mello e Floricio Paulo dos Santos; **3º Sargento:** Manoel Amarão dos Santos; **Cabos:** José Medeiros, João Lopes Cardoso, João Lopes Ribeiro, Antônio Satyro Junior, Antônio Teixeira Puga, João Affonso de Mello, Antônio Vicente de Alencastro Lopes, Carlos Alves da Silva, Joaquim Eugenio Drummond, e Cícero Trajano do Nascimento; **Aspençadas:** Manoel Horácio da Costa, Domingos Ferreira de Jesus e Erico Marques Lisboa; **Soldados:** Oscar Rangel, João Alexandrino, João Alves Vieira, João Augusto Ferreira, Felix José do Nascimento, Manoel José Teothonio, Sebastião Amante Ferreira, Tricanio Alexandrino da Cruz, José Herculano Monteiro, Francisco Laurentino Vieira, Manoel Pedro Celestino, João Ferreira da Rocha, Anselmo do Espírito Santo, Lindolpho Rangel da Silva, Diógenes de Farias, Cícero Máximo dos Santos, João Machado, José Jacynto Servolo, José Octaviano de Oliveira Nilo, Pedro

Lopes, José dos Santos, Eduardo Alexandre da Silva, Egydio Souto, José Edno da Silva, Marcelino Joaquim dos Santos, Miguel da Rocha Xavier, José Muniz de Oliveira, José Ramos Monteiro, José Ribeiro da Rocha, Antenor Guimarães Mendes, João Brandão, José do Nascimento, João Francisco dos Santos, Marcelino Brito, Pedro Antônio da Silva, Luiz Ventura, Francisco Galbio Barbosa, Antônio Enes Pereira, Benedicto José Teixeira, Salvador Baptista, Vicente Sypriano, José Antônio dos Santos, Manoel Alves Barbosa, Valentim Gadioli, Manoel Ferreira Mathias, Salustiano Pereira da Silva, Sebastião Pereira dos Santos, João Dias Pereira, Pedro Pinto de Assumpção, Avelino de Paulo Barbalho, Manoel Antônio de Sousa, Naturalino de Vasconcellos, Dantas Cassilhas Gonçalves, Miguel Arcanjo, José Joaquim de Sant' Anna, Carlos Manoel de Jesus, Cesário Gomes, João Estevam Alves, Pedro Veiga, João Batista dos Santos, Fimiano Luiz, Leandro Palmeira da Silva, Hermínio Jordão de Oliveira, Manoel Ferreira da Rocha, João Francisco dos Reis, Isaurino Feliano de Mello, Genésio Jose Rodrigues, Theophilo Francisco de Oliveira, Miguel Menes Doria, José Estácio Pereira, José Medeas, Joaquim Amaro dos Santos, Romeu Raposo, Adalberto Marcelino de Araújo, Manoel Mathias, Omero Pires, Salustiano José Pinto, João Francisco dos Santos, José Hortêncio de Messias, José Braz Sobrinho, Eduardo Braz do Nascimento, João Themotio dos Santos, Manoel Ribeiro de Lírio, Ricardo Rocha, Custodio Gervásio da Silva, José Segundo e José Maria Lopes. (BD nº. 34, de 17.07.1920).

A 3ª Companhia ficou com o efetivo de 45 (quarenta e cinco) praças, assim distribuídas:

**Cabos:** Luiz Gaspar e Cícero Eduardo de Azevedo; **Aspençadas:** Júlio Cardoso, José Pedro de

Campos e João Honorato de Santa Anna; **Soldados:** Manoel Isidro de Sousa, Cícero Octaviano de Oliveira, Aníbal Roberto Bezerra, Sebastião Ricardo salvador, Jocelim Antunes Vidigal, Rappal dos Santos Neto, Luiz Francisco, Felintro dos Santos, Cesário Alves, Sergio Joaquim do Nascimento, José Ambrósio Alves de Almeida, Benedicto Pereira Guimarães, Florêncio Gomes Ribeiro, Alfredo de Navarro Maris, Ignácio Gonçalves, José Alves do Nascimento, Antônio Barreto de Campos, Manoel Francisco do Nascimento, Osvaldo Miranda, João Fabio da Silva, Carlos Ferreira, João Batista de Araújo Pinto, Juvenício de Oliveira Costa, Júlio Ferreira da Silva, Leonel José dos Santos, José Fernandes do Amaral, Manoel Milagre Filho, Guilherme Ferreira, Ormindo Antônio, Alberto Fortes de Macedo, Antônio da Silva, José dos Santos, João Cardoso, Manoel Thiago, Agustinho de Sousa, Joaquim Belisário, José Batista de Carvalho, João Baptista de Carvalho, João Batista de Scarpino, Bartolomeu Cassote e Antônio Gomes da Silva. (BD nº. 34, de 17.07.1920).

A 4ª Companhia do Estado Menor destinada aos serviços especializados e de manutenção (farmacêuticos, enfermeiros, corneteiros e músicos etc.), ficou com o efetivo de 33 (trinta e três) praças, composto pelos seguintes policiais:

**2º Sargento:** Pedro Fonseca de Moura **3º Sargento:** Francisco de Paula Soares; **Cabos:** Antônio Flores Rodrigues e Avelino de Freitas; **Soldados:** Affonso da Rocha Lopes, Hermínio Teotônio de Lins, José Diogo Borges, Velmilio Pereira da Cunha, Manoel Francisco de Santa Anna, Laurentino Rodrigues de Oliveira Filho, José Cetano da Silva, Florêncio Américo dos Santos, Alvino Francisco, Manoel Pedro Lima, João Corrêa da Victoria, João Alves da Costa, Jacynto

José Ribeiro, Alexandre Vicente, João de Sousa Cabral, Joaquim Leandro, Alfredo Antônio de Barros, Antônio Paulino de Freitas, Manoel da Cruz, Delcídes Ribeiro, Alfredo Soares, Antônio Luiz da Silva, José Rômulo dos Santos, Donato Supres, Jayme Duarte do Nascimento, Raphael Silva, José Francisco da Silveira, Cleto Silva e André Pinheiro. (BD nº. 34, de 17.07.1920).

Assim, pelo *Boletim* nº. 34, de 17.07.20 onde consta a relação nominal das praças do Corpo Militar de Polícia, este passou a contar em seu efetivo com o total de 306 (trezentos e seis) integrantes, com 14 (quatorze) oficiais assim distribuídos, sete capitães, um 1º tenente e seis 2º tenentes, e 292 (duzentos e noventa e dois) praças, assim distribuídos, um 1º sargento, nove 2º sargentos, três 3º sargentos, vinte e quatro cabos, nove aspençadas e duzentos e quarenta e seis soldados.

Diante da exclusão do número considerável de praças, e a situação precária que iriam enfrentar, o presidente Nestor Gomes, conforme publicou *O Jornal do Estado do Rio de Janeiro*, em 18.07.2020, resolveu conceder a cada um deles no dia anterior, as passagens para seus destinos e uma gratificação de 70\$ (setenta réis) para as despesas de viagem.

Imediatamente, tem início uma imensa campanha de recrutamento para recomposição do efetivo do Corpo Militar de Polícia, e para termos uma ideia do processo, em 30 (trinta) dias após a exclusão de 15.07.20, a Corporação capixaba incorpora de forma emergencial em seus quadros, conforme constam nas publicações pelos boletins do Corpo Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo de 18 de julho a 30 de setembro de 1920, prontos para atuarem, os seguintes 147 (cento e quarenta e sete) novos soldados: Abelardo Costa, Abílio Abdias da Costa, Abílio Francisco Guimarães, Adalbérico Carneiro Lisboa, Adalberto Mena Barreto, Adolpho José dos

Santos, Affonso Monteiro Lisboa, Alcides Miranda, Alfredo Hermenegildo de Souza, Alexandre Luiz da Cruz, Álvaro José Mattos, Amaro da Costa Manhães, Amarolino Gomes de Salles, Antenor Ferreira de Moraes, Antonio Augusto, Antônio Borges, Antônio da Costa, Antonio Joaquim Miguel, Antônio Maximiliano Garcia Terra, Antônio Nogueira dos Santos, Antônio Pedrezine, Antônio Pinto de Azevedo, Antônio Ottony, Antônio Peçanha, Antonio Perins, Antônio Rege dos Santos, Antônio da Silva Braga, Antônio Xavier de Castro, Arlindo de Oliveira, Arthur Ferreira Chagas, Arthur Martins Eugênio, Augusto Mallagutt, Augusto Silva, Aurélio Rodrigues Moissinho, Belmiro de Souza, Benidicto Ferreira Dias, Benigno Rodrigues dos Santos, Castorino Francisco, Cícero Gomes Rangel, Cezar Nunes, Cícero Umbelino da Silva, Concinio Machado, Cons-tância da Silva Amorim, Dionísio Soares, Djalma Índio do Brasil, Domingos Gomes do Nascimento, Elisiário Pereira Barbosa, Elísio Soares Barros, Elpidio Correa, Eloy Pinto de Oliveira, Emiliano José Cardoso, Emilio Manoel da Silva, Emilio Vieira da Silva, Eurípedes Mattos, Ernesto Sant'Anna, Francisco Alves, Francisco Costa, Francisco Dias Goes, Francisco Gomes Correia, Francisco Gomes Martins, Francisco Martins da Silva, Frauntine Corado, Gabriel dos Santos, Genis Rodrigues Pereira, Gumercindo da Silva Pratt, Getúlio Cypriano de Peixoto, Heroclides Manoel da Silva, Ingraci José Thiago, Iribério Bravo, João Antunes de Oliveira, João Baptista de Carvalho, João Baptista da Silva, João Emigdio dos Santos, João Honorato da Silva, João Peixoto da Silva, João Ribeiro dos Santos, João Sodré da Silva, Joaquim Antão da Costa, Joaquim da Silva Barbosa, Joaquim da Silva Carneiro, José Amaro da Costa, José Apollinário Laurindo dos Santos, José Braga, José Cândido Pereira, José Clímaco de Araújo, Jose Mathias, José Ramos de Almeida, José Ribeiro da Silva, José da Rocha Passos, José dos Santos, José Silva, José de Souza Pinheiro, José Mattos, José Francisco Pedro, José Varejão Go-

mes, José Vicente, Laurindo de Amorim Martins, Ludgio de Oliveira Costa, Laurindo Gomes da Silva, Manoel Alves Piancor, Manoel Bruno Viana, Manoel Castro Silva, Manoel Coutinho Cardoso, Manoel Elizário Salles, Manoel Fernandes Monteiro, Manoel Francisco do Nascimento, Manoel de Freitas, Manoel João de Lima, Manoel Leal, Manoel Neves Junior, Manoel Nery da Paz, Manoel Pereira de Magalhães, Manoel Pereira de Miranda, Manoel Rodrigues da Silva, Manoel Ribeiro da Silva, Manoel Sabino, Manoel dos Santos, Manoel Vianna, Moisés Ferreira Lima, Nestor Wanzeller, Norberto Correa de Lima, Nylo Mattos de Miranda, Octacilio Dias Semin, Octávio de Oliveira, Olegário Venâncio da Costa, Onofre Domingos Ferreira, Pedro Duarte do Nascimento, Pedro dos Santos Filho, Pedro Victor Roza, Renato Marcellino, Rodrigues de Lima, Roberto de Salles, Roberto Simplício, Sebastião Alves da Silva, Sebastião Rangel, Sérgio Manoel do Nascimento, Sérgio Olympio Dionísio, Severino Patrício Bello, Theodoro Miranda, Teophilo Francisco de Oliveira, Teotônio Jacob da Silva, Venceslau Teixeira, Virgílio Guerra Sobrinho e Ulysses Luiz de Souza.

## A Decisão Sobre o Destino dos Oficiais Rebelados

A partir do restabelecimento da normalidade do Corpo Militar de Polícia, os oficiais que haviam liderado o movimento contra o presidente Nestor Gomes, não mais compareceram ao quartel, até que, no dia 11 de agosto deste mesmo ano, o comandante, Abílio Martins faz publicar o seguinte:

EXCLUSÃO POR DISERTORES [sic]. São nesta data exonerados como *disertores* deste Corpo, por estarem faltando por mais de 10 dias conforme artigo 286 § 1º do regulamento do corpo, os Srs. Major Alfredo Pedro Rabayoli, Capitão

Ramiro Alfredo Martins, Hortencio Coutinho, Tenente Joaquim Moreira de Freitas, Lafayette Padilha e José Vieira Machado. (*Boletim* n°. 59, de 11.08.1920).

Após a exoneração dos seus cargos, ato contínuo é nomeado Conselho de Investigação para processar e julgar os desertores, composto pelo major reformado do Corpo Militar de Polícia, Plínio do Nascimento, capitão Francisco Eujênio de Assis e o 1º tenente Hermínio de Hollanda Cavalcante, o qual passa a funcionar na secretaria do Quartel do Moscoso.

Somente em 13 de agosto de 1920, dada ao fim da intervenção, é que foi publicada a exoneração do tenente-coronel Pedro Bruzzi do comando do Corpo Militar de Polícia a contar de 23 de maio de 1920, o dia da posse de Nestor Gomes no Palácio do Governo.

Neste mesmo mês, conforme consta do *Boletim* n° 105, de 24 de setembro de 1920, registra a assunção no cargo de comandante-geral do Corpo Militar de Polícia capixaba, do capitão Francisco Carvalho da Silva, porém, em sua mensagem, do dia 7 de novembro de 1920, o presidente Nestor Gomes aborda a questão da ausência de um comandante efetivo, ou seja, com menos envolvimento com as consequências dos fatos anteriores, e informa que em breve esse problema seria solucionado, e sugere que para melhoria nas atividades de policiamento do interior do Estado, que sejam criados de imediato, os cargos de dois Inspetores Militares com a missão de inspecionarem os Destacamentos Policiais Militares (DPM), visando orientar suas atividades na segurança pública.

No dia 8 de novembro de 1920, conforme relatara, o presidente Nestor Gomes convida e nomeia pelo Decreto n°. 4.035, o capitão pertencente a Polícia Militar de Minas Gerais, Francisco Teixeira da Silva o qual é comissionado no posto tenente-coronel, e assume no dia 2 de novembro de 1920, o cargo de comandante-geral do Corpo

Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo, conforme o *Boletim* da posse nº 1, de mesma data, o qual sendo de outra corporação, sem vinculação direta com a tropa e os eventos revolucionários, provavelmente, reorganizaria a Corporação capixaba com mais autonomia e acabaria com a impressão causada pela divisão da Força Policial estadual no episódio de 23 de maio de 1920.

Como fora previsto, o tenente-coronel Francisco Teixeira da Silva promove a reorganização do Corpo Militar de Polícia capixaba, intensificando a instrução para Oficiais e Praças, reformulando a documentação de registros, modernizando a estrutura administrativa da Corporação.

Com relação ao recurso impetrado pelos oficiais acusados pela revolta de 1920, o presidente do Estado do Espírito Santo, Nestor Gomes, analisa as argumentações de defesa dos oficiais revoltosos, e na posição de estadista, toma a seguinte decisão:

EXPEDIENTE do Exmo Snr. Presidente do Estado. 4.11.1920 – 27316. Processo contra os *officiais* do Corpo Militar de Polícia, major Alfredo Pedro Rabayolli, capitães Hortencio Coutinho e Ramiro Alfredo Martins, segundos tenentes Lafayete Padilha, José Vieira Machado, Joaquim Moreira de Freitas, em recurso ao Exmo Snr. Presidente do Estado, pela decisão do Snr. **Director** da Segurança Pública, datado de 20 de setembro último, “Confirmada como foi, pelo Congresso Nacional, a legalidade do governo *installado* em 23 de maio do corrente *anno*, a falta de todos os revoltosos envolvidos no processo, é perfeitamente igual. Entretanto, em relação aos que se revoltaram as 9 horas *daquelle* dia, a circunstância de ter sido essa revolta contra o governo de então, sobre o qual não havia contestação alguma”. Baseado em tal circunstância, reformo a decisão do Director da Segurança Pública para o *effeito* de serem reformados, por equidade, os

*officiaes* que se incorporaram à revolta depois *daquella* data, e contarem com tempo *sufficiente*, excluindo-se todos os demais. O Snr. Secretário Geral providenciar a respeito. (*Boletim* nº. 7, de 27.1.1921).

Para entendermos a decisão final do presidente Nestor Gomes, anteriormente transcrita, deduzimos no que diz respeito aos oficiais da ativa do Corpo Militar de Polícia que se incorporaram ao movimento após as 9 horas do dia 23 de maio de 1920, temos o major Alfredo Pedro Rabayoli, computando o tempo de serviço militar (Guarda Nacional e Exército) e ingresso na PM em 19.3.1897, o afastamento e o retorno contava aproximadamente, com mais de 16 anos de serviço, capitães Hortencio Coutinho praça de 16.5.1906 que com as averbações contava com mais 16 anos, Ramiro Alfredo Martins praça de 26.12.1908, com mais de 12 anos, o tenente Joaquim Moreira de Freitas, praça de 2.5.1900, contava com mais 20 anos de serviço, que possuíam estabilidade, foram reformados no mesmo posto.

Com relação aos tenentes Lafayette Padilha que viera de Rio Pardo, praça de 18.8.1909 a 26.01.1912 e 2ª praça de 1916 com apenas 7 anos de serviço e José Vieira Machado que viera de Afonso Cláudio, praça de 28.4.1916, com mais de 4 anos de serviços, e que haviam aderido o movimento após o período inicial, entendido como na gestão de Nestor Gomes, e que não possuíam estabilidade, foram os excluídos, conforme consta do Decreto nº 4.054, de 23 de novembro de 1920, e do “Livro de Registros de Inclusão e Exclusão” do Arquivo Geral da PMES.

Em resumo, a decisão final foi interpretada de forma que resultou em reformas para o major Alfredo Pedro Rabayoli, o capitão Ramiro Alfredo Martins, o capitão Hortencio Coutinho e o tenente Joaquim Moreira de Freitas todos com estabilidade legal por mais

de 10 anos de serviços, e na exclusão para os tenentes Lafayette Padilha e José Vieira Machado sem estabilidade legal por terem menos de 10 anos de serviços.

## Considerações Finais

E assim, encerra-se o episódio histórico de caráter político com consequências que resultaram até nos dias atuais deste ano de 2020 quando completou 100 anos, na única Intervenção federal da história do Estado do Espírito Santo, e também, na maior crise que resultaram nas sanções punitivas mais drásticas na história da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES, deixando uma grande lição para as futuras gerações de que, as Instituições policiais devem apenas executar as suas atividades legais sem vinculações partidárias, e que jamais devem se envolver em conflitos ou qualquer disputa política, pois, elas não são instituições de governos, mas sim, instituições da sociedade.

## Referências

ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg, um estadista à frente de seu tempo*. Vitória (ES), APE-ES, 2010.

BRASIL (Biblioteca Nacional). Hemeroteca Digital, Espírito Santo. *Diário da Manhã, 1908-1937*.

\_\_\_\_\_. (Biblioteca Nacional). Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro: *O Jornal, 1920-1929*.

\_\_\_\_\_. (Império). *Ato Adicional de 10.10.1831*. Autorizando a criação das Guardas Permanentes nas Províncias Brasileiras. Coleção de Leis do Império 1831 – 1840.

ESPIRITO SANTO (Arquivo Público). *Fundos de Governadoria nº 751*. Vitória: APE-ES, 195-96, livro A. 134, 1831-33.

\_\_\_\_\_. (Assembleia Legislativa). *Relatórios e mensagens presidenciais*, 1833-1937, APE-ES, acesso em 2019.

\_\_\_\_\_. (Polícia Militar). *Boletins Diários 1920 - 1922*. Centro de Documentação da PMES: QCG, Maruípe, Vitória-ES.

LOIOLA, Gelson. O historiador, Doutor, Coronel Francisco Eujênio de Assis. *Revista do IHGES*, nº. 62, Vitória, 2008, p.123-46. ISSN 1981-9528.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 2008.



# O BANDES NOS ANOS 1980: UMA DÉCADA PERDIDA NA BUSCA DE UM MODELO

*Anaximandro Amorim\**

**Resumo:** O presente artigo busca perquirir a história do Banded durante os anos 1980, tendo como recorte do ano 1980 até o ano 1989. Ele se divide em quatro partes: uma introdução; um primeiro capítulo em que se faz uma retrocessão ao final dos anos 1970, como preparação para a década em comento; um capítulo que cobre, aproximadamente, a primeira metade da década; e um outro, que cobre o fim da década; em seguida, daremos as conclusões. Nossa metodologia foi uma revisão dos documentos oficiais do banco, mormente relatórios de gestão. Nosso objetivo é comprovar que o Banded tentou buscar um modelo de ação durante uma década de aguda crise econômica e quais foram os desdobramentos disso.

**Palavras-chave:** Banded. Anos 1980. Crise econômica. Buscar um modelo.

## Introdução

Os anos 1980 entraram para a História como “a década perdida”. Um período agitado, que foi palco, de um lado, da redemocratização do país e, do outro, da luta contra a hiperinflação, consequência do exaurimento do modelo desenvolvimentista, proveniente dos Governos Militares.

Em uma conjuntura como essa, há que se imaginar, prontamente, qual o papel de um banco de desenvolvimento e o que uma instituição desse porte, com características tão próprias, pode ter feito para não fechar suas portas, ao mesmo tempo em que procurava alternativas para cancelar o motivo de sua existência.

---

\* Advogado, professor e escritor. Membro da Academia Espírito-santense de Letras (AEL), do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Funcionário de carreira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Banded).

Este *paper* busca responder a essas questões, perquirindo os dez anos dessa década, fazendo um apanhado geral das principais realizações do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). Ele se divide em três capítulos, sendo que o primeiro, intitulado “A Retomada”, cobre os anos 1979 a 1982, com uma necessária digressão histórica visando lançar as bases dos anos 1980; o segundo, cujo nome é “A mudança de paradigma ou uma época de mudanças”, situa-se no interregno entre 1983 e 1987, quando dos primórdios da redemocratização e do primeiro Governador eleito, Gerson Camata; e o terceiro, cujo título é “A busca de um novo modelo”, estudando os primeiros anos do Governo Max Mauro (1987 a 1989), fechando a década.

Ao longo desses capítulos, buscamos apontar o que de mais relevante foi feito pelo Bandes, mediante uma revisão bibliográfica que levou em consideração tanto aspectos quantitativos como qualitativos. Os documentos pesquisados foram, por excelência, os relatórios de gestão de 1980 a 1991. Por fim, concluímos na busca de responder às hipóteses que formulamos para a construção deste artigo.

## 1. 1979 A 1982: A RETOMADA

Os anos 1980 são, obviamente, uma consequência do fim dos anos 1970 e isso é tão patente que o primeiro relatório da década<sup>1</sup> estabelece uma comparação com o ano anterior, certamente, como tentativa de mostrar algum otimismo.

É necessário se lembrar que 1979 marca um exaurimento do modelo dos chamados Grandes Projetos de Impacto<sup>2</sup>. Ademais, a

---

<sup>1</sup> BANDES. *Relatório 1980*. Vitória, 1981.

<sup>2</sup> AMORIM, Anaximandro. *O Bandes nos anos 1970: os "Grandes Projetos de Impacto" e o auge do desenvolvimento — segunda parte (1975–1979)*. Vitória: Bandes. 2018.

própria conjuntura nacional da época, que, no final daquela década até meados do ano 1982, denotava um quadro “recessivo na economia nacional, emergindo o desemprego como uma grave ameaça”<sup>3</sup>, forçando, assim, o Bandes a criar “uma série de programas que visavam, justamente, a fixação da mão de obra, a ampliação do emprego, a atenuação dos desequilíbrios regionais e atendimento às populações mais carentes”<sup>4</sup> como estratégia de desenvolvimento.

Essa mudança de paradigma era vital para a manutenção do banco, bem como, para a continuação do seu papel como artífice do desenvolvimento. Ainda que, durante esses primeiros anos da década, o setor secundário tivesse papel preponderante na carteira da instituição<sup>5</sup>, novas oportunidades se colocavam, tais como o nascente programa Proálcool, a interiorização do desenvolvimento (a Grande Vitória ainda concentrava a maior parte dos investimentos<sup>6</sup>), o apoio aos micro e pequenos, a diversificação da carteira e o turismo<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> BANDES. *Relatório 1982*. Vitória, 1983.

<sup>4</sup> BANDES. *Relatório 1982*. Idem.

<sup>5</sup> “Na distribuição setorial dos investimentos aprovados no período 79/82, houve predominância do setor secundário, com 43% do total. O setor terciário, apesar da ascendência verificada sobre os demais em 1982, ficou com 39,5% no quadriênio, enquanto o setor primário, após ligeiras oscilações anuais, fechou com uma participação global de 8,5%. Os restantes 9,5% corresponderam a investimentos em infraestrutura e, em escala bem menor, em pré-investimentos.” BANDES. *Id ibidem*.

<sup>6</sup> “A nível de (sic) distribuição espacial dos investimentos aprovados no quadriênio, a Grande Vitória absorveu 30%, enquanto 29% foram para o interior, reduzindo-se drasticamente a diferença que separava essas regiões. Os restantes 41% referem-se a operações plurirregionais. Vale registrar, nesse aspecto, que o interior absorvera 17% dos investimentos aprovados em 1979, alcançando uma participação global de 41% em 1982. Além disso, 1.005 empresas provadas assistidas, 727 (70,1%) foram do interior do Estado.” *Id ibidem*.

<sup>7</sup> “Daí o apoio aos micros, pequenos e médios empresários, aos pequenos produtores rurais, às Prefeituras do interior, ao setor habitacional, de saúde, de educação, às entidades sem fins lucrativos, entre outros. Além de programas

Outra estratégia adotada pelo banco foi o autofinanciamento, com cuidado para não haver a descaracterização da sua natureza de BD. Assim:

A partir de 1979, o Bandes, encampando fórmula adotada pelos Bancos de Desenvolvimento a nível nacional, decidiu autofinanciar seu fortalecimento como instituição financeira, com vistas a obter condições para continuar cumprindo o seu papel de agente do desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo.

[...]

Ao final de 1982, o Bandes pôde ostentar, dentre outros indicadores de sua recuperação econômico-financeira, uma evolução de 13,5 vezes do seu patrimônio líquido (de Cr\$ 228,7 milhões, em 78, para Cr\$ 3,076 bilhões, em 82). Invertendo a situação deficitária existente até então, a instituição, desde o segundo semestre de 1979, passou a registrar lucros operacionais crescentes, que redundariam em lucros líquidos significativos, possibilitando esse crescimento patrimonial<sup>8</sup>.

Foi no começo dos anos 1980, também, que o Bandes apostou, pioneiramente, no micro e pequeno, dando, no início dessa década, um tratamento diferenciado ao segmento empresarial como um todo, ampliando o número de clientes atendidos nesse interregno 1979/1982, com um total de 2.042 empresas (contra 496 em fins de 1978), num percentual de 12,5 vezes no período (de Cr\$ 2,7 bi em 1978 para Cr\$ 33,6 bi em 1982).

O Bandes apostou em programas setoriais (micro e pequeno, turismo, interiorização, Proálcool), aprovando, nesse quadriênio

---

de âmbito nacional, de maior alcance social, como o Proálcool, de grande importância como gerador de novas fontes tributárias e de novos polos de desenvolvimento.” *Id ibidem*.

<sup>8</sup> *Id ibidem*.

1979/1982 um total de 2.042 empresas, “dos mais diversos setores, tipos e tamanhos, em sua relação clientes/mutuários”, com um total de 3.019 operações (“sendo 2.268 apenas no período 81/82 — com uma média significativa de 777 operações por ano”)<sup>9</sup>.

Uma das vertentes dessa nova mudança de paradigma, nesse quadriênio em comento, foi o esforço em prol da interiorização do crédito. Assim, nesse período 79/82, a Grande Vitória absorveu 30% dos investimentos, enquanto 29% foi para o interior. 41% das operações foram “plurirregionais”, o que demonstra o caráter de sucesso dessa tendência.<sup>10</sup>

Outra vertente, neste início dos anos 1980, foi o engajamento no Programa Proálcool, principalmente no ano de 1980, como uma alternativa possível para o Bandes. Assim, o banco financiou e assistiu tecnicamente vários projetos agrícolas e industriais nesse âmbito<sup>11</sup>, tendo um incremento de 250% para o ano seguinte, com o apoio a quatro destilarias autônomas, “com capacidade instalada para produção de 70 milhões de litros de álcool/ano, abrindo empregos fixos para 900 pessoas e significando um investimento de Cr\$ 6 bilhões”<sup>12 13</sup>.

---

<sup>9</sup> *Id ibidem*.

<sup>10</sup> *Id ibidem*.

<sup>11</sup> *Id ibidem*.

<sup>12</sup> BANDES. *Relatório 1981*. Vitória, 1982.

<sup>13</sup> Idem: “Há de se destacar, em 1981, o arrojo do BANDES na implementação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) no Estado: apesar de envolver recursos bastante elevados, o que aumenta sensivelmente os riscos, o banco acreditou no programa e está financiando e prestando assistência técnica a vários projetos, agrícolas e industriais.

Da mesma forma, merece destaque a continuidade do processo de interiorização da ação financiadora do BANDES, em consonância com as diretrizes do Governo Eurico Rezende; o apoio às micro, pequenas e médias empresas; a continuação da execução de um programa de desenvolvimento rural integrado; e o início, com recursos próprios, do Programa de Apoio às Prefeituras

Também nesse quadriênio, é necessário destacar, no que tange às mudanças de cunho administrativo do Bandes, a compra de mais um andar do Edifício Caparaó, o sétimo, acrescentando 400m<sup>2</sup>, enquanto outra área, de 10 mil m<sup>2</sup>, no aterro da Comdusa, Praia do Suá, onde é o atual “Cais das Artes”, estava sendo legalizada e equipada, o que, obviamente, nunca saiu do papel<sup>14</sup>. Firmaram-se convênios com o MEC (Ministério da Educação e Cultura, à época), para a concessão de bolsas de estudo aos filhos e empregados e à comunidade e o computador Burroughs B-738, adquirido em 1978, ainda continuava processando as folhas de pagamento, contabilidade, cobrança e todas as operações de crédito feitas pelo banco, consubstanciando a implantação do sistema de computação da instituição que assegurava “aos mutuários o máximo de presteza e fidelidade em seus negócios com a instituição”<sup>15</sup>.

No final de 1982, o Bandes apresentava uma evolução patrimonial de 13,5 vezes o seu patrimônio líquido, de Cr\$ 228,7 milhões, em 1978, para Cr\$ 3,076 bilhões, em 1982<sup>16</sup>, invertendo uma tendência deficitária que vinha desde o fim dos anos 1970, traduzidos, também, pela evolução do seu lucro líquido, segundo tabela abaixo:

ANO	1978	1979	1980	1981	1982
EVOLUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (Cr\$ 1 mil)	(45.984,60)	(34.168,30)	82.316,40	184.292,70	189.065,00

Fonte: Bandes. Relatório de Gestão 1982 (adaptado).

e entidades ligadas ao setor saúde, financiando obras prioritárias de infraestrutura e de desenvolvimento urbano.

Todos esses programas atendem à diretriz governamental de interiorização do desenvolvimento; de fixação do homem ao campo; de atenuação dos desequilíbrios regionais; de melhoria da qualidade de vida do capixaba; e de atendimento às populações mais carentes.”

<sup>14</sup> BANDES. *Relatório 1982*. Idem.

<sup>15</sup> *Id ibidem*.

<sup>16</sup> *Id ibidem*.

Esse resultado, “no patamar característico de um banco de fomento, coerentes com as necessidades de autossustentação da instituição e com o seu papel de agente do desenvolvimento”<sup>17</sup>, com tom tão otimista, a despeito dos problemas do período, seria o último produzido sob a égide de um comando militar. A transição “lenta e gradual” para a democracia fecharia um ciclo, iniciando outro sob o comando de uma equipe ligada ao governador eleito Gerson Camata.

## 2. 1983 a 1987: A Mudança de Paradigma ou uma Época de Mudanças

Em 1983, o Regime Militar ensaiava seu canto de cisne. O sonho do voto direto, que só se concretizaria em 1989, para Presidente da República, aconteceu em novembro do ano anterior, para Governador do Estado. Os capixabas elegeram Gerson Camata, que governaria de 15 de março de 1983 a 14 de maio de 1986, deixando o mandato para concorrer a uma cadeira no Senado Federal. Seu vice, José Moraes, terminaria a gestão em 15 de maio de 1987, quando Max de Freitas Mauro assumiria o Governo.

Tal estado de coisas se reveste de um simbólico sem precedentes na história do Bandes: pela primeira vez desde a sua criação (1967), o banco teria uma equipe ligada a um governo democrático, o que indicaria uma completa mudança de paradigma. O Governo Gerson Camata, que começa sob o signo da austeridade, encontra eco na nova diretoria da instituição, cujas diretrizes se calcavam “na efetiva **democratização do crédito**, no amplo atendimento a **todo o Estado do Espírito Santo** e em uma **administração fundada na austeridade e na seriedade indispensáveis no trato da coisa**

---

<sup>17</sup> *Id Ibidem.*

pública”<sup>18</sup>. Esses três princípios norteadores seriam esmiuçados nas seguintes metas prioritárias:

1. Orientar as aplicações do banco de modo a suprir as necessidades de crédito, de maneira equilibrada, em todo território capixaba;
2. Empenhar-se no sentido de carrear recursos federais que, somados à poupança interna, garantem a sobrevivência e fortalecimento do parque empresarial capixaba, formado à custa de grande esforço;
3. Democratizar efetivamente o crédito, facilitando o acesso dos pequenos empresários aos recursos e reduzindo substancialmente a burocracia na concessão dos financiamentos;
4. Dar prioridade aos projetos que mais contribuam para a geração de empregos e a desconcentração de renda;
5. Interiorizar, definitivamente, a aplicação dos recursos, estimular a formação de novos polos de desenvolvimento, revertendo a tendência de concentração de empreendimentos na Grande Vitória;
6. Estimular a formação de organizações coletivas de produção, particularmente no campo e na aera informal e artesanal da economia;
7. Na análise dos novos projetos, buscar a introdução de itens que permitam a avaliação dos efeitos das suas implantações no meio ambiente;
8. Adotar, no plano administrativo, uma política de seriedade que incentive o quadro de pessoal, valorizando-o profissionalmente e garantindo o incremento da produtividade;
9. No plano institucional, aprofundar a articulação e relacionamento do banco com outros organismos da Administração Direta e Indireta e implementar uma política mais dinâmica que eleve a ação e a imagem do Banded até o mais longínquo recanto deste Estado;

---

<sup>18</sup> BANDES. *Relatório 1983*. Vitória, 1984. Grifos do autor.

10. Enfim, resgatar a sua característica básica de principal agente de fomento do Estado do Espírito Santo.<sup>19</sup>

Esse decálogo se consubstanciaria, *grosso modo*, nas três principais linhas de atuação do Bandes ao longo da década, quais sejam: o turismo; o micro e pequeno; e os esforços para a interiorização do crédito.

O esforço em prol do incremento do turismo, iniciado em fins dos anos 1970, rende os seguintes frutos, ao término dessa parcela de década: 4.600 operações, entre 1983 a 1986, distribuídas em todo o estado, mormente o interior, com o advento do programa “Pró-hotel”, com recursos do Funres<sup>20</sup>. Dentre os empreendimentos instalados, contam-se os hotéis “Alice, Pousada dos Pinhos, Porto do Sol Vitória, Praia Linda, Albergue Pedra Azul, Plena, Pratti, Caledônia, Atlântico, Rio Parque, Quatro Estações e vários outros”<sup>21</sup>. Ademais,

De acordo com pesquisa realizada em 1986, pela EMBRATUR, o Espírito Santo ocupava, àquela época, a 10<sup>a</sup> (décima) posição no conjunto dos estados brasileiros quanto ao número de turistas recebidos, o que representava cerca de 3,84% da receita estimada a, aproximadamente, 400 milhões de dólares aos preços da época — 7,5% do PIB estadual.<sup>22</sup>

O papel do micro e pequeno ganhou substancial importância, não apenas como diretriz, mas, também, como programa. Assim,

---

<sup>19</sup> *Idem.*

<sup>20</sup> *Id ibidem.*

<sup>21</sup> *Id ibidem.*

<sup>22</sup> BANDES. *O Bandes e suas ações de fomento – Relatório 1987/1991*. Vitória, c.1991.

foi dado o primeiro passo, com o Promin, primeiro esforço para atrair atores tradicionalmente à margem da economia formal (como pipoqueiros, marceneiros ou costureiras) a um crédito financeiro a eles favorável. Iniciado em setembro de 1985,

com recursos da ordem de Cr\$ 200.000,00 em 1985, Cz\$ 1.350.000,00 em 1986 e Cz\$ 8.000.000,00 em 1987, o Promin foi implantado para atender despesas com capital de giro e/ou investimento fixo ou misto, contemplando pessoas que exercessem essas atividades em caráter permanente, de forma solidária ou utilizando-se, preferencialmente, mão de obra familiar.<sup>23</sup>

Dessa feita,

No decorrer dos dois primeiros anos de implantação do programa, ou seja, dentre agosto a dezembro de 1985 e janeiro a dezembro de 1986, foram beneficiadas diretamente 475 pessoas procedentes de municípios da Grande Vitória e Interior do Estado. Verificou-se uma maior demanda na atividade de confeccionista (46,7%), seguida da de cabeleireiro (10,9%), pipoqueiro (6%), salgadeira e doceira (4,6%), lavadeira (3,7%), dentre outras. Com relação aos municípios atendidos, Vila Velha somou maior número de proponentes, com 64% dos beneficiados, seguido de Vitória, Colatina, Serra, dentre outros. A mão de obra feminina correspondeu a 67%.<sup>24</sup>

A interiorização foi, também, premissa fundamental nesse período da década. O relatório do Bandes, de 1983, foi categórico: “O ano de 1983 marcou a implantação efetiva da ação do Bandes

---

<sup>23</sup> AMORIM, Anaximandro. *Programa Nossocrédito: uma historiografia da primeira década*. Vitória: Bandes, 2013.

<sup>24</sup> *Idem*.

no interior do Espírito Santo, a sua consolidação definitiva como um banco de desenvolvimento do Estado, e não apenas da Grande Vitória ou dos principais centros regionais”<sup>25</sup>. Essa tendência, aliás, já era a tônica do início dessa década, uma vez que, no ano de 1979, por exemplo, o interior absorveu apenas 17% dos investimentos aprovados<sup>26</sup>. No ano seguinte, no entanto, das “483 operações aprovadas, 316 foram para o interior do Estado (65%), enquanto que a Grande Vitória teve 167 operações”<sup>27</sup>.

Não apenas com o advento do Pró-hotel o Bandes intensifica sua presença no interior, mas, também, com a introdução de novas tecnologias, além da diversificação do agronegócio, com o plantio de pimenta do reino, urucum, macadâmia, guaraná, seringueiras e mamão. Além disso, com o Programa de Fruticultura de Clima Temperado (com recursos do Funres), foram implantados pomares comerciais em regiões com mais de 500 metros de altitude, ensejando a produção de pêssego, uva, caqui, figo, ameixa, nectarina e outras.<sup>28</sup>

Ademais, em 1987, foram irrigados 15 mil hectares, além de 488 produtores que receberam rede elétrica em suas propriedades, sendo 423 considerados mini ou pequenos, com mais de 175 km de redes de alta e baixa tensão.

### **3. 1987 a 1989: A Busca de um Novo Modelo**

Os últimos anos da década foram marcados, não apenas, pelo governo de Max de Freitas Mauro (1987–1991), mas, também, pelo

---

<sup>25</sup> BANDES. *Relatório 1983. Idem. Op cit.*

<sup>26</sup> BANDES. *Relatório 1982. Idem. Op cit.*

<sup>27</sup> BANDES. *Relatório 1980. Idem. Op cit.*

<sup>28</sup> BANDES. *Relatório 1983-87. Idem. Op cit.*

fim da “Era Sarney” e um grande número de planos econômicos (Bresser, 1987; Verão, 1989; além dos planos Collor 1 e 2, de 1990 e 1991, que acompanhariam o fim do governo estadual), o que demonstra nítida turbulência econômica, numa década que ficaria marcada como “década perdida”, uma vez que, a despeito desses esforços, a inflação continuaria fora de controle.

Essa conjuntura ensejou a confecção de um Plano Estratégico por parte do Bandes, para os períodos de agosto de 1987 e dezembro de 1990, com o objetivo geral de “consolidação do Espírito Santo como Estado periférico industrial, subordinado à dinâmica dos centros hegemônicos do processo de industrialização brasileira”.<sup>29</sup>

Tal industrialização, de fato, foi o resultado de uma tendência que haveria se consolidado na década anterior e que, naqueles anos 1980, traduzia-se em um

último esforço do processo de substituição de importações levado a efeito ao nível da economia brasileira: indústrias siderúrgicas e de papel e papelão, representados por grandes projetos como Aracruz Celulose, CST e usinas de pelotização da CVRD e Samarco. Inaugurou-se, assim, uma nova tendência no processo de estruturação industrial brasileira caracterizada pela expansão com “especialização regional”, especialmente em atividades voltadas ao atendimento de demandas externas.<sup>30</sup>

A economia capixaba, naquele final de década, ainda dependia bastante do setor industrial, sendo os principais gêneros metalurgia, extração de minerais, produtos alimentares, papel e papelão e

---

<sup>29</sup> BANDES. *O Bandes e suas ações de fomento – Relatório 1987/1991*. Vitória, c.1991.

<sup>30</sup> BANDES. *O Bandes e suas ações de fomento – Relatório 1987/1991*. *Idem*. *Op. cit.*

minerais não metálicos<sup>31</sup>, estes, respondendo por, aproximadamente, 85% do valor bruto da produção industrial, sendo somente o de metalurgia 45%<sup>32</sup>. Além desses gêneros, outros “de menor expressão [...] tiveram desempenhos significativos”<sup>33</sup>, como o de vestuários, calçados e química. Em geral, a economia capixaba voltou-se para o mercado externo, escoando 80% de sua produção.

A produção do período 1987–1990, no entanto, sofreu uma queda, se comparada com a de 1986, de 8%<sup>34</sup>, ainda que, em 1989, o Estado exportasse o correspondente a 4,2 bilhões de dólares, pelo seu sistema portuário, sendo 1,9 bilhões para a produção regional, movimentando 67% do PIB capixaba.

Dessa feita, para contribuir com a “consolidação do Espírito Santo como Estado periférico industrial, subordinado à dinâmica dos centros hegemônicos do processo de industrialização brasileira”<sup>35</sup>, o Bandes apresentaria um plano estratégico, para os períodos de agosto de 1987 a dezembro de 1990, cujas diretrizes eram:

- a) A expansão do parque industrial ligado aos grandes projetos e sua integração à economia local;
- b) A expansão e modernização de setores industriais tradicionais;
- c) A modernização e expansão do setor de turismo;
- d) A implantação de segmentos industriais estratégicos;
- e) A expansão da agroindústria;
- f) A diversificação e modernização da agricultura.<sup>36</sup>

---

<sup>31</sup> *Op. cit.*

<sup>32</sup> *Op. cit.*

<sup>33</sup> *Op. cit.*

<sup>34</sup> *Op. cit.*

<sup>35</sup> *Op. cit.*

<sup>36</sup> *Op. cit.*

Respaldado em “pressupostos políticos, sociais, econômicos e institucionais extremamente cambiantes”<sup>37</sup>, um dos pontos mais relevantes do plano foi a importância dada à modernização tecnológica e do desenvolvimento sustentável, além de uma maior inserção do Espírito Santo nas economias brasileira e regional<sup>38</sup>, fenômeno chamado de “inserção pela diferenciação, pelo que o Estado do Espírito Santo tem [teria] de vantagens locais estáticas e/ou dinâmicas, ou seja, pela especialização regional, [...] com integração não somente nacional, mas, também, internacional”.<sup>39</sup>

Dessa forma, o Bandes, no plano tático, assumiu os papéis de:

- Formulador de políticas e de mecanismos fiscais e financeiros de apoio ao desenvolvimento, em seu sentido “lato”;
- Promotor de empreendimentos e negócios, compreendendo ações de elaboração de projetos e estudos, mobilização de parceiros investidores, assessoramento na organização de empresas e formação de *joint ventures*, captação de recursos, além de outras;
- Financiador, através da concessão de apoio financeiro e fiscal para projetos de desenvolvimento;
- Estimulador e coordenador de ações voltadas à modernização tecnológica e à preservação do meio ambiente, em conjunto com os demais atores.<sup>40</sup>

E foi com essas diretrizes que o banco atravessou a década, chegando até os anos 1990.

---

<sup>37</sup> *Op. cit.*

<sup>38</sup> *Op. cit.*

<sup>39</sup> *Op. cit.*

<sup>40</sup> *Op. cit.*

## Conclusão

Os constantes esforços para a busca de um modelo de negócios que referendasse a existência do Bandes mostra, em primeiro lugar, a necessidade de contornar o exaurimento dos grandes projetos de impacto; e, em seguida, uma tentativa de se adequar às tantas mudanças trazidas por aqueles agitados anos 1980, como forma de cancelar a existência da instituição, numa época de hiperinflação culminada com tantas reviravoltas na economia.

Um começo de década duplamente importante para o Espírito Santo e para o Bandes, com o exaurimento de um modelo de negócios que vinha apresentando vertiginoso crescimento, uma década antes, mas que, como era de se esperar, encontraria seu limite, ainda que o setor secundário mantivesse importância na década seguinte, como demonstram os números dos relatórios; ademais, mister lembrar uma importante mudança de paradigma, com a primeira diretoria vinculada a um governo democrático, o que contribuía para a busca de uma orientação, até então, sem precedente, desde a criação do banco.

A adoção de um modelo calcado no programa Proálcool, na primeira parte da década, além do micro e pequeno, turismo; o esforço de interiorização, na segunda; e o empenho em consolidar um parque industrial vocacionado para a exportação, na última terça parte, mostram o labor do Bandes em acompanhar a dinâmica de um decênio marcado pelo esforço generalizado em coibir uma inflação fora de controle, em uma economia que, por sua natureza, não convidava ao acesso ao crédito.

Assim, a adoção de um plano tático cujas premissas giravam em torno, grosso modo, da integração do Espírito Santo com os demais atores regionais, robustecendo a indústria e a agroindústria, além da adoção de um papel mais proativo como formulador de

políticas e mecanismos fiscais e financeiros, garantiu ao Bandes fôlego para atravessar uma década de vaivéns de planos econômicos, fechamento de instituições e crise generalizada, fazendo com que o banco conseguisse aportar, não sem algumas rachaduras no casco, no que seria a década mais complicada para as instituições financeiras: os anos 1990.

## Referências

AMORIM, Anaximandro. *O Bandes nos anos 1970: os "Grandes Projetos de Impacto" e o auge do desenvolvimento – segunda parte (1975–1979)*. Vitória: Bandes, 2018.

AMORIM, Anaximandro. *Programa Nossocrédito: uma historiografia da primeira década*. Vitória: Bandes, 2013.

BANDES. *O Bandes e suas ações de fomento – Relatório 1987/1991*. Vitória, c.1991.

BANDES. *Relatório 1980*. Vitória, 1981.

BANDES. *Relatório 1981*. Vitória, 1982.

BANDES. *Relatório 1982*. Vitória, 1983.

BANDES. *Relatório 1983*. Vitória, 1984.

# RELATÓRIO DA GESTÃO



## RELATÓRIO DA GESTÃO 2017–2020

A seguir às festividades pelo centenário de fundação da Casa, em 2016, a gestão 2017–2020 do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo ficou marcada por adversidades externas à instituição. O ano de 2017 iniciou-se com um inédito movimento paralista no seio da Polícia Militar do Espírito Santo, de consequências imediatas sobre todo o Estado do Espírito Santo, estendendo seus reflexos sobre as atividades desenvolvidas na nossa Casa e o início do triênio. A gestão encerrou-se em junho de 2020, no contexto da pandemia de covid-19 que impôs restrições gerais às atividades econômicas, acadêmicas e educacionais em todo o mundo. Assim, iniciamos o período de gestão no rescaldo de uma situação de violência sem precedentes, vivida principalmente na capital, e o encerramos numa situação de confinamento geral, determinada pelas autoridades estaduais para fazer frente às circunstâncias.

Ainda assim, o ano de 2017 foi de importantes realizações. Em assembleia geral foram reconduzidos para compor a diretoria os associados Getúlio Marcos Pereira Neves, Paulo Stuck Moraes, José Paulo Calmon Nogueira da Gama, Gelson Loiola e Fernando Antônio de Moraes Achiamé. Marcou o centenário da publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, o que foi lembrado pela republicação do primeiro número do periódico, em edição fac-similar. Foi o ano também do bicentenário da Revolução Republicana de 1817 em Pernambuco, onde teve destacada participação o patrono do IHGES, Domingos José Martins, efeméride devidamente comemorada com palestra do associado João Eurípedes Franklin Leal no início do ano, portanto ainda na gestão anterior da Diretoria.

O governo do Estado do Espírito Santo houve por bem ceder ao IHGES o uso do imóvel situado na praça João Clímaco n. 44, na Ci-

dade Alta. O Protocolo de Intenções foi firmado na nossa sede, em 2014, pelo governador José Renato Casagrande, e o Termo de Cessão de Uso tendo sido assinado no Palácio Anchieta a 28/06/2017 pelo governador Paulo César Hartung Gomes.

No ano de 2018 estivemos às voltas com a sede, mais uma vez acometida por inundações oriundas do rompimento de tubulações do imóvel acima do nosso, o que postergou o início das atividades para o mês de abril, e dos trâmites referentes ao imóvel da Praça João Clímaco n.º 44, com vistas a sua regularização tributária e início da execução do projeto arquitetônico que seria apresentado à Prefeitura Municipal de Vitória. O ano acadêmico iniciou-se com a participação especial do IHGES no VI Congresso Nordestino de Institutos Históricos, tendo como tema a Revolução Republicana de 1817, de 5 a 7 de março, no Recife. Fomos a única instituição de fora da região Nordeste a participar e a primeira a se manifestar, no dia 6, numa homenagem dos confrades pernambucanos ao nosso patrono. A solenidade marcou o encerramento em Pernambuco das comemorações do bicentenário da Revolução Republicana de 1817. Na sessão solene de junho tivemos a presença do diretor do coirmão Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, doutor João Mendonça, cuja fala nos trouxe o sentimento dos nossos companheiros pernambucanos e registrou o seu carinho com relação à nossa casa.

No ano de 2019 prosseguimos com as providências exigidas pelo Termo de Cessão de Uso do imóvel da Praça João Clímaco, enquanto nos empenhávamos na tentativa de venda do apartamento 301 do edifício Domingos Martins, que permanecia fechado e gerando despesas aos nossos cofres. Foi um ano igualmente de muitas atividades acadêmicas, como se verá adiante.

O ano de 2020 iniciou-se com a efetivação da venda do apartamento 301 do edifício Domingos Martins. A contrário dos anos

anteriores, em que se realizaram regularmente as reuniões ordinárias às quartas-feiras na nossa sede, em 2020 não foram realizadas reuniões presenciais, em virtude das restrições sanitárias impostas pelo governo do estado para fazer frente à pandemia do covid-19. A Diretoria reuniu-se por três vezes de forma remota, por meio de salas virtuais disponibilizadas na internet.

No triênio foram lançados três números da *Revista*, o 74, 75 e 76.

O IHGES participou, na forma de apoio cultural, da V e VI Feiras Literárias Capixabas – FLICES, organizadas respectivamente em 2018 e 2019 pela Academia Feminina Espírito-santense de Letras, quando vários associados proferiram palestras e presidiram atividades culturais.

No triênio foram agraciados com a Medalha do Mérito Cultural Renato Pacheco as seguintes pessoas/instituições: Academia de Letras e Artes da Serra, Adilson Vilaça, Ana Maria Silva, Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Joel Rangel, Maria do Carmo Marino Schneider, Paulo de Paula, Regina Menezes Loureiro, Renata Bonfim, Rogério Coimbra e Saulo Ribeiro.

Atividades culturais desenvolvidas no triênio:

## 2017

29/07 – Primeira reunião do Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica, presidido pelo vice-presidente Paulo Stuck Moraes;

Lançamento do n.º 1 da *Revista Capixaba de Genealogia – GENEÁ*;  
04 a 07/12 – Curso “Literatura e História do Espírito Santo”, a cargo do associado Francisco Aurélio Ribeiro;

06/12 - Palestra “A Viagem de Pedro II ao Espírito Santo”, no

Museu Imperial de Petrópolis, pelo presidente Getúlio Marcos Pereira Neves;

12/12 – Lançamento de *Manhosa escrita: Miguel Depes Tallon, vida e obra*, do presidente Getúlio Marcos Pereira Neves, sobre a obra literária do ex-presidente, na Biblioteca Pública Municipal;

13/12 – Na XXI Dezenbrada estiveram em exposição os 40 títulos produzidos pelo associado Sílvio Silva Vitalli ao longo da atividade de pesquisador;

## 2018

14/03 – Lançamento de *Impressões da Idade Média*, do associado Ricardo da Costa. Na Biblioteca Pública Estadual;

15/03 – Palestra “A presença Espanhola no Brasil dos Séculos XVI ao XVII”, pela professora Dra. Helena Dias dos Santos Lima, na Biblioteca Pública Estadual;

25/04 – Palestra “Moniz Freire: cem anos de imortalidade”, pelo associado Leandro do Carmo Quintão;

27/04 – Palestra “Patrimônio Histórico” no 26.º aniversário da SERLIHGES, Sucursal Linhareense do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, pelo presidente Getúlio Marcos Pereira Neves;

19/07 – Palestra “O Português como língua de herança”, pela professora Dra. Karina Rezende-Foehringer;

22/08 – Palestra “Livros e Livreiros”, pelo associado Antônio Carlos Viana Braga;

05/09 – Edição do “Conversa Musical” com os associados José Roberto Santos Neves e Rogério Coimbra e o comunicador Oswaldo Oleare;

19/09 – Mesa Redonda “Literatura no IHGES: Renato Pacheco e Miguel Depes Tallon”, a cargo dos associados Francisco Aurélio Ribeiro e Matusalém Dias de Moura;

24/10 - Mesa Redonda “A cadeia do setor livreiro e a economia criativa no Espírito Santo”, a cargo do associado Anaximandro Amorim e da economista Marina Côrtes;

## 2019

24/04 – Palestra “Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, um amigo de José Bonifácio”, pelo associado João Luiz Castello Lopes Ribeiro;

16/05 - Lançamento de *Efemérides Capixabas*, do vice-presidente Paulo Stuck Moraes, na Biblioteca Pública Estadual;

29/05 – Palestra “Literatura e História do Espírito Santo na Literatura infanto-juvenil capixaba”, pelo associado Francisco Aurélio Ribeiro;

Lançamento de *Histórias Capixabas*, do mesmo associado;

24/06 - Mesa Redonda “40 anos de falecimento de Eurípides Queiroz do Vale”, a cargo dos associados Francisco Aurélio Ribeiro e Matusalém Dias de Moura e do desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos;

14/10 a 28/11 - Minicurso “Literatura do Espírito Santo”, a cargo do associado Anaximandro Amorim;

23/10 - Palestra “Os engenheiros e a modernidade: a atuação dos engenheiros na sociedade brasileira do século XIX”, pelo professor Dr. Néelson Porto Ribeiro;

06/11 – Lançamento do catálogo digital “Um jurista no Império do Brasil”, sobre a obra jurídica de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, da associada Adriana Pereira Campos e a professora Dra. Kátia Sausen da Mota;

20/11 - Mesa Redonda “30 anos sem Guilherme Santos Neves”, a cargo dos associados José Roberto Santos Neves, Bernadete Lyra e Fernando Achiamé, e mediação do associado Getúlio Marcos Pereira Neves;

07/12 – Lançamento de *Visões da Idade Média*, do associado Ricardo da Costa;

11/12 – Na XXIII Dezembrada, posse da nova Diretoria da Academia Espírito-santense de Letras, presidida pela associada Ester Abreu Vieira de Oliveira.



Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m<sup>2</sup>, e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m<sup>2</sup>.

Impresso na gráfica GSA, Vitória-ES, em Dezembro de 2020.

Tiragem: 150 exemplares.